

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**INTERNET, ESFERA PÚBLICA E COMUNICAÇÃO:
DOIS ESTUDOS DE CASO**

LEON EUGÊNIO MONTEIRO RABELO

GOIÂNIA
2012

LEON EUGÊNIO MONTEIRO RABELO

**INTERNET, ESFERA PÚBLICA E COMUNICAÇÃO:
DOIS ESTUDOS DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Área de concentração: Comunicação e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas.

GOIÂNIA
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG mr**

R114i Rabelo, Leon Eugênio Monteiro.
Internet, esfera pública e comunicação [manuscrito]: dois estudos de caso / Leon Eugênio Monteiro Rabelo. – 2012.
133 f. : il..

Orientador: Prof. Luiz Antonio Signates Freitas.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2012.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndices.

1. Wikileaks. 2. Blog. 3. Nassif, Luís. 4. Tecnologia da
informação e comunicação. I. Título.

CDU:004.774.6BLOG

LEON EUGÊNIO MONTEIRO RABELO

**INTERNET, ESFERA PÚBLICA E COMUNICAÇÃO:
DOIS ESTUDOS DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Aprovada em ____/____/____.

Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas (Orientador)
Universidade Federal do Estado de Goiás (UFG)

Prof. Dr. José Luiz Braga
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Goiamérico Felício
Universidade Federal do Estado de Goiás (UFG)

*Dedico este trabalho à memória de Victor Folkening, que hoje
já comunica por outros caminhos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os colegas e professores da FACOMB – UFG e a todos do PPG em Comunicação da Unisinos. Em particular, ao meu orientador Luiz Signates, que aceitou este orientando um tanto “estranho no ninho” dos estudos comunicacionais.

Agradeço, também, em particular ao velho amigo Daniel Christino, sem o qual este projeto não teria se realizado, e ao novo amigo Marcelo Igor de Sousa, por aguentarem os dois as minhas perguntas bobas, quase o tempo todo.

RESUMO

RABELO, Leon Eugênio Monteiro. Internet, Esfera Pública e Comunicação: dois estudos de caso. 2012. 133 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

As novas tecnologias de comunicação e informação, notadamente suas aplicações em rede e suas diversas configurações na internet, estão cada vez mais presentes na sociedade e política contemporâneas. Em ritmos cada vez mais acelerados, elas vão se intrometendo em ambientes e dinâmicas tradicionais, provocando reações nos atores constituídos desses ambientes, dando origem a desdobramentos que, no âmbito dos estudos comunicacionais, levantam novas perguntas e perspectivas a serem investigadas. Dentro dessa problemática, o presente trabalho escolheu dois casos para maior detalhamento: o site de vazamento *Wikileaks*, e o *Blog do Luis Nassif*. Os dois casos foram analisados segundo a perspectiva de serem fenômenos que alteram algumas das lógicas interacionais nos ambientes em que eles surgem e nos quais elas passam a estabelecer relações de interação, disputa e deslocamentos. Os dois casos, sem relação específica entre si, foram abordados num arco conceitual em torno de elementos da teoria social clássica, em particular as tradições críticas em torno da Esfera Pública. Já para problematizar os aspectos comunicacionais dos referidos casos, foi mobilizado o conceito de *dispositivo interacional*, tal como ele aparece nos estudos de comunicação contemporâneos.

Palavras-chave: Internet. Esfera Pública. Dispositivos Interacionais. Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

ABSTRACT

RABELO, Leon Eugene Miller. Internet, Public Sphere and Communication: two case studies. 2012. 133 f. Dissertation (Graduate Program in Communication) - Faculty of Communication and Library Science, Federal University of Goiás, Goiânia, 2012.

The new communication and information technologies, especially in their various applications in network environments, as is the case of the Internet, are increasingly present in contemporary society and politics. In an accelerated pace, they meddle in traditional social settings, causing plenty of reactions among their established actors, leading to developments that, in the context of communication studies, raise new questions and perspectives to be investigated. Within this universe, this study picked out two cases to be more closely detailed: the website *Wikileaks*, and the *Blog do Luis Nassif*. The two cases were analyzed as phenomena that alter some of the interactional logic of the environment in which they appear, and in which they begin to establish relations of interaction, conflict and displacement. The two cases, that at first have no specific relationship between them, were addressed in an around some conceptual elements of classical social theory, particularly the critical traditions of the Public Sphere. As for their communicational aspects, they've been investigated according to the concept of *interactional device*, as it appears in contemporary communication studies.

Keywords: Internet. Public Sphere. Interactional Device. New Communication and Information Technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Universo Epistemológico, eixo conceitual e viés comunicacional.....	30
Figura 2 - Universo Empírico.....	30
Figura 3 - Casos Escolhidos.....	31
Figura 4 - Categorias derivadas dos eixos conceituais.....	31
Figura 5 - ‘Conceitos de percurso’ e problematizações	32
Figura 6 - Unidade pela problematização comunicacional.....	33
Figura 7 - Página do Wikileaks, com funções interativas, sobre os Relatórios Militares da Guerra do Iraque.....	47
Figura 8 - Mapa interativo de visualização de telegramas diplomáticos, por Andrew Moere.....	50
Figura 9 - Servidores espelhos do Wikileaks, a partir dos servidores na Suécia.....	51
Figura 10 - Ordens de ataque virtual, postadas no Twitter, comandadas por organizações hackers contra sites que boicotaram o Wikileaks	65
Figura 11 - Campos sociais pertencentes, em parte, à esfera pública.....	78
Figura 12 - Lugar ocupado pelo Jornalismo e/ou meios de comunicação.....	79
Figura 13 - Lugar ocupado pelo Wikileaks.....	80
Figura 14 - Disposição entre esfera pública, meios de comunicação e internet.....	108
Figura 15 - Localização do Blog do Luis Nassif.....	108
Figura 16 - Desenvolvimento do ‘Caso Feminazi’	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONCEITOS DE PARTIDA	12
1.1 INTERNET.....	12
1.1.1 Materialidade x Virtualidade.....	12
1.1.2 Hierarquia x Transversalidade.....	16
1.2 ESFERA PÚBLICA: HORIZONTES CONCEITUAIS	17
1.2.1 As mídias dentro da esfera pública	19
1.2.2 Espaços midiáticos convencionais e a Internet	21
1.2.3 Eixos de análise	23
1.3 DISPOSITIVO INTERACIONAL.....	24
1.3.1 Conceito de dispositivo.....	24
1.3.2 Mobilização do dispositivo.....	26
2 APRESENTAÇÃO DOS CASOS E QUESTÕES DE MÉTODO	28
2.1 A QUESTÃO DA UNIDADE DO PROJETO	28
2.2 REFERÊNCIAS: ACADEMIA <i>VERSUS</i> FÓRUMS INFORMAIS.....	34
3 ACESSIBILIDADE: MÍDIAS CONVENCIONAIS E MODELOS EMERGENTES DE ACESSO.....	37
3.1 PRÁTICAS CONVENCIONAIS VS. NOVAS TENDÊNCIAS.....	38
3.2 ESTUDO DE CASO: WIKILEAKS.....	40
3.2.1 Problematização específica.....	44
3.2.2 Funcionalidades e ecossistemas.....	47
3.2.3 Processamento das informações: uma funcionalidade social.....	48
3.2.4 Wikileaks e o jornalismo: colaboração, disputa e deslocamentos.....	52
3.2.5 Wikileaks e a política institucional.....	59
3.2.6 Reação e resistência no ciberespaço.....	62
3.2.7 Os ataques DoS e DDoS.....	64
3.2.8 A questão jurídica e sua problemática na Suécia.....	66
3.2.9 O Partido Pirata.....	67
3.2.10 Regulamentação e liberdade de expressão na Suécia.....	68

3.2.11 Últimos acontecimentos.....	72
3.2.12 Conclusões: o Wikileaks como um dispositivo de acesso.....	75
3.2.13 Iconografia do caso.....	78
4 DISCURSIVIDADE	81
4.1 DUAS ACEPÇÕES DE DISCURSO.....	81
4.2 ESTUDO DE CASO: O BLOG DO LUÍS NASSIF.....	87
4.2.1 Descrição de funcionalidades	89
4.2.2 Dois eixos de observação.....	91
4.2.3 Eixo 1: arquitetura e fluxos nos espaços internos do blog.....	91
4.2.3.1 Amostra quanto à origem das postagens.....	92
4.2.3.2 Detalhamento e análise da amostra.....	93
4.2.3.3 Colaboração na produção de conteúdos do Blog.....	94
4.2.4 Eixo 2: relações externas “blog – blogosfera”.....	95
4.2.5 O episódio “Feminazi”: um conto entre dois blogs.....	95
4.2.5.1 A repercussão no Blog “O Biscoito Fino e a Massa”	98
4.2.5.2 Extensão temporal.....	98
4.2.5.3 Filtragem ou edição dos comentários.....	98
4.2.5.4 Tipologia preliminar dos comentários.....	99
4.2.5.5 Apoiadores.....	99
4.2.5.6 Contrários.....	100
4.2.5.7 ‘Meta-Críticos’	101
4.2.5.8 O post: “A Nova Blogosfera e o Episódio com as Feministas”	104
4.2.6 Conclusões: o blog como dispositivo discursivo.....	107
5 OS DOIS DISPOSITIVOS LADO A LADO.....	112
CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

INTRODUÇÃO

De que maneira e os eventos ligados às novas tecnologias de informação e comunicação, notadamente aquelas relacionadas à internet, estão transformando as dinâmicas de comunicação da sociedade contemporânea? E quais seriam as possíveis consequências dessas transformações para os espaços sociais de debates e formação de opinião, no horizonte amplo de questões que, em seu conjunto, são denominados de esfera pública?

Obviamente, a generalidade dessas perguntas é muito grande, arriscando-se a cair no puramente especulativo para respondê-las. Mas suas motivações e situação de partida é a constatação bastante palpável – e cada vez mais frequente – do potencial que a conectividade e os recursos tecnológicos da sociedade atual possuem para as mais variadas formas de interação discursivas, debates e mobilizações de opiniões. À medida que esse potencial vai se concretizando no cotidiano das pessoas e instituições, surgem indícios de que se está diante de um cenário de efetiva transformação em relação ao passado recente. Apenas que o quadro é complexo e contraditório. As novidades se dispersam em meio aos mais variados impulsos e correntes sociais, sendo pulverizadas em milhões de casos isolados; às vezes se configurando em organizações e tendências, às vezes tomam forma de movimentos ou correntes, às vezes se esgotando, às vezes ressurgindo.

Os que analisam tais expressões se dividem no que pode ser chamado, sem exagero, de duas torcidas. Alguns são totalmente entusiastas das novas possibilidades, esquecendo-se dos ensinamentos das tradições intelectuais de crítica histórica e política. Parece não enxergarem que a sociedade contemporânea permanece com suas estruturas fundamentais de poder praticamente inalteradas, se comparado ao que era antes da internet. Há aqueles que simplesmente igualam ciberespaço e esfera pública: Pierre Lévy fala da internet como uma “esfera pública global hipermediada”,¹ colocando seu potencial comunicativo e emancipatório praticamente como uma inevitabilidade. A internet estaria ampliando positivamente, segundo este autor, todas as esferas de interação e práticas sociais da sociedade contemporânea – dentre as quais se encontram as

¹ “*Global Hipermedia Public Sphere*”, em palestra no dia 02/09/2011. “Pierre Lévy discute a aprendizagem das redes digitais no ciclo USP 2.0”. Disponível em: <<http://migre.me/5gxzb>>. Acesso em: 12 set. 2011.

dimensões políticas do espaço público de debates – restando apenas a estas, bem como as análises que lhes são feitas, acomodarem-se aos novos bons tempos.

Outros são aguerridamente cétricos, e mesmo diante das muitas mudanças cotidianas, afirmam que não há nada de novo ocorrendo no palco social, sendo as novidades apenas expressão de antigos e já conhecidos esquemas de dominação, exclusão, ideologia, etc.

A ideia que a Internet favorece aos oprimidos, mais do que aos opressores, é uma deturpação que eu chamo de “ciber-utopismo”: uma ingênua crença na pretensa a natureza emancipatória da comunicação online, baseada numa obstinada recusa de ver seus lados deletérios.²

Segundo estes, o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação é apenas o corolário de processos usuais de cooptação por parte de grupos corporativas e estruturas de poder, não se assemelhando em nada a um espaço que permitisse práticas emancipatórias para a cidadania. Para estes autores, o desenvolvimento da internet preserva intactos os aspectos corporativos das mídias de massa, e quanto mais estes se desenvolvem, maiores serão os “danos para as fundações do sistema democrático.”³

Diante de tais dicotomias, a posição de saída do presente trabalho é de cautela. Mesmo aos se reconhecer que vários dos fenômenos recentes parecem obedecer a novas lógicas, contendo boas possibilidades, não parece que se está diante de uma situação totalmente alterada em relação aos modelos e dinâmicas anteriores. Antes, parece que se está diante de situações ainda híbridas, onde formas tradicionais se confrontam ou respondem às novas expressões, surgindo diálogos contraditórios e tendências de sentidos opostos. Mesmo havendo motivo para otimismo, são necessárias a atenta investigação e a discussão crítica de cada caso e seus possíveis desdobramentos. Em relação às possibilidades ou perigos da internet, não se trata de fazer apostas positivas ou negativas, mas mostrar, segundo James Bohman, “como a internet se desenvolve na interação com estruturas sociais mais amplas, problemáticas ‘offline’ e conflitos diversos, que ela internaliza e refrata.”⁴ O presente trabalho parte, portanto, do pressuposto que se está diante de uma situação contraditória desde a origem, cujas complexidades necessitam ser consideradas ao longo de

² MOROZOV, E. *The Net Delusion, the dark side of Internet freedom*. Philadelphia: Public Affairs, 2011, p. XIII.

³ GITLIN, T. **Public sphere or public sphericules?** In LIEBES, T and CURRAN, J. (orgs.): **Media, Ritual, and Identity**. London, Routledge, 1998, p. 170.

⁴ BOHMAN, James. **Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy**, in CROSSLEY, Nick & ROBERTS, John M. (orgs.): **After Habermas, New Perspectives on the Public Sphere**, Oxford, Blackwell Publishing, 2004, p 141.

toda a trajetória de sua investigação, não cabendo a esta última ‘resolver’ ou dar respostas definitivas aos processos abordados. Ainda mais por se tratar de problemáticas recentes e sujeitas a rápidas transformações, o principal eixo do trabalho terá o sentido de observar algumas tendências, em cima de casos empíricos específicos, e formular sobre elas diferentes questões e problemas.

1 CONCEITOS DE PARTIDA

De início, para que se possa precisar melhor o arcabouço de referenciais teóricos do trabalho de análise e pesquisa à frente, há que se apresentar alguns de seus conceitos de partida, em cujos horizontes se pretende depois seguir as problematizações específicas. O primeiro desses conceitos será o de internet, ou ciberespaço, como palco de ocorrências transformadoras de muitas das lógicas de mediação da sociedade contemporânea. O segundo conceito será o de ‘esfera pública’ – ou, antes, uma pequena parte desse amplo conceito. Em específico, ele será discutido em referência ao papel que os meios de comunicação de massa desempenham em alguns dos processos ordenatórios quanto a sua *acessibilidade*, bem como em suas expressões de *discursividade*. E, finalmente, será apresentado como os casos empíricos abordados podem ser problematizados enquanto eixos de discussão comunicacionais. É importante frisar que nessas exposições, cada conceito será apresentado em suas dinâmicas de interação com os demais, não havendo uma separação artificial entre elas. Nesse sentido, a apresentação dos conceitos, já é um primeiro exercício de problematização e colocação de perguntas.

1.1 INTERNET

1.1.1 Materialidade x virtualidade

Por sua amplidão e por sua onipresença, nos mais variados ambientes sociais contemporâneos, a tarefa de ‘conceituar’ a internet parece hoje quase um despropósito ou, ao menos, uma empreitada desmedida. Na segunda década do século XXI, não se concebe mais a cultura contemporânea sem as inúmeras formas de mediação e ambientes de interação provenientes da conectividade instantânea das redes virtuais. Dentro das ciências humanas, muitas formulações parecem acompanhar essas dinâmicas, ou fazem mesmo a sua previsão. Já na década de 1980, por exemplo, Deleuze e Guattari, com seu famoso conceito de “rizoma” discutiam a manifestação de “sistemas a-centrados”, onde a comunicação ocorria sem a predominância de eixos determinantes e onde havia possibilidades de intercâmbio entre os seus blocos ou células individuais. Onde, enfim, uma determinada realidade se definiria somente por um estado a tal momento, de tal maneira que as

operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância central.⁵

No entanto, mais do que um conceito teórico, a internet já figura como uma dimensão fundamental da vida prática contemporânea, tanto social quanto individual, desdobrando-se em quase infinitas ocorrências particulares. E justamente por esse motivo, deve se tomar cuidado ao tentar abarcá-la num só gesto heurístico. Ao se pensar a internet como uma entidade determinada, como algo definido, presume-se uma unidade que talvez seja ilusória. Numa entrevista recente, Evgeny Mozorov afirma a impotência da palavra ‘internet’ como um conceito analítico ou mesmo de descrição. Mozorov ataca

esses ‘meta-conceitos’ que são ambíguos e ambiciosos demais e que, em última instância, são insatisfatórios para propósitos analíticos. Eu temo que ‘a internet’ se tornou um conceito assim... que esconde mais do que revela. (...) Os atores políticos (*policymakers*) deviam evitar fazer avaliações em cima desses ‘meta-conceitos’ e, ao contrário, desagrega-los e se confrontar com cada um dos componentes que os constituem.⁶

Portanto, mais do que a torcida otimista ou cética, ou por afirmações por demais generalistas, o que se precisa é de perguntas incisivas sobre as especificidades das novas problemáticas, estudadas caso a caso. E de saída, pode-se questionar sobre o que há de efetivamente novo, do ponto de vista comunicacional, nas novas tecnologias e práticas do ciberespaço. O termo “rede social”, por exemplo, que é hoje usado como algo novo, pertencente à práticas da internet. É bem sabido, dentro da sociologia, que o estudo das redes sociais foi um tema da investigação sociológica bem anterior às conexões computadorizadas, desenvolvendo-se ao longo do século XX e constituindo um ramo das pesquisas em ciências sociais aplicadas.⁷

Da mesma forma, fala-se em ‘interatividade’ das novas tecnologias como algo absolutamente novo, visto que agora os usuários das redes podem dar visibilidades às suas intervenções, uns com os outros e diante às expressões da mídia convencionalmente difundida. Mas como observa José Luiz Braga, faz-se aí uma confusão, ao se tomar as possibilidades de visualizar a “interatividade restrita (respostas pontuais, especificamente de retorno direto ao polo

⁵ DELEUZ, G; GUATARRI, F. Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 26.

⁶ Disponível em: < <http://www.journalismfestival.com/news/evgenymorozov-openness-always-good-control-bad-crazy/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

⁷ Cf. FREEMAN, L.C. The Development of Social Network Analysis, Vancouver: Empirical Press, 2004.

produtor/emissor)” como a única forma possível de interatividade. Ficaria então esquecida a presença da “interatividade difusa”, igual ou ainda mais importante que a restrita, onde as muitas respostas sociais aos meios de comunicação tomam diversos formatos, tais como “repercussão – redirecionamento – circulação de reações”.⁸ Ou seja, não se tratam de formas inéditas de interatividade, mas expressões que sempre existiram nas reações e interações entre os meios de comunicação e a sociedade, constituindo muitas das questões dos estudos comunicacionais tradicionais.

Talvez seja, então, a fácil *visibilidade* dessas interações, bem como a das redes sociais, que constituem os novos elementos cujas consequências cumpre analisar. Aquilo que garante as funcionalidades sociais a um site ou aplicação, aquilo que o determina enquanto uma ‘rede social’ seria, segundo Boyd e Ellison, não o fato de que lá pessoas estranhas no mundo social ‘real’ podem se encontrar, mas que ele permite a seus usuários tornarem visíveis suas conexões sociais e as articularem.

Definimos um site de rede social como serviços virtuais (*web-based services*) que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema delimitado (*bounded system*), (2) articular uma lista de outros usuários com os quais eles mantêm uma conexão e (3) ver ou percorrer a sua lista de conexões e àquelas feitas pelos demais usuários dentro dos limites do sistema.⁹

Ou seja, muitas das nossas ações e articulações interacionais, que antes podiam ser evidenciadas apenas através da investigação sistemática por parte das diversas ciências, podem hoje ser vistas e manuseadas de maneira informal; por um público muito mais amplo e heterogêneo. Em tese, isso traria mudanças mais ou menos expressivas à percepção social desse universo de interações. Da mesma maneira, devem ocorrer mudanças comunicacionais decorrentes do barateamento, velocidade, instantaneidade e massividade dos novos recursos e tecnologias. A facilidade, por exemplo, com que se articulam, hoje, conversas e discussões coletivas, através de recursos já banais, tais como a função “responder a todos” nas caixas de e-mail, certamente impulsionam as dinâmicas comunicacionais para novas dimensões.

⁸ Cf. BRAGA, J.L. Mediatização como processo interacional de referência, in Médola, Araújo & Bruno (orgs.): Imagem, Visibilidade e Cultura Mídia, Livro da XV Compós, Porto Alegre: Sulina, 2007.

⁹ BOYD, D.; ELLISON, N. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship, in Journal of Computer-Mediated Communication, v.13, n. 1, p. 210-230, 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

Essa visibilidade, ou caráter manuseável, das formas de interação da internet impulsionam seus usos sociais e políticos, o que gera dinâmicas imprevistas para websites e redes sociais, tais como o Twitter e Facebook. Tome-se como exemplo os movimentos pró-democracia do mundo árabe, que eclodiram na chamada “Primavera Árabe”, no começo de 2011. Os sites de redes sociais, criadas no ocidente para serem apenas ferramentas de sociabilidade informal, mais ou menos frívolas, tornaram-se instrumentos fundamentais para a ação política em sociedades repressivas. Como twitou um usuário chamado “ShababLibya” do “Movimento de Juventude Líbio”, citando por sua vez um outro manifestante, anônimo entre milhões: “Um egípcio disse: o Facebook usado para firmar a data, o Twitter usado para dividir a logística, o Youtube para mostrar ao mundo, todos eles para conectar as pessoas”.¹⁰ Percebe-se em afirmações como esta que há uma inequívoca esperança de que essas ferramentas possam de fato emancipar a cidadania política e cultural.

Por outro lado, deve se observar que muitas das tramas e tendências vão contra as expectativas do senso comum e as esperanças dos movimentos pela cidadania. A virtualidade e o caráter pretensamente imaterial e etéreo das redes cibernéticas seriam necessariamente uma garantia de liberdade? As teorizações de vanguarda quanto à teoria de redes, desenvolvidas no espaço entre as inovações tecnológicas e as possíveis transformações que elas trazem para a teoria social, chegam muitas vezes a resultados contrários. A começar pela percepção de “virtualidade” como algo imaterial e intangível. Pensadores como Bruno Latour afirmam que, ao contrário, quanto mais *material e concreto* é um suporte, mais *virtual* será sua mediação.¹¹ Ou seja: os meios pré-digitais, tais como os livros, com sua existência material em papel, podem ser mediados e ‘circular’ na mente solitária de seus leitores. Caso seja a escolha destes, há como se deixar poucos vestígios materiais *diretos* da interação com o suporte. E Latour aposta também no inverso: quanto mais virtual o suporte, mais evidentes e materiais serão os registros de trânsito por ele.¹² Nas ‘imateriais’ redes computacionais, não há como agir ou existir sem deixar pegadas e rastros digitais, que podem facilmente ser identificados por outros. Quanto mais virtual o suporte, mais pública as suas manifestações interacionais.

¹⁰ @ShababLibya , twitado em 30/11/2011, às 14:00, (horário de Brasília).

¹¹ LATOUR, B. *Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-network Theorist*, disponível em: <<http://migre.me/6i6XP> ou em <http://www.bruno-latour.fr/>>. Acesso em: 20 nov.2011.

¹² Idem.

Portanto, a existência física das redes e sua gestão passam inexoravelmente pelo controle de seus processos. A visibilidade das interações passa a ser também a condição de sua *rastreabilidade*, o que permite um sem-número de ações de supervisão e poder. Como afirma Galloway “o princípio fundante da rede (*the Net*) não é a liberdade, mas o controle. O controle está lá desde seu início.”¹³ Os eventos recentes da internet, portanto, têm tendências tanto numa direção quanto na outra, sendo que seus desdobramentos políticos e comunicacionais precisam ser observados em seus detalhes e particularidades.

1.1.2 Hierarquia x transversalidade

Cumpra ainda fazer alguns apontamentos sobre a questão da transversalidade dos processos em rede. As novas tecnologias e práticas interacionais que elas permitem têm criado inéditas formas de mobilização não apenas entre os atores individuais. Também as instituições da política, da cultura e da comunicação, estão sendo afetadas. Na verdade, uma das apostas é que está se alterando a dialética entre as instituições e o indivíduo. Se antes muitas das instituições da vida pública – em suas lógicas de poder – tendiam a ser hierarquizadas, burocráticas e profissionalizadas, agora elas necessitam se confrontar, ou menos interagir, com ações espontâneas de movimentos em rede, que por natureza têm seus contornos difusos e suas lógicas baseadas na transversalidade e permeabilidade. Ora, percebe-se também aqui uma precipitação – ou simples incompreensão – em muitas das colocações do senso comum, hoje vigentes, sobre as reais características das interações no ciberespaço: pensa-se frequentemente que estas seriam automaticamente ‘abertas’, ‘livres’ e sem interferências ou intermediações.

Por exemplo, tão recente como em setembro de 2011, podia se ler afirmações tais como as do importante jornalista e editor espanhol Juan Luís Cebrián, fundador do jornal “El País”:

A internet representa o fim da intermediação. Desaparece o conceito de hierarquia, por exemplo, pois não há uma pessoa que manda e outras que obedecem, não está lá o Estado ou o padre para dizer o que é importante ou não. Há uma organização da sociedade em rede muito participativa, sem lideranças claras. No caso dos jornalistas, isso nos afeta. Os jornalistas são intermediários entre a realidade e os cidadãos. A partir da internet, as próprias pessoas contam o que está acontecendo com elas, sem intermediários.”¹⁴

¹³ GALLOWAY, A: Protocol: How Control Exists after Decentralization, Cambridge, The MIT Press, 2004, p. 142

¹⁴ Entrevista disponível em: < <http://migre.me/5N0Lt>>. Acesso em: 26 set. 2011.

Observa-se que se isso fosse verdade para o jornalismo, seria bem possível que também o fosse para todas as outras áreas comunicacionais, com consequências nos aspectos de sua organização profissional, de formação e deontologia. Esse tipo de aposta será examinado de forma crítica pelo presente trabalho; será investigado se a internet representa, de fato, “o fim da intermediação” ou – eis a aposta – apenas importantes transformações nas maneiras pelas quais esta intermediação se dá. Em suma: mais do que afirmar o ineditismo absoluto, relativo ou mesmo inexistente das práticas comunicacionais em relação às novas tecnologias, cabe investigar, caso a caso, quais as implicações de seus usos e apropriações pelos diversos atores e palcos sociais, quais os desdobramentos e problemáticas que eles irão engendrar. E é portanto na intersecção crítica desses dois polos – a do pensamento que não enxerga *nenhuma* mudança recente versus os que acham que *tudo* mudou – que se inserem as tentativas de formulação aqui presentes. Ao se analisar em maiores detalhes algumas situações de observação sobre fenômenos contemporâneos, sem a pretensão de exauri-las e nem render um tratamento integral acerca de seus conceitos de horizontes, talvez se consiga lançar alguma luz às questões investigadas e divisar alguns dos caminhos pelos quais elas estão se desdobrando.

Como o eixo da análise dos casos escolhidos será, sobretudo, por algumas das questões ligadas às dinâmicas interacionais dos espaços públicos, os processos que regem os mecanismos de publicação e suas dinâmicas de debates, há que se aclarar, de forma breve, o próprio conceito de *esfera pública* e, dentro dele, o papel tanto das mídias, tanto as tradicionais quanto as suas novas formas.

1.2 ESFERA PÚBLICA: HORIZONTES CONCEITUAIS

Na trajetória de investigação que se pretende aqui, o conceito de esfera pública será usado de forma bastante restrita, mais como um ponto de partida, não se constituindo como seu ambiente central de discussões. Nesse sentido, o presente trabalho não é propriamente *sobre* a esfera pública – o que demandaria, de saída, uma considerável elaboração na área da ciência e filosofia políticas – mas apenas a toma como um horizonte conceitual a ser problematizado, dentro do qual emergem alguns fios de condução.

De saída, percebe-se que a discussão sobre a esfera pública parece sempre oscilar entre dois polos, que poderiam ser denominados – de maneira talvez um tanto esquemática e apenas por

motivos de exposição – de ‘normativo’ e ‘histórico’.¹⁵ Enquanto o primeiro polo elabora sobre os fundamentos *teóricos ou ideias* de como deveriam ser os postulados das dinâmicas de formação de opinião e posicionamentos argumentativos no espaço público, o segundo se indaga quais os processos e fatores *históricos* que fazem efetivamente progredir – ou degenerar – as suas dinâmicas.

É dentro do âmbito normativo que se encontra a enunciação teórica consagrada do que seria a esfera pública. Resumidamente, esfera pública seria a constituição de um espaço social de interações igualitário, autônomo tanto em relação à esfera privada quanto ao poder de estado, onde um público isonômico, formado por indivíduos livres e esclarecidos, poderia, através da livre argumentação racional e discursiva, tanto defender suas razões individuais quanto se acercar das razões de outrem, no sentido da definição de uma razão pública e a promoção deliberativa do bem comum. A esfera pública pode assim ser definida como: “domínio daquilo que é público”, “arena política”, “espaço público”, “domínio discursivo aberto”, “interação social”.¹⁶ Em seu conjunto, trata-se de um conceito amplo acerca das possibilidades interativas dos espaços sociais comuns, cuja idealidade necessariamente se inflexiona sobre qualquer abordagem ‘histórica’, onde casos particulares são analisados especificamente.

Para Wilson Gomes “(...) o conceito de esfera pública não pode ser descritivo, mas é normativo. Isso significa que só aparentemente ele descreve o que se passa com os fenômenos; na verdade ele diz como os fenômenos seriam, se fossem como deveriam ser.”¹⁷ Ora, mesmo sendo a esfera pública uma abstração, baseada no pressuposto de que existam reais intenções comunicativas entre diferentes atores, sabe-se que é também dentro de seus espaços que se articulam – de forma bem concreta – estratégias antagônicas, excludentes e tentativas de controle. Os espaços públicos de interação, estando sujeitos a disputas e correlações de poder, sempre foram objetos de processos colonizadores, que sobre eles tentam impor regras e estruturas alheias às suas lógicas de abertura e acessibilidade. Essas ações de confronto e controle fazem com que os interesses estratégicos diversos transformem a esfera pública “em um sem números de arenas”.¹⁸ Como afirma Habermas:

¹⁵ McKEE, A.: **The Public Sphere, an Introduction**, New York, Cambridge University Press, 2005, p. 26-28.

¹⁶ Cf. GOMES, W: **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política**. In Maia, Rousiley & Spínola, Maria C.p.S. (orgs.): **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p. 222.

¹⁷ GOMES, W. **Esfera Pública Política e Média: com Habermas, contra Habermas**, in **Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos**, RUBIN, BENTZ & PINTO (orgs.). Petrópolis, Ed. Vozes, 2006, p 185

¹⁸ SIGNATES, Luiz. **A Sombra e o Avesso da Luz, Habermas e a Comunicação Social**, Goiânia: Kelps, 2009, p.184

À medida que a reprodução social ainda depende da decisão de consumir e que o exercício do poder político depende da decisão eleitoral das pessoas privadas, existe um interesse no sentido de se ter influência sobre isso – aqui, para elevar a venda; ali para aumentar formalmente a participação eleitoral formal deste ou daquele partido ou então dar informalmente um maior peso à pressão de determinadas organizações. O espaço social das decisões privadas é prejudicado por fatores objetivos como o poder de compra e a participação em grupos, sobretudo pelo status socioeconômico.¹⁹

Ou seja, não se deve imaginar um momento feliz, na história ou num caso empírico abordado, onde haveria uma configuração formalmente perfeita, que cumprissem com todos os postulados ideais do que seja uma esfera pública. Nas análises de processos históricos particulares, portanto, há que se esperar por tendências de corrupção e degeneração que invariavelmente acometem os espaços públicos, mediante fatores sistemicamente articulados, tais como a hierarquia, o poder político ou econômico.

1.2.1 As mídias dentro da esfera pública

Dentro desse entendimento polarizado da esfera pública – entre norma e história – uma das instâncias que mais se prestam para análises particulares é a mídia, ou os processos midiáticos, por serem eles fundamentais na elaboração da visibilidade pública e a edição e controle de seus processos. Os atores políticos “precisam transacionar com os agentes da mídia para que seus interesses e suas causas possam ganhar existência pública”.²⁰ Por essa centralidade, a mídia sempre foi uma das principais instâncias de ocorrência dos processos de cooptação da esfera pública e, contraditoriamente, também espaço de resistência a essa cooptação. A mídia

distribui a informação necessária para que os cidadãos possam fazer uma escolha esclarecida à época das eleições; ela facilita a formação da opinião pública ao prover um fórum de debate independente; e ela possibilita ao povo influenciar a conduta dos governos, ao articular suas posições. A mídia é, portanto, a principal instituição da esfera pública.²¹

Os processos históricos de domínio da mídia pelos interesses corporativos constituem assim também a história de dominação de uma parte fundamental dos instrumentos sociais de esclarecimento e mobilização política. E a análise crítica dos espaços públicos de debates não pode

¹⁹ HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 208.

²⁰ Maia, Rousiley: *Mídia e Vida Pública, Modos de Abordagem*, in Maia, Rousiley & Spínola, Maria C.P.S. (orgs.): *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*, Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.27.

²¹ CURRAN, J. *Rethinking the media as a public sphere*, in DAHLGREN, P. & SPARKS, C. (orgs): *Communication and Citizenship: Journalism and the Public Sphere*, London & New York, Routledge, 2005, p. 29.

prescindir da observação crítica desses processos, pois eles são “o pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública.”²² São em parte mediante eles que ocorre, em termos práticos, a transformação – ou constituição – do espaço público de debates em um *mercado*.

Na verdade, aqui se pode flagrar a entrada em cena de outra forma de publicidade, entendida não mais como exposição discursiva das posições num debate acessível a todos os concernidos e conduzida com razoabilidade, mas como exposição de posições e produtos para os quais se deseja formas concretas de adesão. (...) as posições são verbalizadas para convencer, não para demonstrar dialogicamente.²³

Essa influência degenerativa da mídia, ou ao menos perturbadora, em função de interesses estratégicos e mobilizações de mercado, possibilitam toda uma série de análises pessimistas sobre as práticas e processos concretos dos espaços comunicacionais da sociedade moderna. Uma delas é a subdivisão ou fragmentação dos públicos, eliminando as perspectivas de discussões amplas, nas quais o bem comum poderia ser visibilizado como uma esfera única de debates e deliberação.²⁴ Segundo tais perspectivas de sequestro dos aspectos públicos das práticas midiáticas, em função de interesses comerciais ou privados, os processos de comunicação em massa enfraqueceriam, e até ameaçariam, os fundamentos do sistema democrático moderno e de sua esfera pública. Para essas posições, é ingenuidade pensar que

(...) a pluralização dos públicos [em função de interesses comerciais] produz um mosaico que reflita adequadamente o balanço dos interesses sociais, ou que as pequenas esferas se interconectam adequadamente umas com as outras para constituírem uma esfera pública apropriadamente funcional, baseada no diálogo genuíno.²⁵

Mas há também posições de contraponto a essas visões pessimistas. Leituras mais recentes apontam um viés menos fatalista do desenvolvimento da esfera pública dentro da modernidade midiática, onde se faz o reconhecimento que o desenvolvimento dos meios de comunicação modernos não representa inexoravelmente a degradação da esfera pública. Estas leituras criticam os pessimistas por eles não reconhecerem

(...) os valores e vantagens da esfera pública política mediada pela comunicação de massa. O valor não reconhecido, e que só agora se torna uma importante agenda para a pesquisa em comunicação e democracia, consiste na constatação de que há

²² HABERMAS, J. *opus cit.*, p. 218

²³ GOMES, W. *opus cit.*, p. 165.

²⁴ GITLIN, T.: *opus cit.*, p. 172

²⁵ LIEBES, T.; CURRAN, J. The Intellectual Legacy of Elihu Katz, in LIEBES, T and CURRAN, J.(orgs.): *Media, Ritual, and Identity*. London, Routledge: 1998, p. 13.

certamente bastante espaço para a discussão pública na sociedade dos *mass media*. A discussão ou (...) a deliberação pública não é uma vítima sacrificial da comunicação de massa.²⁶

Constata-se, portanto, que além do pêndulo entre norma e história, há também um movimento entre pessimismo e otimismo quanto ao desenvolvimento histórico dos espaços públicos de debate e formação de opinião, na modernidade.

1.2.2 Espaços midiáticos tradicionais e a Internet

Como ficam, então, dentro dessas polarizações, as relações entre as dinâmicas midiáticas tradicionalmente estabelecidas e as novas lógicas da internet? A propósito, leia-se a seguinte passagem de Habermas:

(...) só os âmbitos de ação que cumprem funções econômicas e políticas podem ser efetivamente regulados pelos meios de controle [dinheiro e poder]; estes meios fracassam no âmbito da reprodução cultural, da integração social e da socialização; nestas funções, eles não podem substituir, como formas de coordenação da ação, ao mecanismo de entendimento mútuo.²⁷

Será que essa descrição das resistências a cooptação, em âmbitos de interação onde operam elementos comunicativos intrapessoais, poderia ser aplicada sem problematização à internet – ou ao menos a algumas de suas dinâmicas comunicacionais? Ou, ao contrário, a internet nada mais do que se conformaria com determinações sistêmicas ou corporativas, que agridem os espaços públicos modernos em função de interesses econômicos ou de poder?

É oportuno lembrar que, ainda em 2005, Habermas apontava a fragmentação dos públicos da internet como um fator impedor quanto ao seu potencial de esfera pública. Numa nota de rodapé, ele faz o seguinte “comentário sobre a Internet”:

(...) a comunicação mediada por computador através da internet pode desmandar méritos democráticos inequívocos somente para um contexto especial: ela pode desafiar a censura imposta por regimes autoritários que tentam controlar e reprimir a opinião pública. No **contexto de regimes liberais**, o crescimento de milhões de salas de bate-papo (chat rooms) fragmentadas através do mundo tende, contudo, a uma **fragmentação de amplas audiências de massa**, porém politicamente

²⁶ GOMES, W. Esfera Pública Política e Comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jurgen Habermas, in GOMES; MAIA. Comunicação e Democracia, São Paulo: Paulus, 2008, p. 65-66.

²⁷ HABERMAS, J. Theory of Communicative Action. v. II, Boston, Beacon Press: 1987, p. 322

focadas, em um grande número de públicos isolados e voltados para uma única questão.²⁸ (grifos adicionados)

No limiar, para Habermas – ao menos até a época dessa intervenção – a “comunicação online” poderia desempenhar apenas um “papel parasita”²⁹ em relação à mídia convencional, no papel que esta última tem na constituição das esferas públicas nacionais, porque permitiria *apenas* a formação de grupos de discussão e/ou recepção passiva aos conteúdos veiculados pela mídia tradicional. A intrínseca tendência à fragmentação de seus públicos impediria, ou ao menos dificultaria, segundo Habermas, que a internet tivesse autonomia e legitimidade quanto à constituição de pautas sociais de maior relevância.

Vale observar que, à época em que foram proferidas, essas colocações foram francamente decepcionantes para um significativo número de pesquisadores que defendiam o caráter público do espaço virtual e que o apresentavam como alternativa à massificação da mídia convencional. Alguns deles chegaram a aventar que a falta de compreensão de Habermas quanto à viabilidade da internet como esfera pública se devia apenas a uma questão geracional e uma falta de intimidade do já septuagenário filósofo com as novas tecnologias.

Certamente, a Internet abriga *chat rooms*, muitos dos quais são locais de discussão política, de degraus variados quanto à racionalidade e civilidade. Mas como milhões de pessoas sabem, há também *mailing list*, páginas de discussão *wiki*, blogs e fóruns de blogs, além de quadros de mensagem (*message boards*). Já que ele claramente não entende um fenômeno que é central para a aplicabilidade de sua teoria no século XXI, eu gostaria que Habermas tivesse dito: “Eu deixo esse trabalho para pesquisadores mais jovens”³⁰

Mas é evidente que objeções e dúvidas tais como essas são pertinentes, elas devem ser levadas a sério e discutidas. Possíveis soluções para o debate sobre as prerrogativas de autonomia do ciberespaço enquanto espaço público, ou ao menos de parte dele, estão, por sua própria natureza, no plano de frente de uma investigação sobre as novas perspectivas comunicacionais e seu impacto social no mundo contemporâneo.

²⁸ HABERMAS, J. **Comunicação Política na Sociedade Mediática**, in Líbero: Revista do P. de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, ano XI, n. 21, Junho 2008, p. 13

²⁹ Ibidem.

³⁰ Conforme GEIGER, R.: Does Habermas Understand the Internet? The Algorithmic Construction of the Blog/Public Sphere, in Gnovis: Georgetown University’s Journal of Communication, Culture & Technology, Volume 10, Issue 10.1, Fall 2009. Disponível em: <<http://gnovisjournal.org/journal/does-habermas-understand-internet-algorithmic-construction-blogpublic-sphere>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

1.2.3 Eixos de análise

Quais serão, dentro dessa problemática muito ampla, os eixos de discussão específica do presente trabalho? Sabe-se que dentro dos parâmetros normativos da esfera pública, algumas de suas características mais importantes são sua “acessibilidade, discursividade e racionalidade.”³¹ Dessas três categorias conceituais, a racionalidade – enquanto categoria norteadora dos processos de constituição de uma ‘razão pública’, ou ‘argumentação pública’³² – parece ser a que mais se direciona as questões da fundamentação filosófica e conceitual da esfera pública, bem como a relação destas com processos tais como formação de opinião, convencimento, diferenciação de posições, formação de consenso, etc. Em outras palavras, essa categoria é a mais próxima ao que seria a ‘lógica’ da esfera pública, entendida como a investigação de seus processos fundantes, dentro do escopo da ciência ou filosofia política.

Ora, esta categoria, mesmo que estando implícita em qualquer abordagem, principalmente de cunho teórico, que se faça da esfera pública, não será aprofundada em detalhe no presente trabalho. As categorias escolhidas para serem debatidas no presente estudo serão antes as dimensões, mais pragmaticamente abordáveis, da *discursividade* – que será analisada mais à frente, em relação a um caso empírico pertinente – e a *acessibilidade*, que será a primeira a ser discutida, sob a suposição de que se pode observar deslocamentos em suas dinâmicas, face aos fenômenos contemporâneos no ciberespaço.

A seguir – como o presente trabalho pretende examinar as problemáticas comunicacionais dessas questões – o último parâmetro teórico a ser exposto antes de se entrar nos estudos de casos será justamente o da comunicação e a perspectivas comunicacionais sobre essas problemáticas.

³¹ GOMES, W. *apud* SIMÕES, C. F: Esfera Pública Política: em busca da naturalização de um operador conceitual, *in* Diálogos Possíveis (Revista da Faculdade Social da Bahia), ano 4, n. 2, Salvador: FSBA, 2004.

³² GOMES, W. Esfera Pública Política e *Media*: com Habermas, contra Habermas, *in* Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos, RUBIN, BENTZ & PINTO (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998, p.157

1.3 DISPOSITIVO INTERACIONAL

*“Bons poetas emprestam. Ótimos poetas roubam”
(atribuído a) T.S Eliot.*

O potencial democrático de diferentes fenômenos do ciberespaço pode ser investigado dentro de uma perspectiva comunicacional, e dentro desta, um dos possíveis caminhos de leitura para casos específicos é problematiza-los enquanto *dispositivos interacionais*. Nisso, o presente trabalho segue a estudos comunicacionais recentes, tais como os de José Luiz Braga e Jairo Ferreira.³³ E mesmo que nestes o conceito de ‘dispositivo’ seja articulado de maneira própria e autônoma, cabe fazer aqui um breve esclarecimento de suas histórias anteriores.

1.3.1 Conceito de dispositivo

Em Foucault, dispositivo é um termo amplo, que soma todas as dimensões e desdobramentos possíveis de um determinado conjunto de práticas, modos e instrumentos, que em sua totalidade formam uma configuração social determinada.³⁴ Um conceito aparentado, talvez, ao de estrutura, mas com importantes diferenças e particularidades próprias. Não tão abstrato e ‘neutro’ como a estrutura, o dispositivo não é, como ela, apenas um resultado de totalizações comparativas, sinteticamente montadas ao longo de um percurso investigativo, mas uma realidade palpável, determinada pelas contingências de uma configuração histórica *específica* e empiricamente observada.

Um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, criações arquitetônicas, decisões regulamentárias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: coisas ditas assim como não ditas.³⁵

Nas palavras de Paul Veyne: “o próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele (...) é o que **o encarna** [o discurso] na sociedade, o discurso **faz a singularidade**, a estranheza da época, a cor local do dispositivo.” (grifos adicionados)³⁶ Tendo essa importância na definição de uma determinada configuração social, o dispositivo comporta

³³ BRAGA, J.L. A Sociedade Enfrenta Sua Mídia, São Paulo: Paulus, 2006, e FERREIRA, J. Mídia e Comunicação: dispositivos, processos sociais e de comunicação, *in* Revista E-Compós, v. 10 (2007)

³⁴ KESSLER, F. **Notes on Dispositif**. Disponível em <http://migre.me/70Qdy>. Acesso em: 09 out. 2011.

³⁵ FOUCAULT, M. Dits et Ecrits III, DEFERT; EWALD (orgs.), Paris, Gallimard, 1994, p. 299.

³⁶ VEYNE, P. Foucault, seu Pensamento, sua Pessoa, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.54.

inelutavelmente relações *de poder*, sendo em sua acepção originária uma expressão dos aspectos regulatórios e definidores de uma realidade social determinado.

Ora, há maneiras divergentes a essa de se entender a processualidade do dispositivo, decorrente das críticas às primeiras formulações foucaultianas. Nelas, o dispositivo é percebido também em suas funções de *engendrador de interações*, sendo visto em sua “flexibilidade e transponibilidade para outros objetos e propósitos”.³⁷ Ou seja, em vez de apenas um “dispositivo de controle”,³⁸ ele passa a ser uma forma de organização interacional, supondo diversos deslocamentos, transformações simbólicas e torções de sentidos. Por essa outra acepção de dispositivo – que se origina em uma crítica que Certeau faz ao dispositivo foucaultiano³⁹ – o dispositivo pode gerar interações e articulações *dentro* dos discursos:

(...) o conceito de dispositivo é explorado como uma formação que não apenas produz controle e restrições, mas que também se abre para possibilidades de contato, participação, jogo, bem como experiências corporais e sensuais. Essa reconceitualização permite a aproximação de uma variedade de relações, tais como as tecnológicas – simbólicas; sujeito – objeto; humano – não humano; etc., não como oposições dualísticas mas como estruturas interdependentes. O “dispositif”, nesses estudos, é visto como um conceito daquilo “que está entre.”⁴⁰

O dispositivo, agora propriamente entendido como *interacional* permite, portanto, a articulação, num único movimento de apreensão, das interações entre elementos heterogêneos, às vezes díspares, de uma determinada situação comunicacional, segundo dinâmicas de significação apreendidas como uma unidade, porém em suas complexidades e diversificação. Nas palavras de Jairo Ferreira: “o dispositivo é, por um lado, um conjunto de materialidades (...) e, por outro, o conjunto de relações e intersecções com processos sociais e de comunicação.”⁴¹ Além disso: “conceito de dispositivo é muito genérico...(mas) remete sempre a uma processualidade da comunicação.”⁴² As lógicas desses dispositivos, portanto, podem ser apreendidas como processos e

³⁷ BRAGA, J.L. Dispositivos Interacionais, cópia do autor, p. 1

³⁸ Ibidem.

³⁹ Kessler, F.: Notes on Dispositif. Disponível em: <<http://migre.me/70Qdy>>. Acesso em: 09 out. 2011. No original: *the concept of dispositif is explored as a type of formation which not only produces control and constraints, but also opens up possibilities of contact, participation, play, as well as bodily and sensual experiences. This re-conceptualisation allows to approach a number of relationships such as technological – symbolical; subject – object; human – non-human; etc. not as dualistic oppositions but as interdependent structures. The dispositif, in such studies, is seen as a concept of the “in-between.”*

⁴⁰ Idem.

⁴¹ FERREIRA, J. Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação, in Revista E-Compós, v. 10 (2007). p. 7.

⁴² Ibidem.

conjuntos de práticas interacionais expressas ou não, formalizadas ou simplesmente praticadas, com ou sem autopercepção pelos participantes, que fazem funcionar o sistema de relações entre os elementos heterogêneos que participam do dispositivo.⁴³

1.3.2 Mobilização do dispositivo

Percebe-se, portanto, que ao contrário do conceito de esfera pública, o conceito de dispositivo só faz sentido se seus elementos forem mobilizados dentro de casos concretos, empiricamente delineados, enquanto fenômenos “observáveis”, ou seja, enquanto situações comunicacionais particulares e identificadas, cujas lógicas e dinâmicas cumpre se entender.⁴⁴ Nas palavras de Luiz Signates, a noção de dispositivo deve ocupar “a posição de categoria”, delimitando o objeto de investigação comunicacional que, em forma de “*evento* ou *episódio*” permite a “articulação da teoria”.

Para Luis Signates “Dispositivo é, pois, algo de novo que forma rede, ou aquilo que possibilita uma rede de uma nova manifestação de sentido, dentro do qual os sujeitos se inserem e ao mesmo tempo o colocam em funcionamento.nas suas tentativas de comunicação”.⁴⁵ Nesse sentido, a perspectiva do presente trabalho é que, ao se fazer a leitura de seus casos escolhidos enquanto dispositivos interacionais, seja possível explicar o que eles fazem de propriamente comunicacional dentro dos âmbitos públicos de formação de opinião e debates. Em que seus processos desagregam ou articulam as diferentes lógicas das ambiências sociais nas quais elas se manifestam? Quais são as ações e reações que, em suas mais variadas expressões constituem as *heterogeneidades* que esses dispositivos possivelmente articulam dentro dos espaços públicos?

Eis que ao se chegar ao final desta exposição sobre os conceitos estruturantes do presente trabalho, pode-se colocar seu principal eixo de articulação. De que forma, os casos estudados, escolhidos entre os novos fenômenos do ciberespaço, podem ser questionados em relação às categorias da esfera pública, se percebidos e analisados enquanto dispositivos

⁴³ BRAGA, J.L. (cópia do autor), texto ministrado em aula no PP em Ciências da Comunicação da Unisinos, 2º semestre, 2010.

⁴⁴ BRAGA, J.L. Dispositivos Interacionais, apresentando na XX Compós, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/68580483/dispositivos-interacionais-braga>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

⁴⁵ SIGNATES, L. Da Exogenia aos Dispositivos: Roteiro para uma teorização autônoma da comunicação, Trabalho apresentado no GT Epistemologias da Comunicação do XXI Encontro da Compós.

interacionais? Para respondê-lo, passa-se agora para a apresentação efetivas dos casos empíricos e suas imbricações metodológicas.

2 APRESENTAÇÃO DOS CASOS E QUESTÕES DE MÉTODO

Em termos concretos, o presente trabalho irá analisar dois casos recentes, bastante típicos das questões e problemáticas da internet enquanto espaço de disputas de sentido e articulação de razões públicas.

Em relação à *acessibilidade* da esfera pública, será analisado o caso do Wikileaks, organização que acessa e publica documentos e conteúdos sensíveis para governos e instituições de poder. Serão analisadas algumas das dinâmicas nas repercussões que o Wikileaks gera na mídia convencional e espaços novos de debate na internet, especialmente no país que mais se lhe opôs, os EUA, e em um dos países que o Wikileaks escolheu para abrigar seus servidores, a Suécia. Haverá aí também uma tentativa de mostrar as diferentes percepções e respostas, por parte de instituições e atores, sobre esse novo fenômeno, notadamente em relação às lógicas de publicação e categorias pertencentes à tradição das práticas jornalísticas, tais como ‘proteção das fontes’ e ‘agendamento’.

O segundo caso, analisado em relação aos aspectos de *discursividade* da esfera pública, será o Blog do Luís Nassif. Nele, serão analisadas algumas de suas dinâmicas conversacionais e debates, em suas relações com outros blogs e particularmente as suas relações com a mídia convencional. O principal modo de procedimento será a análise – tipológica e quantitativa – dos registros deixados nos fóruns, debates e espaços de interação do blog.

2.1 A QUESTÃO DA UNIDADE DO PROJETO

Ora, para que seja alcançada a unidade do projeto, mesmo tendo se escolhido investigar dois casos diferentes, sem relação direta entre si, e cada um segundo uma categoria distinta da esfera pública, foi necessário um eixo transversal que estivesse além da temática comum da internet. Mesmo estando os dois casos claramente ligados às problemáticas do ciberespaço, e mesmo sendo as duas categorias provindas da tradição de formulações teóricas sobre os espaços públicos de debates, não há como negar que se trata de dois percursos investigativos paralelos. Ainda mais pela necessidade – como será visto mais adiante – de se lançar mão, em cada um deles, de diferentes ‘conceitos de percurso’. Ou seja, escolheu-se usar diferentes modos de trabalhar e discutir cada caso, segundo suas necessidades internas, de acordo com o que assinala Jairo Ferreira:

“numa investigação, não nos enfrentamos apenas com uma pergunta e uma proposição, mas micro-perguntas e micro-proposições, de percurso”.⁴⁶

A solução tentada foi a da articulação do projeto em torno de dois eixos fundamentais. O primeiro, já aludido, vem de que as categorias de acessibilidade e discursividade estão dentro de um mesmo quadro de questões: estão ligadas à esfera pública. O segundo eixo, e o mais importante, é que os casos abordados serão vistos enquanto eventos de problemática *comunicacional*. Para tal, os casos serão abordados segundo suas dinâmicas de ‘dispositivo interacional’, tais como são abordadas dentro dos estudos comunicacionais contemporâneos.⁴⁷ Esse, portanto, será o principal eixo de unidade: que os casos, mesmo não tendo relação entre si e formulados em relação a categorias diferentes, sejam amarrados de acordo com a exposição de algumas de suas dinâmicas comunicacionais. Serão formuladas perguntas sobre os deslocamentos de significação que eles engendram, a partir das práticas de seus participantes, sobre formas estabelecidas de organização da esfera pública. Quais divergências eles provocam nos modos de circulação simbólica nesses entornos sociais e contextos culturais?

Fazendo-se, então, um resumo gráfico do que se pretende.

Primeiramente, tem-se um ‘universo epistemológico’, situado entre dois polos: as áreas da teoria social, em seu sentido mais amplo, e as teorias comunicacionais. Do primeiro, escolheu-se um ‘eixo conceitual’, o da esfera pública. Do polo comunicacional, o viés fundamental é o de dispositivo interacional. Juntos, eles orientarão as questões específicas segundo suas dinâmicas conceituais determinadas:

⁴⁶ FERREIRA, J. Os labirintos sobrepostos: uma hipótese sobre o método na pesquisa empírica, cópia do autor. E-mail: jferreira@unisin.br

⁴⁷ BRAGA, J.L. A Sociedade Enfrenta Sua Mídia, São Paulo: Paulus, 2006, e FERREIRA, J. Mídia e Comunicação: dispositivos, processos sociais e de comunicação, *in* Revista E-Compós, v. 10 (2007).

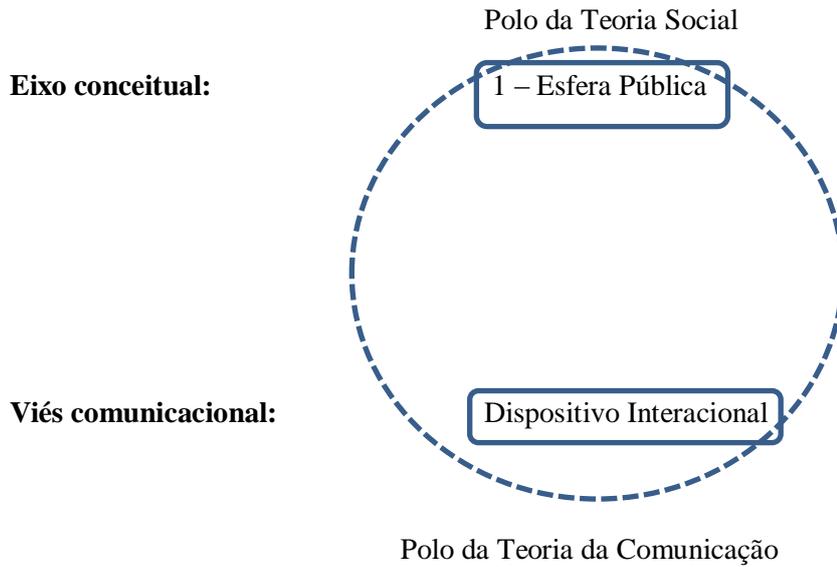


Figura 1 - Universo Epistemológico, eixo conceitual e viés comunicacional

A circularidade do modelo indica que, a rigor, não há uma separação estrita entre a ‘teoria social’ e a ‘teoria da comunicação’, sendo uma parte da outra, ou avizinhas entre si.

Os eixos norteadores se referenciam a um universo empírico, a internet:

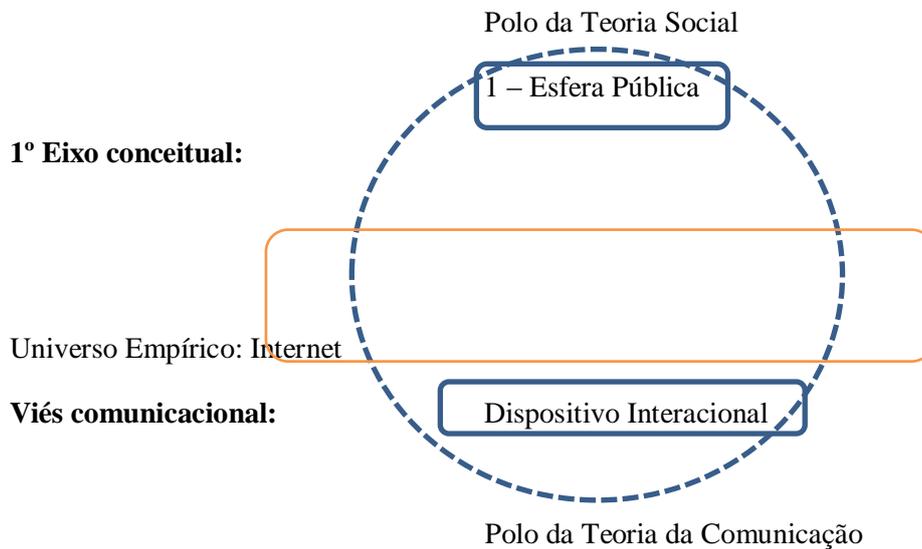


Figura 2 - Universo Empírico

Dentro do universo empírico, escolheu-se dois estudos de caso, o do Wikileaks e o do Blog do Luis Nassif:

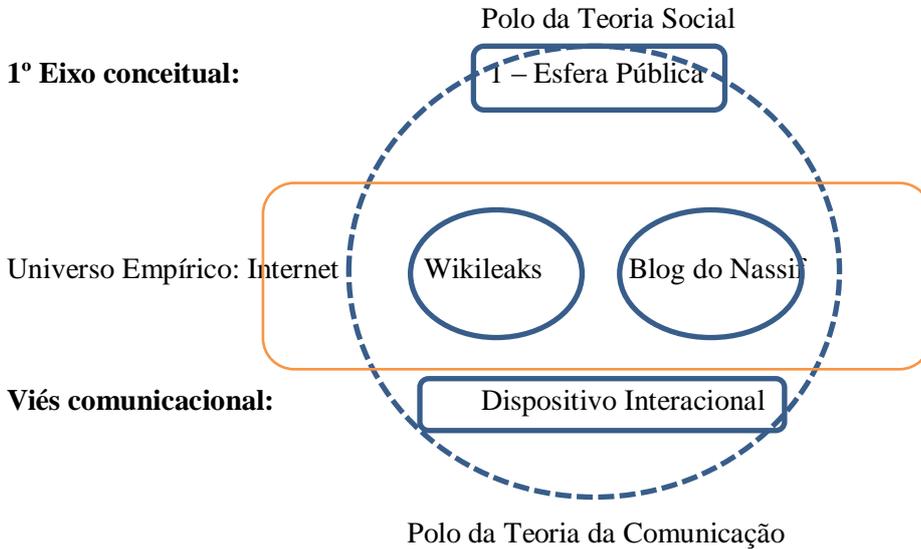


Figura 3 - Casos Escolhidos

Para se transpor a distância entre os eixos conceituais e os casos, há que se escolher, primeiramente, segundo quais ‘categorias’ eles serão problematizados. Escolheu-se duas categorias do eixo da esfera pública, a acessibilidade e a discursividade:

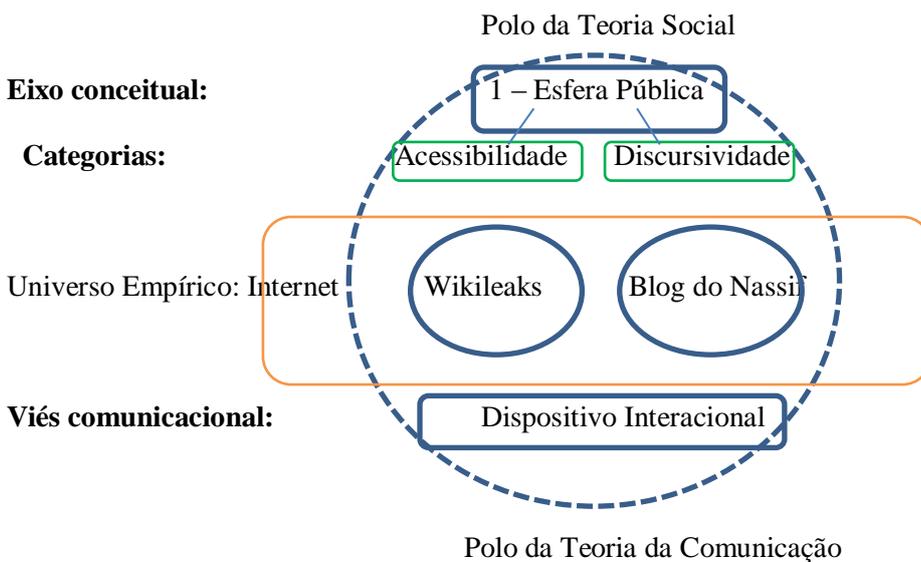


Figura 4 - Categorias derivadas dos eixos conceituais

Em seguida, há que se formular quais os conceitos e problematizações ‘de percurso’ a serem trabalhados. As setas indicam de que ocorre um fluxo de mão dupla, da teoria aos casos e vice-versa:

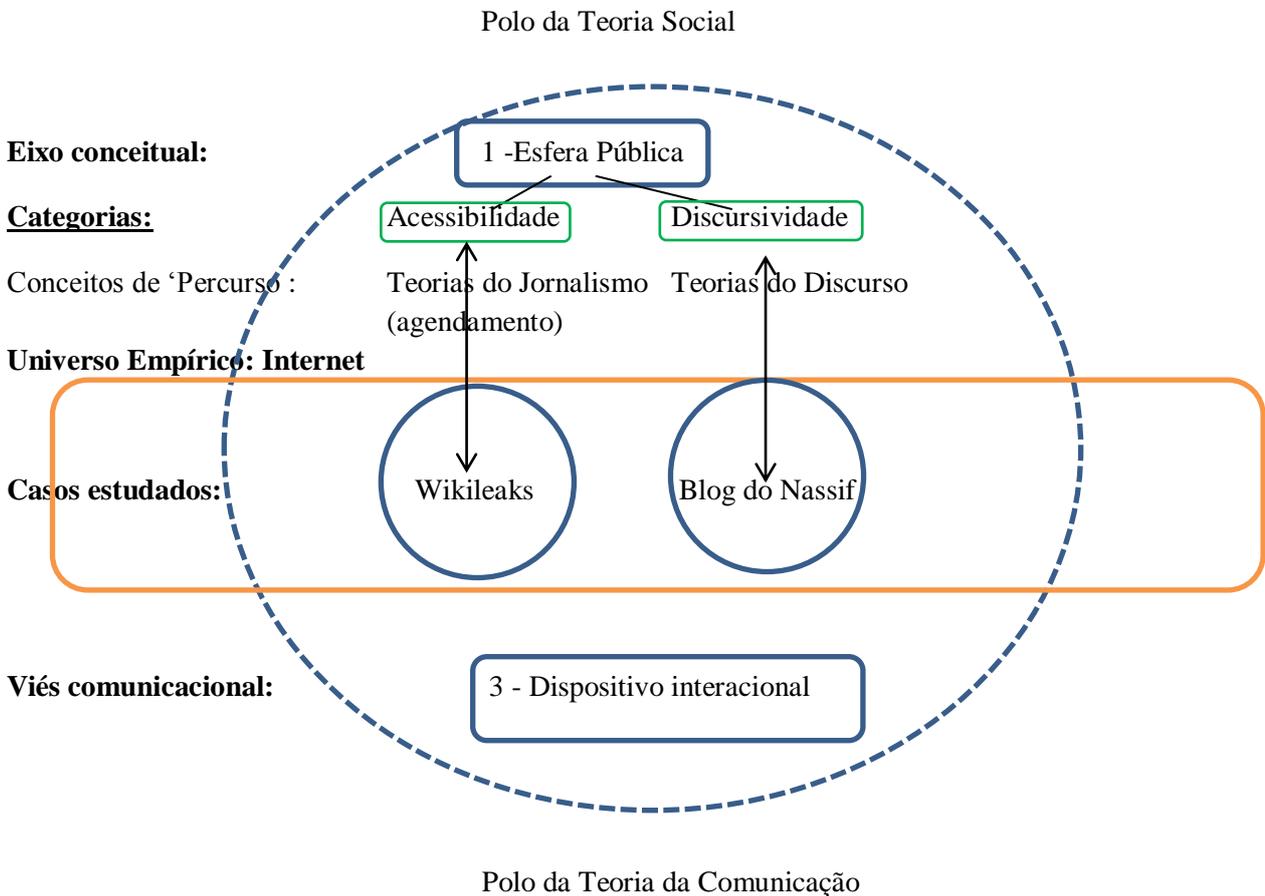


Figura 5 - ‘Conceitos de percurso’ e problematizações

Observe-se a ‘mão dupla’, de ida e vinda, entre as categorias e os casos é a principal garantia de que o projeto esteja efetivamente dentro de uma ótica de problematização. Se as duas categorias fossem vistas de forma estacionária e não problemática, e os casos servissem para ‘prová-las’ ou ‘exemplificá-las’ de forma tautológica. Ora, o presente projeto parte de uma posição de que o universo empírico que essas categorias discutem está em *transformação*. As categorias são

usadas, portanto, dentro de uma perspectiva de “tensionamento” entre o quadro teórico de partida e casos empíricos abordados.⁴⁸

Até esse estágio, o projeto ainda está sem seu principal eixo de unidade, o de ‘dispositivo interacional’, oriundo dos estudos comunicacionais. É através dele que se dará a perspectiva transversal do projeto como um todo: os desdobramentos comunicacionais dos casos abordados.

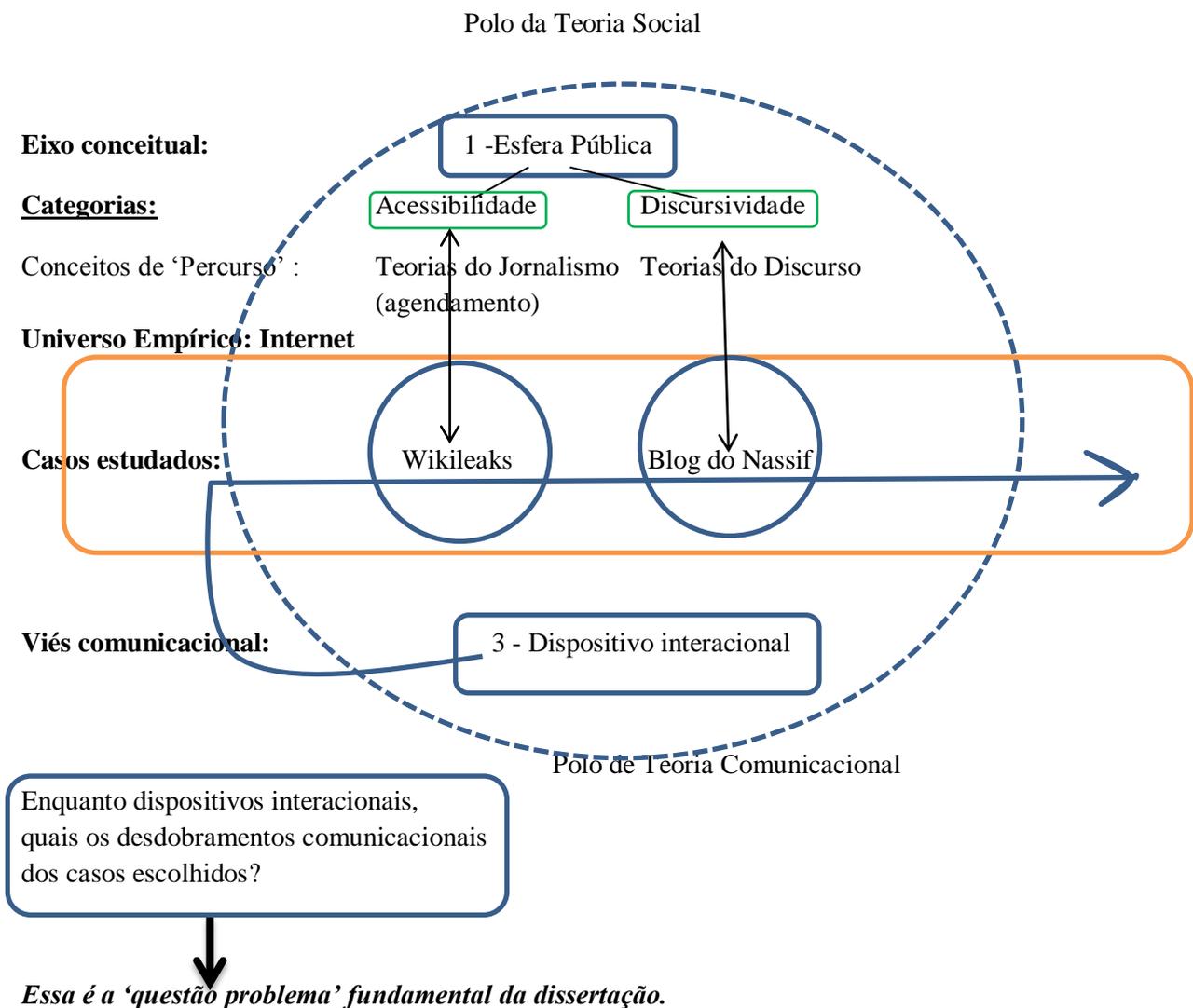


Figura 6 - Unidade pela problematização comunicacional

⁴⁸ Cf. BRAGA, J. L. **Qual a teoria – qual o problema: a visada comunicacional implicada nos dispositivos interacionais**, Texto apresentado no III Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação, promovido pelas Universidades UNISINOS, UFG e UFJF, outubro de 2011

A unidade do projeto, portanto, não será a de se perceber, ao nível dos materiais empíricos, um mesmo padrão que se repetiria entre um caso e outro, mas pela expectativa de se ver em cada caso, suas lógicas comunicacionais.

Evidentemente, serão dadas maiores esclarecimentos metodológicos junto a cada caso, à frente, onde será exposto como foi o processo de escolha de materiais empíricos e como eles foram trabalhados. Mas em termos gerais, coloca-se as seguintes perguntas:

O que esses hipotéticos fenômenos fariam enquanto dispositivos? Quais discursos e articulações processuais eles organizam? No caso do Wikileaks, como ele se insere nas dinâmicas estabelecidas de publicidade e acesso à esfera pública? Quais campos e atores sociais são provocados e de que formas eles respondem? No caso de um blog político, como o de Luís Nassif, como ele articula ações conversacionais e demais fluxos interacionais de uma determinada comunidade? Como ele os articula com outros blogs, com os setores do ciberespaço onde esses blogs se movem? Como ele se posiciona diante das mídias convencionais? Como ele se inscreve dentro de circuitos comunicacionais e sociais mais amplos?

E faz-se uma última observação sobre as publicações e referências que serão consultadas e discutidas.

2.2 REFERÊNCIAS: ACADEMIA VERSUS FÓRUMS INFORMAIS

Segundo Wilson Gomes, a “literatura científica internacional sobre os efeitos sociais de tecnologias que mudam muito rapidamente” é “pouco extensa” pelo fato dos fenômenos dos quais ela trata “não existirem antes de 2000”. Além disso, segundo Gomes, as mudanças técnicas desses fenômenos são tão rápidas que não compensam os investimentos necessários para pesquisas empíricas abrangentes, concluindo que as investigações nessa área, ao menos até o momento, contam mais “pelo seu valor de prospecção, registro e documento de um estágio do fenômeno e de análise de tendências a ele relacionadas, do que por algum possível poder de generalização dos achados em leis e normas.”⁴⁹

Há, no entanto, algumas observações a se fazer sobre essa posição. Primeiramente, a literatura acadêmica está todavia surgindo, em ritmo cada vez mais acelerado. Num intervalo de

⁴⁹ GOMES, W. et alii: *Politics 2.0, A Campanha de Barack Obama em 2008*, in. *Revista Sociologia Política*, v. 17, n. 34, Curitiba, Outubro 2009, p. 29-43.

poucos anos, ao longo da década de 2000, percebe-se que o acúmulo de estudos já pode ser considerado, se não extenso, ao menos considerável. Em segundo lugar, mesmo se os ‘efeitos sociais’ dessas tecnologias forem difíceis de identificar, em termos de impactos mensuráveis de processos ‘do mundo real’, certamente há como se fazer explorações sobre as dinâmicas dessas tecnologias e como elas interagem com diferentes expressões da vida social como um todo. Ou seja, é possível se ampliar o conhecimento sobre as relações entre mundo ‘virtual’ e ‘real’. Além disso, essas relações podem ser perscrutadas na perspectiva de se perceber dinâmicas nativamente híbridas, que superam as divisões esquemáticas entre o que acontece no ciberespaço e os eventos sociais ‘reais’. Essa, ao menos é a aposta do presente trabalho: a do possível desvelamento de algumas dessas problemáticas em relação a casos específicos a serem abordados.

Em terceiro lugar: mesmo que a academia não tenha ainda estabelecido plenamente seus cânones heurísticos sobre as novas tecnologias, já existe uma crescente literatura sobre esses fenômenos que, embora não seja estritamente científica – no sentido de nem sempre serem resultado de pesquisas acadêmicas ou outras instituições de pesquisa – mesmo assim possuem ambições consideráveis. Trata-se de publicações de diversos matizes, de divulgação e discussão sobre os recentes fenômenos da internet, que acabam gerando fóruns consistentes de debate,⁵⁰ a ponto dos estudos acadêmicos recentes se valerem dessas incursões exploratórias para suas próprias sustentações.⁵¹ O presente trabalho será realizado dentro dessa perspectiva de diálogo entre posições acadêmicas e as formulações mais ou menos informais, que ocorrem em diversos ambientes. E não surpreende que a maior parte desses debates sobre a internet ocorre justamente dentro da própria internet: as redes geram hoje seus próprios espaços de questionamento e crítica, com variadas pretensões cognitivas e analíticas.

Fala-se hoje em “ecossistemas midiáticos” onde as práticas coabitam com as *discussões sobre as práticas*, dentro dos mesmos ambientes.⁵² Não seria exagero inferir que, hoje, o debate sobre as novas tecnologias de informação e comunicação não se encontra privilegiadamente no

⁵⁰ Ver em Referências Bibliográficas: BENKLER, 2006; FUCHS, 2006; LESSIG, 2006; SHIRKY, 2008.

⁵¹ Por exemplo: SAAD CORRÊA, E: Apontamentos Sobre o Jornalismo Extra-Muros do Wikileaks. Disponível em : <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

⁵² SCOLARI, C: Hipermediaciones: *elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*, Barcelona, Gedisa, 2008, p 75.

campo acadêmico, mas dentro da *blogosfera*⁵³, que é hoje, provavelmente, a maior fomentadora de um debate sobre si mesma. Esses formatos de autorreflexão estão constituídos em seus próprios fóruns e foram amplamente acessados como um importante recurso reflexivo para o presente trabalho, que assume que “os movimentos contemporâneos vêm construindo novas narrativas para a compreensão da complexidade na sociedade globalizada e da informação”.⁵⁴

⁵³ Para uma definição autoral de blogosfera, ver: MARTINS, A. V. **Blogs, Blogueiros, Blogosfera. Uma Caracterização dos Blogs e dos seus Interagentes**, comunicado em **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Teresina – 14 a 16 de maio de 2009.

⁵⁴ SCHERER-WARREN, I: **Redes Sociais na Sociedade de Informação**, In Maia, R. & Spínola, M. C.P.S. (orgs.): **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**, Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 222.

3 ACESSIBILIDADE: MODELOS EMERGENTES DE ACESSO⁵⁵

A acessibilidade da esfera pública se configura mediante o surgimento histórico de espaços sociais de interação política autônomos, fora das esferas então vigentes de poder. Na época de estabelecimento da modernidade, a própria burguesia – já parte importante da esfera econômica, mas ainda pouco reconhecida no centro das decisões políticas – cria ambientes de debate cujo acesso, ao menos a princípio, é livre para quem se submetesse apenas às suas regras de argumentação, e sobre as quais nenhum poder baseado em autoridade poderia se fazer valer. Na formulação de Wilson Gomes: “A paridade preliminar da esfera pública implica que nela o sujeito se introduz sem portar consigo os privilégios e vantagens extra-discursivas da realeza e das posições da hierarquia social (...) ingressa aí na condição de homem livre, sujeito de razão e consciência”.⁵⁶

Ora, a história mostra que esses espaços de debates irão sofrer, desde sempre, progressivos movimentos de apropriação, e que suas características de abertura e acessibilidade, pelas quais todos teriam as mesmas possibilidades de se fazerem ouvir, existem socialmente constante tensionados com movimentos de apropriação, sendo na prática atacadas mediante diferentes mecanismos de controle e loteamento. Não apenas pela ação de interesse privados, que causariam a degeneração do que seria uma esfera pública ‘originária e pura’, mas pela dinâmica intrínseca do desenvolvimento histórico desses espaços de debate: uma sociedade numerosa, segmentada e cada vez mais complexa não pode prescindir de meios de intermediação comunicacional, cujo desenvolvimento, ao assumir escala massiva e corporativa, passa a se reger por lógicas sistêmicas.

Ou seja, a imagem da esfera pública como uma assembleia, ou reunião de iguais, onde reina a isonomia e as dinâmicas discursivas podem ser diretas e livres, de sujeito a sujeito, se adequa mal a sociedades modernas, onde os públicos são massivos e diversificados, distribuindo-se em inúmeros segmentos, categorias organizacionais e interesses estratégicos. Como afirma Thompson, “o fenômeno da publicidade separou-se da ideia de conversação dialógica em espaços compartilhados, e ligou-se de forma cada vez mais crescente ao tipo de visibilidade produzida e

⁵⁵ Partes deste capítulo foram publicadas em forma de artigo científico: RABELO, L.; SOUSA, M. I. Práticas jornalísticas e a Internet: o fim da Intermediação? Anais do 9º Encontro da SPBJor, Rio de Janeiro: novembro de 2011.

⁵⁶ GOMES, W. Esfera Pública Política e Media: com Habermas, contra Habermas, *in* Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos, RUBIN, BENTZ & PINTO (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998, p. 156.

alcançada pela mídia.”⁵⁷ É por isso que a investigação dos processos em torno da comunicação tecnicamente intermediada são tão importantes para a análise da acessibilidade da esfera pública moderna. E, em consequência, uma das maneiras pelas quais a acessibilidade pode ser problematizada é pelos deslocamentos entre as acepções tradicionais de controle da publicidade e as práticas que emergem nos fenômenos comunicacionais contemporâneos.

3.1 PRÁTICAS CONVENCIONAIS VS. NOVAS TENDÊNCIAS

Tome-se como uma problemática em torno da acessibilidade as questões do *agendamento*, enquanto dinâmicas de ordenamento e ocupação dos espaços midiáticos⁵⁸, bem como a sua relação com o agendamento público em geral. Essa questão da maior ou menor influência que os meios de comunicação têm sobre os processos de formação da opinião pública, é formulada tradicionalmente como a criação, gestão e controle de uma realidade informacional, vendida aos públicos, cujo viés ou interesses particulares são artificialmente escondidos. Ou seja, a emergência de repertórios temáticos sobre os quais a sociedade tende a se debruçar, mas cujos pressupostos e artificialidade de criação não são eles mesmos objetivados, tendo como resultado que a “compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*”.⁵⁹

Além desse fornecimento de repertório temático, o agendamento também comportaria um viés conceitual implícito. Para além do conjunto de “temas, aspectos e problemas” da atualidade de uma sociedade, portanto, tratar-se-ia também da produção de “um quadro interpretativo, um esquema de conhecimentos, um *frame*, que se aplica (mais ou menos conscientemente) para dar um sentido àquilo que observamos”.⁶⁰

A partir das primeiras formulações acerca do agendamento, onde o processo de seleção do que era considerado noticioso – o *gatekeeping* – era explicado em termos das escolhas subjetivas por parte de jornalistas individuais, foi-se sucessivamente vendo que esses processos comportam fenômenos mais complexos, onde entrava a importante participação de fatores corporativos e organizacionais. Finalmente, evoluiu-se para uma concepção de agendamento não apenas como

⁵⁷ THOMPSON, J. B. A Mídia e a Modernidade, Uma teoria Social da Mídia. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 119

⁵⁸ Cf. TARQUINA, N. O Poder do Jornalismo, Análise e Textos da Teoria do Agendamento, Coimbra: Minerva, 2000.

⁵⁹ SHAW, *apud* WOLF. Teoria das Comunicações de Massa, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.20

⁶⁰ WOLF, Mauro. Teoria das Comunicações de Massa, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.21

uma questão de interesses e conveniências particulares, ou táticas políticas imediatas por parte das corporações midiáticas, mas como um conjunto pertencente à normatização da cultura profissional dos meios de comunicação de massa, de suas deontologias, de suas lógicas de mercado e práticas profissionais, dentro dos quais os públicos são disputados segundo hábitos e práticas arraigadas de comércio, cultura e gosto médios. É, em suma, o “quadro institucional e profissional”⁶¹, em que a prática de uma categoria profissional, a do jornalismo, ressoa nas identificações significantes de seu público, e vice-versa.

Ora, mesmo com o reconhecimento de todas essas complexidades, poder-se-ia ao menos divisar uma característica fundante à concepção do agendamento: a da autonomia – mesmo que relativa – do campo midiático de estabelecer, a partir de suas rotinas, seu papel ativo na constituição da agenda midiática. Apesar de essa autonomia ser relativa e submetida a variadas interferências, haveria como se constatar, ao menos, certo *protagonismo* das mídias em relação aos processos de agendamento.

O desenvolvimento de um campo jornalístico autônomo tem como fator crucial a profissionalização das pessoas envolvidas na atividade jornalística, *em que é reivindicada a autoridade e a legitimidade* de exercer um monopólio sobre o poder de decidir a noticiabilidade dos acontecimentos e das problemáticas. *Perder esse monopólio é por em causa a independência do jornalismo e a competência dos seus profissionais.* (grifos adicionados)⁶²

Sabe-se que antes do advento e massificação das novas tecnologias de informação e comunicação em rede, publicar e difundir conteúdos informacionais para grandes audiências, via técnicas de reprodução e formatos padronizados, eram atividades sociais de alto custo e concentração econômica. Essa ‘escassez estrutural’ quanto à geração e acesso à publicação, era um dos elementos fundamentais dos meios de comunicação de massa enquanto campo social. Lembre-se, a propósito, que a imagem atrás da expressão “gatekeeping” remete justamente a “controlar a passagem”, ao controle de uma escassez. Uma vez que o campo comunicacional, como diversos outros campos sociais, se estruturava segundo a administração desse controle⁶³, segundo o poder

⁶¹ *Idem*, p.145

⁶² TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, v. 1, Florianópolis: Insular, 2005, p. 181.

⁶³ SHIRKY, C. *Here comes Everybody, The Power of Organizing without Organizations*, New York, Penguin Press, 2008, p. 44

“de publicar e de silenciar”,⁶⁴ a acessibilidade à esfera pública como um todo, ou ao menos à “esfera pública midiática”,⁶⁵ não podia passar ao largo de suas dinâmicas.

É em relação a esse horizontes que se evidenciam hoje novos deslocamentos. Afinal, as redes, as práticas colaborativas ligadas a elas, estão torcendo a arquitetura da acessibilidade, ou partes de seus processos? Eis a problemática e questões de fundo que orientará o primeiro estudo de caso, o do Wikileaks.

3.2 ESTUDO DE CASO: WIKILEAKS

O Wikileaks, como foi amplamente noticiado desde seu surgimento em 2006, é “uma organização transnacional de mídia sem fins lucrativos”⁶⁶, cujo objetivo é publicar “postagens (*posts*) de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis.”⁶⁷ Usando ferramentas de software de última geração, entre as quais “*MediaWiki*, *Freenet*, *Tor* e *PGP*”⁶⁸, a proposta original do Wikileaks era proteger com anonimato a origem ou identidade de suas fontes, “permitindo um modo universal de revelar injustiças escondidas ou censuradas.”⁶⁹ Após o lançamento de seu site, o Wikileaks publicou uma série de vazamentos documentais que repercutiram na mídia internacional. Entre outros, foi divulgado, em abril de 2007, um vídeo mostrando o ataque de um helicóptero estadunidense a um grupo de pessoas em Bagdá, capital do Iraque, matando ao menos 12 delas, dentre as quais dois jornalistas da agência de notícias Reuters.⁷⁰ Outra publicação que mereceu destaque foi o manual que instruía sobre o tratamento dos prisioneiros na prisão militar estadunidense de Guantanamo, em Cuba.⁷¹ Além disso, foram publicados relatórios militares secretos das forças de ocupação americanas no Afeganistão e Iraque, que atestam a morte de um grande número de civis.⁷² Finalmente, em novembro de 2010, no que talvez tenha sido a publicação de maior destaque, foi exposta uma grande quantidade de documentos diplomáticos secretos dos Estados Unidos, em

⁶⁴ RUBIM, Antonio A. C. Comunicação e Política, São Paulo: Hacker, 2000, p. 81

⁶⁵ TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo, v. 1, Florianópolis: Insular, 2005, p.181

⁶⁶ Cf. www.wikileaks.org. Acesso em: 28 set. 2011.

⁶⁷ Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikileaks>. Acesso em: 28 set. 2011.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ O vídeo, bem como um fórum de discussão a seu respeito. Disponível em: <http://collateralmurder.com/> >. Acesso em: 20 dez. 2011.

⁷¹ Disponível em: <<http://wikileaks.ch/gitmo/#>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

⁷² Disponível em: <<http://wikileaks.org/irq>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

especial telegramas que discorriam sobre as relações e posicionamentos dos corpos diplomáticos americanos em relação aos seus aliados e amigos.⁷³

Como bem observa Sergio Amadeu da Silveira, o Wikileaks não foi o primeiro fenômeno de publicação online de documentos ou materiais sigilosos, nem foi o primeiro a usar ferramentas informatizadas para ocultar a identidade ou origem de suas fontes.⁷⁴ Mundo afora, há inúmeras postagens de vídeos e imagens na internet sobre assuntos sensíveis para instituições de poder e governos, especialmente sobre países ou governos totalitários, ou sobre ações politicamente controversas das democracias ocidentais. O Wikileaks, no entanto, foi um dos primeiros atores dentre essas novas práticas de publicação a conseguir credibilidade junto à opinião pública mundial, enquanto uma instituição ou ator definido, atraindo assim atenção não só para essas novas práticas, quanto para si mesmo.

No âmbito das funções midiáticas noticiosas e jornalismo, desde que surgiu, a presença do Wikileaks se fez sentir fortemente. Mesmo diante da hipótese de que se trata de algo passageiro, há afirmações, em recentes trabalhos acadêmicos, de que

o WikiLeaks é o fator mais potencialmente transformador para o jornalismo desde o surgimento do Twitter, em 2006. Neste sentido, o WikiLeaks pode modificar mais o jornalismo do que muitas outras novidades tecnológicas recentes, inclusive o próprio Twitter.⁷⁵

No entanto, o Wikileaks está longe de ser uma unanimidade. Mesmo entre aqueles que reconhecem a relevância de suas ações e os aspectos positivos de suas consequências, há todo um arsenal de críticas em relação à organização. Alguns chamam de francamente ilusórias todas suas promessas e realizações.⁷⁶ Além disso, o Wikileaks vem sofrendo inequívocos desgastes operacionais, podendo-se conjecturar, em começos de 2012, sobre seu possível esgotamento enquanto projeto, em face de importantes dissidências – motivando até a criação de grupos

⁷³ Disponível em: <<http://wikileaks.org/cablegate.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

⁷⁴ AMADEU DA SILVEIRA, S. O Fenômeno Wikileaks e as Redes de Poder, *in* Contemporânea – Revista de Comunicação e Política, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

⁷⁵ CHRISTOFOLETT, R; OLIVEIRA, C. Jornalismo Pós-Wikileaks: Deontologia em Tempos de Vazamentos Globais de Informação, p. 234, disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5072>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

⁷⁶ Por exemplo: ROBERTS, A. Wikileaks: the Ilusion of Transparency. Disponível em:

<<http://ras.sagepub.com/content/78/1/116.abstract>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

alternativos, tais como o Openleaks⁷⁷ – e o rompimento com organizações antes parceiras, tais como os jornais *The Guardian*, *New York Times* e *El País*⁷⁸. Os detalhes dessas parcerias serão analisados mais à frente, mas pode-se desde já constatar que o Wikileaks já saiu dos holofotes, não atraindo mais tanta atenção midiática quanto em seu começo. Muitos vaticinam seu fim;⁷⁹ sendo que a própria organização reconhece estar com suas ações gravemente debilitadas devido a problemas financeiros, oriundos de bloqueios econômicos por parte de governos e instituições. Em janeiro de 2012 lia-se em seu site: “fomos forçados a temporariamente parar de publicar documentos enquanto garantimos nossa sobrevivência financeira.”⁸⁰ Já no mês seguinte, o Wikileaks publicou uma remessa de nada menos que cinco milhões de e-mails, com assuntos sensíveis e secretos, oriundos da empresa de segurança Stratfor, que operava como agência paralela de inteligência para inúmeros governos e grandes corporações.⁸¹

Independente de ser julgado como algo positivo ou negativo, portanto, o Wikileaks é um caso que merece estudos e detalhamentos. É inegável que ele se constitui um dos fenômenos recentes que mais atraíram atenção e debates na publicidade e política internacionais, ocupando por semanas e meses espaços importantes da agenda midiática.⁸² Ao se consultar no Google, por exemplo, as palavras *wikileaks iraq war logs*, apareciam em janeiro de 2012 aproximadamente 1.900.000 resultados. Destes – fora os links do próprio Wikileaks – os 20 primeiros são todos de importantes órgãos de notícia, tantos tradicionais quanto das novas mídias, tais como: guardian.co.uk, bbc.com.uk, telegraph.com.uk, spiegel.de, huffingtonpost.com, democracynow.org, youtube.com, cbsnews.com, editorsweblog.org, altnet.org, wired.com, dailymail.co.uk, gawker.com, globalresearch.ca, reuters.com, nytimes.com, channel4.com.

Além disso – e isso é uma tese do presente trabalho – o Wikileaks pode ser estudado também enquanto um caso de transformação dos processos de ocupação dos espaços de atenção pública e seus processos de tematização, o que se faz perceber sobretudo dentro das práticas midiáticas e do jornalismo, mas também dentro de outros campos sociais afetados, tais como o

⁷⁷ Disponível em: <www.openleaks.org>. Acesso em: 10 jan. 2012.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/869451-fundador-do-wikileaks-rompe-com-o-jornal-britanico-guardian.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/06/sunday-review/is-the-wikileaks-movement-fading.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

⁸⁰ Disponível em: <<http://wikileaks.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

⁸¹ Disponível em: <<http://wikileaks.org/the-gifiles.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

⁸² Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/fotos/0,,OI141205-EI294,00-Wikileaks+foi+capa+dos+principais+jornais+do+mundo+veja+fotos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

diplomático, o militar e o governamental. Por suas idiossincrasias e contornos facilmente delineados, o Wikileaks pode ser estudado como um caso dentro de uma tendência; um ator ou agente identificável, no vasto universo das novas tecnologias de comunicação e informação, onde os fenômenos geralmente tendem à extrema pulverização e dispersão.

Ora, mesmo sendo um caso isolado, o Wikileaks não deixa de se constituir num conjunto grande e complexo de problemáticas a ser analisado. Seu principal elemento característico – a publicação de vazamentos de documentos e conteúdos sigilosos – se apresentam em volumes e ritmos que antes do advento das novas tecnologias de informação e comunicação eram praticamente impensáveis. Para se comparar: um dos vazamentos mais famosos da recente história ocidental, que por suas características tem certa semelhança aos do Wikileaks, foi o caso chamado “Pentagon Papers”, em 1971.⁸³ Nele, cerca de sete mil páginas de documentos militares estadunidenses foram vazadas, durante a Guerra do Vietnã, e publicados pelo jornal *The New York Times*, causando uma alteração significativa de como a opinião pública internacional percebia aquela guerra no sudoeste asiático.

Já os vazamentos mais importantes do Wikileaks, tais como os da Guerra do Afeganistão, do Iraque e os Relatórios Diplomáticos Estadunidenses, continham respectivamente 91.731⁸⁴, 391.832⁸⁵ e 251.287 documentos.⁸⁶ Segundo o principal jornalista a cargo da publicação dos “Pentagon Papers”, Daniel Ellsberg, em 1971 passou-se 22 meses entre o momento em que ele teve acesso aos documentos e sua publicação pelo *The New York Times*.⁸⁷ Já nos casos do Wikileaks, em poucas horas, centenas de milhares de documentos e conteúdos publicados pelo site ficam acessíveis no mundo inteiro, para qualquer pessoa que tivesse acesso à internet. Obviamente, isso não implica em nenhuma diferença na valoração entre os dois processos, mas na observância de que as novas dinâmicas, tais como ocorrem dentro do ciberespaço, se diferenciam em função de fatores como o volume, rapidez e modalidades das publicações e que, em função disso, suas mediações e respostas sociais precisam ser analisadas especificamente.

⁸³Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Pentagon_Papers>. Acesso em: 10 nov. 2011.

⁸⁴Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Afghan_War_Logs>. Acesso em: 10 nov. 2011.

⁸⁵Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Iraq_War_Logs>. Acesso em: 10 nov. 2011.

⁸⁶Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Cablegate>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

⁸⁷ Cf. documentário Page One – Inside The New York Times. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt1787777/>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

3.2.1 Problematização específica

Face à isso, como abordar esse caso, típico às novas mídias, cuja primeira característica é a de se basear em centenas de milhares, ou potencialmente até milhões, de documentos, vazados de instituições econômicas, políticas, militares e diplomáticas, que circulam livremente por centenas, talvez milhares, de sites? Que, além disso, se configura como um fenômeno transnacional, não preso a nenhuma localidade – ao menos não no sentido convencional do termo – e que, ainda por cima, tem seus processos internos e práticas baseados em processos de software de última geração, cuja finalidade e funcionamentos natureza muitas vezes é criptografada e oculta do olhar público, quando não simplesmente incompreensível para a análise não técnica?

De saída, há que constatar que o caso não tem como ser esgotado, ou sequer esquadrihado, dentro de apenas um estudo. O que se prefigura é antes uma nova área de investigação, interdisciplinar de origem e aberta para diferentes perspectivas analíticas. A do presente trabalho não terá seu foco no Wikileaks enquanto fenômeno tecnológico, suas rotinas técnicas internas, ou mesmo na análise direta nos documentos vazados pelo site. Em vez disso, se tentará aclarar algumas respostas sociais provocadas pelo Wikileaks, quando a organização passa se imiscuir dentro de campos e rotinas estabelecidos, interagindo com seus atores estabelecidos e assim deslocando alguns ou muitos de seus processos. Esses eixos são aqui vistos como os movimentos propriamente comunicacionais do caso estudado, constituindo seu principal enfoque de problematização e investigação.

Como corpus de análise, portanto, escolheu-se não se debruçar diretamente sobre os conjuntos de documentos publicados pelo Wikileaks – sua ‘produção primária’ – mas sobre alguns das diversas mediações sociais na qual a organização se viu envolvida em função das reações a essas publicações. Por exemplo, ao se abordar suas diferentes funcionalidades – tais como a necessidade dos documentos publicados serem processados de forma coletiva – percebe-se, em decorrência delas, diferentes ações de diversos atores e campos sociais com as quais elas interagem.

Em resumo, eis os campos cujas interações com o Wikileaks foram abordadas:

- O principal foi o jornalismo, onde algumas de suas práticas, rotinas e conceitos são tensionadas pelas práticas do Wikileaks.

- Também foram observados alguns tópicos de reação da política institucional (governos, parlamentos, etc.) e, por sua vez, as respostas críticas a estas ações institucionais, que assumem o caráter de resistência civil. Refere-se aqui principalmente aos movimentos de ação ‘hacker’, nos quais ciberativistas resolveram defender o Wikileaks contra ações institucionais, particularmente em ações cerceadoras de governos nacionais e grandes empresas.
- Outro conjunto de respostas que foi observado – mesmo que de forma breve – orientam-se em direção à esfera jurídica, dentro da problemática acerca da legalidade ou não da organização, e seu difícil enquadramento dentro das diferentes legislações nacionais. Como os servidores do Wikileaks foram alocados na Suécia, num momento crítico de seus conflitos com o governo dos EUA, estudou-se as relações do Wikileaks e com alguns aspectos legais daquele país, em relação à liberdade de imprensa e particularmente quanto à liberdade de expressão e sigilo de fontes.

Esses foram os principais caminhos de análise e para se chegar a eles, foi imprescindível mergulhar também no vasto universo de respostas sociais de caráter argumentativo – ou seja, os debates – que eclodiram no entorno do Wikileaks, desde seu surgimento. Tais debates ocorreram, em sua imensa maioria, nos meios de comunicação de massa. Entre estes, além de vários de seus atores terem passado a agir *em relação ao* Wikileaks, seja favor ou contra, surgiram também inúmeros debates *sobre* o Wikileaks; discussões tecidas acerca de sua natureza, finalidade e intenções, ou como estas interferiam ou não nas diversas lógicas e processos comunicacionais da sociedade contemporânea.

Sobre os formatos desses debates, como era de se esperar, os mais frequentes eram textos, na maior parte jornalísticos – tanto informativos quanto de opinião – além de outras peças escritas e publicadas livremente em blogs, fóruns de discussão e espaços acadêmicos. Além de textos, foram produzidos recentemente também inúmeros conteúdos em vídeo com alto poder de insight e acesso direto aos principais atores tanto do Wikileaks quanto de seus parceiros ou opositores. De produção e circulação mais ágil que muitas das produções textuais, esses

documentos e narrativas visuais constituem um excelente material de análise e problematização sobre o Wikileaks, não devendo ser considerados de menor importância.

Especialmente duas produções merecem destaque e serão detalhadas a seguir, pela importância que tiveram para o presente trabalho: um é o “*Wikileaks – a Documentary*”⁸⁸, produzido pela canal estatal sueco SVT. Veiculado já no começo de 2011, esse documentário foi um dos primeiros testemunhos e relatos coesos acerca do Wikileaks, dando expressão aos principais porta-vozes da organização, suas intenções e estratégias. Já outro documentário tem o foco exatamente oposto, o dos órgãos de notícia tradicionais: trata-se do “*Page One – Inside the New York Times*”, também de 2011.⁸⁹ O filme foi realizado pela conceituada produtora *Participant Media*, que tem vários filmes que exploram temas ligados às problemáticas da informação e comunicação na sociedade contemporânea.⁹⁰ No caso do “*Page One*”, pela ótica do diretor Andrew Rossi, documentou-se as práticas internas do jornal *The New York Times*, no período mais crítico de eclosão do Wikileaks e diante de uma crise mais geral que o acometia, causada pelo impacto da internet e as novas mídias sobre os formatos tradicionais de imprensa e seus modelos de negócio. No documentário, pode-se ver os principais gestores de jornalismo do New York Times, dando suas impressões e testemunhos, com importante destaque para o Wikileaks, à medida que iam se desenrolando os acontecimentos que atraíram a atenção midiática mundial para aquela organização.

Além dessas duas referências documentais, há que se também citar como material de análise outras tantas entrevistas realizadas e difundidas em vídeo, não apenas com os integrantes do Wikileaks, mas com vários de seus parceiros ou opositores. Entre elas, merece destaque as entrevistas do jornalista britânico David Leigh, do jornal *The Guardian*, que foi um dos primeiros e mais importantes parceiros do Wikileaks, passando depois para ser um de seus maiores desafetos.⁹¹

Portanto, a estratégia do presente trabalho se insere nos contextos da historiografia recente sobre as contradições em torno Wikileaks, onde, a partir da abordagem crítica das diferentes narrativas sociais que surgem a seu respeito – ou seja, o conjunto de discursos, defesas, críticas e

⁸⁸ Disponível em: <<http://onlinejournalismblog.com/2010/12/12/wikileaks-the-documentary/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.takepart.com/pageone> e <http://www.imdb.com/title/tt1787777/>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

⁹⁰ Disponível em: <www.participantmedia.com>. Acesso em: 20 jan. 2012.

⁹¹ Por exemplo, entrevista de David Leigh à Globo News de 17/05/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/globo-news-milenio/tag/wikileaks/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

ataques à organização e sua atuação – são extraídos diferentes tramas cuja lógica e movimentos podem ser caracterizados de comunicacionais, ou seja, como processos socialmente mediados de criação, apropriação, divergência, transformação e circulação de sentidos. A soma desses elementos de investigação aqui apresentados – as reações sociais à organização, bem como os debates sobre ela – constituem, portanto, o objeto de investigação no presente caso.

3.2.2 Funcionalidades e ecossistemas

Partindo-se das funcionalidades do Wikileaks, como são apresentadas em seu site, é possível se perceber as diferentes consequências e reações que elas engendram, dentro do que pode ser chamado um ecossistema comunicacional, desdobrando-se em algumas problemáticas a serem analisadas.

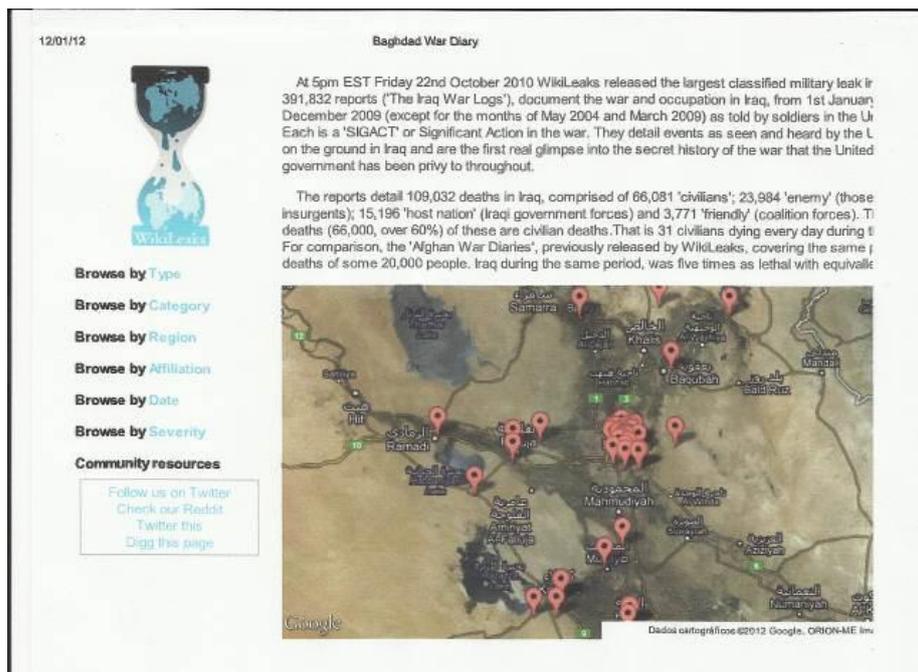


Figura 7 - Página do Wikileaks, com funções interativas, sobre os Relatórios Militares da Guerra do Iraque

As funcionalidades mais diretas do Wikileaks, em suas aplicações imediatamente acessíveis, são facilmente acionadas por quem acessa seu site. Pegue-se como exemplo os

“Relatórios de Guerra do Iraque”, (*Iraq War Logs*)⁹² que são a publicação de relatórios militares, produzidos pelas forças de ocupação estadunidenses no Iraque entre 2004 e 2009, vazados e publicados pelo Wikileaks em 22 de outubro de 2010.⁹³ Se acessados no próprio website do Wikileaks, os relatórios são apresentados já com algum processamento de informação. Por exemplo, há um mapa interativo com marcadores de georreferenciamento que, se clicados, abrem os relatórios específicos, em formato de ‘boletins de ocorrência’, com suas informações de data, localização precisa, unidade militar responsável, relatório de ocorrido, fatalidades, ferimentos, baixas civis, infraestrutura afetada, etc. Ou seja, constituem-se de ‘reportagens’ – publicadas sem a anuência por parte das instituições militares que as elaborou originalmente – do cotidiano militar das tropas de ocupação norte-americanas e suas aliadas no Iraque, no intervalo entre janeiro de 2004 e dezembro de 2009. No total, os relatórios de guerra do Iraque são constituídos por 391.832 documentos, o que faz deles, segundo o próprio Wikileaks o “maior vazamento de documentos militares da história”. Na página de apresentação do vazamento, vê-se as seguintes totalizações:

- 109.032 mortes. (66.081 civis, 23.984 “inimigos insurgentes”, 15.196 tropas iraquianas aliadas aos EUA, 3.771 tropas aliadas).

Isso, diz o Wikileaks, dá a média de 31 civis mortos por dia, durante o intervalo de 6 anos dos relatórios. Faz-se ainda comparações de mortandade civil com a guerra do Afeganistão, baseados no vazamento correspondente daquela guerra.⁹⁴ Além disso, é possível para quem acessa a página do vazamento buscar resultados (*browse*) segundo o tipo de evento, categoria de incidente, localidade, grupos envolvidos, data e severidade.

3.2.3 Processamento das informações: uma funcionalidade social

A mais importante funcionalidade do Wikileaks, no entanto, não são as totalizações ou análises que o próprio site fornece, mas a possibilidade dessas e outras operações investigativas serem feitas por quem acessa diretamente a base de dados dos documentos vazados. Além de se poder fazer o download do conjunto dos documentos, é possível também se acessar diferentes ferramentas online que possibilitam seu processamento. Ou seja, as informações sensíveis de

⁹² Disponível em: <<http://wikileaks.org/irq/>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

⁹³ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Iraq_War_documents_leak>. Acesso em: 09 dez. 2011.

⁹⁴ Disponível em: <<http://wikileaks.org/afg/>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

documentos, antes sigilosos. podem ser analisadas, sintetizadas e republicadas, por quem esteja interessado, seja em trabalhos individuais ou coletivos de investigação.

Essa ‘funcionalidade social’ quanto ao processamento de informações é estruturante do Wikileaks. É ela que engendra o ecossistema comunicacional ao seu redor. E ela se liga a dois aspectos correlatos, igualmente importantes: primeiramente, o volume massivo dos documentos publicados pelo site, contados em centenas de milhares, faz com que sua análise, ao menos a curto prazo, seja um desafio acima da capacidade operacional de indivíduos ou mesmo de organizações isoladas. Portanto, o surgimento do ecossistema em seu entorno é em parte uma demanda técnica e prática, cuja expressão foi o surgimento dos inúmeros sites e ferramentas de análise que processam as informações de seus conjuntos de dados.⁹⁵ Isso se deu especialmente com o vazamento que atraiu maior atenção midiática, o dos ‘Relatórios Diplomáticos’ estadunidenses, ao longo de 2010, que continham mais de 250.000 documentos. Para estes, não há totalizações apresentadas pelo próprio Wikileaks em seu próprio site. Porém, na página de sua publicação, o site fornece mais de uma dezena de links para locais na internet que apresentam sínteses e extrações de suas bases de dados.⁹⁶

O segundo aspecto estruturante, ligado ao necessário processamento coletivo dos dados publicado e constituinte de um campo de interações, é o surgimento de centenas de locais no ciberespaço que além de produzirem análises sobre os documentos vazados também hospedam cópias inteiras das próprias bases de dados do Wikileaks. Essas bases de dados copiadas são denominadas ‘espelhos’, sendo que em dezembro de 2010, apenas algumas semanas após a publicação final dos relatórios diplomáticos estadunidenses, já se podiam contar mais de 800 sites que desempenhavam essa função propagadora e apoiadora do Wikileaks.⁹⁷

Entre as centenas de exemplos de espelhos e trabalhos de processamento, pode-se citar o blog Information Aesthetics, mantido por Andrew Vande Moere, Professor da Universidade Católica de Leuven e dedicado a “visualização de dados, partindo-se de interfaces convencionais e rumando para ‘arquitetura de meios’”.⁹⁸ Nele, há uma lista de diversos mapas interativos, de visualização de dados, baseados em bancos tais como aqueles vazados pelo Wikileaks, possíveis de

⁹⁵ Por exemplo: <https://github.com/search?q=wikileaks&type=Repositories&x=0&y=0>. Acesso em: 20 jan. 2012.

⁹⁶ Disponível em: <<http://wlcentral.org/cablegate>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

⁹⁷ Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4831926-EI12884,00-Quase+sites+pelo+mundo+ja+hospedam+copias+do+WikiLeaks.html>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

⁹⁸ Disponível em: <http://infosthetics.com/archives/2010/11/wikileaks_us_embassy_cables_the_visualizations.html>. Acesso em: 20 dez. 2011.

ser acessados pelo internauta. Muito adequadamente, afirma-se no subtítulo de um dos mapas: “aí estão os dados e aí está o entendimento. Em algum lugar no meio, está a comunicação.”⁹⁹

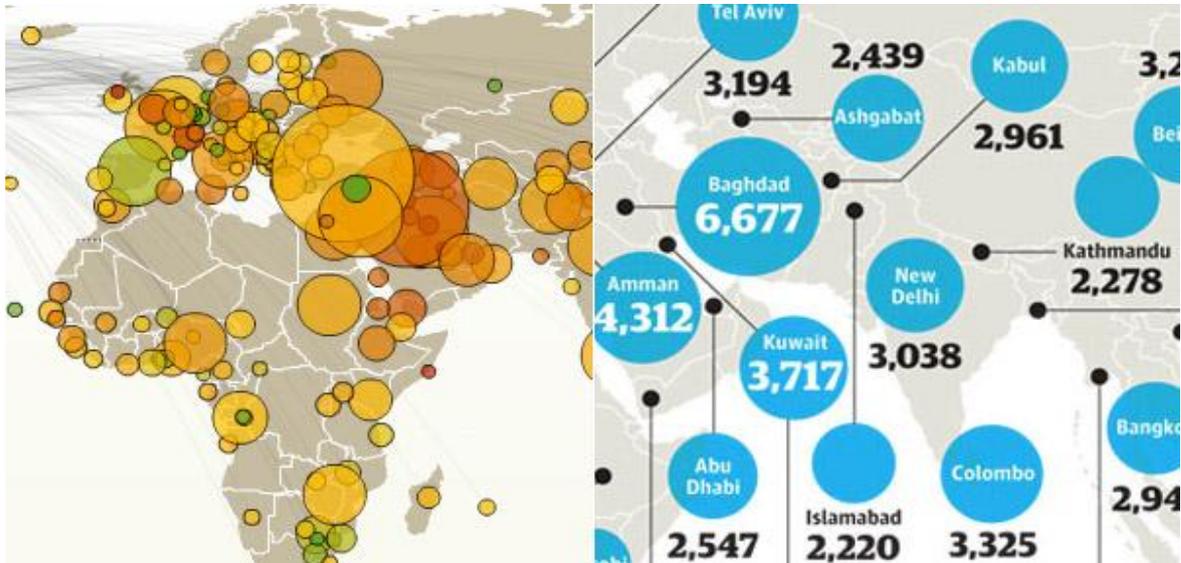


Figura 8 - Mapa interativo de visualização de telegramas diplomáticos, por Andrew Vande Moere

No caso do vazamento dos telegramas diplomáticos estadunidenses, de novembro de 2010, o site de Vande Moere fornece ainda uma lista de links de jornais e órgãos de imprensa, fora o próprio Wikileaks, onde o mesmo volume de informações pode ser acessado, através de mapas interativos semelhantes.¹⁰⁰ Constitui-se assim uma rede de mapas de informação, já com grau interessante de processamento, mas plenamente passível de ser ainda mais editado, analisado e comentado. Nesse sentido, não há um ponto final para o processo.

No site de Vande Moere, há ainda links para outros locais, na internet, onde há trabalhos semelhantes. Eles são divididos nos seguintes itens:¹⁰¹

1 – Visualização Interativa:

The Guardian - [US embassy cables: browse the database](#)
 Der Spiegel - ["The US Embassy Dispatches Interactive Atlas"](#)
 WikiLeaks - ["Graphics of the cablegate dataset"](#)
 The New York Times - ["Letters between Wikileaks and the U.S. Government"](#)

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://infosthetics.com/archives/2010/11/wikileaks_us_embassy_cables_the_visualizations.html>. Acesso em: 02 out. 2011.

¹⁰¹ Idem.

2 – Infográficos (*infographics*)

The Guardian - "[Where are the Wikileaks Cables From?](#)"

El País - "[El intercambio de documentos y las zonas calientes del planeta](#)"

Jef Thorp - "[Exploratory Visualization of the Wikileaks #cablegate data](#)"

3 – Os bancos de dados integrais que serviram de fonte:

Wikileaks

The Guardian Data Blog (que é uma das várias bases de dados “espelho” ao Wikileaks)

Uma observação, possível de ser feita a partir do exposto acima, é que o surgimento desse ecossistema em torno do Wikileaks não torna seu cerceamento mais difícil apenas do ponto de vista técnico-operacional. Como os sites espelho estão espalhados em inúmeros países, submetidos cada qual à suas jurisdições, seu cerceamento tampouco pode ser feita de maneira fácil e unificada dos pontos de vista policial e legal. A partir das funcionalidades dos modos de publicação do Wikileaks, tem-se imbricações, portanto, ao mesmo tempo de ordem prática e técnica quanto jurídicas e políticas.

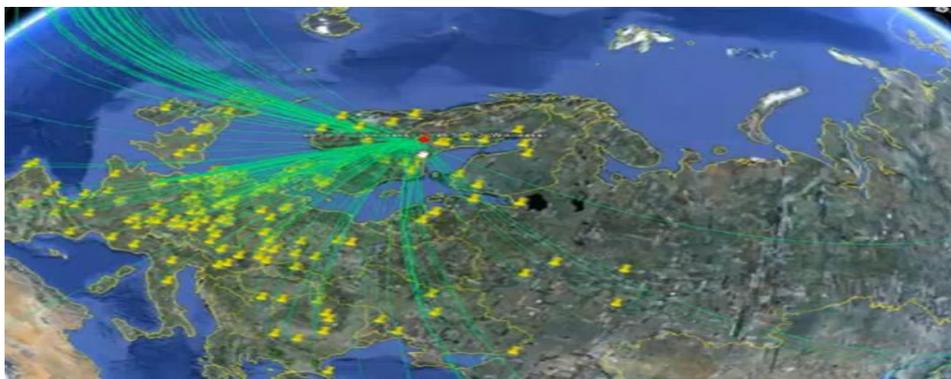


Figura 9 - Servidores espelhos do Wikileaks, a partir dos servidores na Suécia. ¹⁰²

Outra observação é que, da mesma forma em que o Wikileaks não é uma unanimidade, o ecossistema de interações em seu entorno tampouco não se constitui de processos homogêneos, previsíveis ou mesmo pacíficos, sendo seus desdobramentos bastante complexos e, muitas vezes, contraditórios. Nestes, surgem uma série de resistências e choques, dentro de uma teia de relações e

¹⁰²Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4841857-EI12884,00-Google+Earth+cria+mapa+mundial+de+espelhos+do+WikiLeaks.html>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

acontecimentos frequentemente inéditos que fogem dos planejamentos ou acordos prévios entre seus atores, precisando ser analisados à medida que acontecem. Talvez, seja essa a fundamental dimensão dos movimentos comunicacionais do Wikileaks, onde suas ações são mediadas para o público mais amplo, e um dos ambientes de mediação onde isso mais se evidencia é o jornalismo.

3.2.4 Wikileaks e o jornalismo: colaboração, disputa e deslocamentos

Os conjuntos de documentos publicados pelo Wikileaks apresentam desafios para todas as pessoas ou organizações interessadas em “*accountability*”, ou seja, em responsabilização pública e, sem dúvida, haverá ainda muita elaboração de conhecimento – acadêmico ou de outros tipos – sobre eles. Ocorre que por sua natureza mais vagarosa, instituições tais como as acadêmicas tendem a não dar respostas tão prontamente quanto quer a opinião pública cotidiana. Para formulações e sínteses em curto prazo, há que se trabalhar os documentos de acordo com os parâmetros clássicos de criação noticiosa. Ou seja, de sua massa de dados, há que se buscar de maneira mais ágil possível histórias jornalísticas: tramas, atores, motivos e processos, na reconstituição de fatos e contextos relevantes para o alimento informacional da sociedade contemporânea.

Surge aí uma possível disputa: pela maneira que o Wikileaks opera, usando a internet como principal meio de publicação, a tarefa pode, ao menos em tese, passar ao largo das rotinas estabelecidas e atribuições de exclusividade do campo que historicamente se encarregou de realizá-la – o jornalismo.¹⁰³ A fabricação de notícias, que até o presente foi uma função quase sempre restrita e executada – ou ao menos coordenada – por profissionais do jornalismo e demais gêneros da comunicação social, de resultados visíveis, mas cujos componentes internos eram ocultos do olhar ou decisões públicas, realizado dentro dos processos institucionais dos órgãos de imprensa ou comunicação, hoje poderia ser realizada de forma socialmente aberta e espontânea. Essa é uma perspectiva pelo qual um fenômeno como o Wikileaks suscita diversas autorreflexões no campo jornalístico, sendo debatida e considerada por seus integrantes mais críticos.

Nesse sentido, o jornal estadunidense *The New York Times* criou em 2006 – coincidentemente o mesmo ano da fundação do Wikileaks – um ‘*media desk*’, ou seja, uma seção editorial cujo objetivo é analisar e reportar as transformações por que passam o jornalismo face à

¹⁰³ Cf. TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo, v. 1, Florianópolis: Insular, 2005, p. 117-118.

internet.¹⁰⁴ Como afirma seu editor Bruce Headlam¹⁰⁵, sobre a relação entre a mídia tradicional e fenômenos como o do Wikileaks:

é a colisão de dois mundos, o mundo fechado da expertise, do sigilo informacional e privacidade, e esse mundo novo que quer quebrar e abri-lo. Nós estamos vendo esse processo, nós somos um exemplo dessa cultura que está sendo rasgada e exposta.¹⁰⁶

Outro repórter do ‘*media desk*’ do *The New York Times*, Brian Stelter, comenta sobre uma das publicações em vídeo do Wikileaks: “eles não precisaram deixar esse material na porta do *NBC News* ou o *The New York Times*. Bastou colocá-lo no Youtube e esperar que todo mundo o visse.”¹⁰⁷ Fazendo a comparação entre os documentos publicados pelo Wikileaks e o caso semelhante de 1971, dos “Pentagon Papers”¹⁰⁸, Bruce Headlam diz que, anteriormente, os documentos “precisavam ser manuseados e encaminhados. Hoje é só postar as imagens, onde todos as podem ver”. E o próprio editor chefe do *The New York Times*, Bill Keller¹⁰⁹ afirmava em tom alarmado, no auge da fama midiática do Wikileaks: “em resumo, o Wikileaks não precisa de nós, enquanto Daniel Ellsberg [repórter do caso Pentagon Papers] precisava”.¹¹⁰

Percebe-se pelos testemunhos acima que houve – ao menos na época em que o Wikileaks eclodiu como fenômeno – uma considerável preocupação, por parte de importantes integrantes do jornalismo internacional, de como seriam afetados suas rotinas e a cultura em decorrência das novas dinâmicas de publicação na internet. Sendo o jornalismo uma forma estabelecida de mediação entre a realidade social e os públicos modernos, poderia se apressadamente inferir que as novas dinâmicas do ciberespaço estariam desprovidas do que poderia ser chamado de ‘intermediação institucional’. Como diz outro jornalista respeitado, o espanhol Luís Cebrián, no limite, seria possível uma situação em que “a partir da internet, as próprias pessoas

¹⁰⁴ Documentário Page One – Inside the New York Times. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt1787777/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Bruce_Headlam>. Acesso em: 20 fev. 2012.

¹⁰⁶ Documentário Page One – Inside the New York Times. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt1787777/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Pentagon_papers>. Acesso em: 20 fev. 2012.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Bill_Keller>. Acesso em: 20 fev. 2012.

¹¹⁰ Documentário Page One – Inside the New York Times. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt1787777/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

contam o que está acontecendo com elas, sem intermediários”¹¹¹, o que, levado às últimas consequências, tornaria o jornalismo profissional obsoleto enquanto função social.

No entanto, ao se analisar a história recente de relações entre o Wikileaks e os meios tradicionais de comunicação de massa, eis que surge um quadro bastante diferente e problematizável, na qual a afirmação de que o ‘Wikileaks não precisa dos órgãos de notícia tradicionais’ precisa ser fortemente relativizada, podendo ser observada nos desdobramentos dos principais vazamentos do Wikileaks.

Numa entrevista em fins de 2010, o porta-voz do Wikileaks, Julian Assange, afirma que, no início de suas atividades, havia uma expectativa, por parte da organização, de que os usuários individuais, *não institucionais*, espalhados pelo mundo, pudessem realizar, *de forma espontânea e não coordenada*, o trabalho inteiro de processamento dos documentos publicados por sua organização.¹¹² No entanto, mesmo surgindo inúmeros ‘sites espelho’ e mapas interativos disponibilizados, houve um resultado muito abaixo do esperado em termos de resultados investigativos concretos que sintetizassem esse potencial em histórias esclarecedoras para o grande público. Nas palavras do próprio Assange: “em 2006, nós esperávamos que o público geral iria escrever artigos e análises, colaborativamente. Isso não se concretizou de fato.”¹¹³ Pode-se especular de que os resultados desse tipo espontâneo de processamento virão num futuro próximo – por exemplo, em forma de trabalhos acadêmicos – e poder-se-ia, também, apontar para casos isolados de sucesso, em termos de processamento parcial das informações de forma colaborativa e estritamente não institucional. Mesmo assim, como constata o próprio Assange, não houve uma ampla e, sobretudo, rápida onda de resultados ‘noticiosos’ em resposta às publicações do Wikileaks.

Ora, um possível motivo para esse resultado pouco expressivo é que, para que as tais ‘histórias jornalísticas’ fossem extraídas das massas de documentos publicados, são necessários dedicação e know-how propriamente jornalísticos. Ou seja, precisa-se de elementos conceituais, rotinas práticas e recursos humanos que se encontram nos órgãos de imprensa tradicional, e não nos públicos espalhados pelos ambientes virtuais. Um indício bastante plausível disso, é que o

¹¹¹ Cf. entrevista com o editor do jornal espanhol “El País”, Luis Cebrián. Disponível em: <<http://migre.me/5N0Lt>>. Acesso em: 26 set. 2011.

¹¹² Cf. documentário Wikirebels – The Documentary. Disponível em: <<http://onlinejournalismblog.com/2010/12/12/wikileaks-the-documentary/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹¹³ Idem.

Wikileaks, diante dos resultados abaixo do esperado, partiu para estabelecer diferentes parcerias com órgãos de notícia tradicionais, cujos profissionais, capacitação técnica e cultura investigativa lhes pudessem vir de auxílio. Assim, quando em fins de 2010 foram publicados os ‘Relatórios Diplomáticos Estadunidenses’, essa ação, desde seu início, foi planejada e realizada em parceria com importantes órgãos de notícias, tais como o New York Times, o The Guardian, o Der Spiegel e o El País. Os motivos, resultados e, sobretudo, contradições dessas parcerias são de fundamental importância para se entender o fenômeno Wikileaks como um todo. A começar, pela razão prática imediata dessas parcerias terem sido firmadas: uma exigência ligada a deontologia jornalística, a da proteção das fontes.

Explica-se: o princípio norteador do Wikileaks é a exposição de informações de relevância, que por diferentes arranjos institucionais estão ocultas do olhar público. Mas no caso dos relatórios diplomáticos estadunidenses, se todas as informações dos documentos fossem rigorosamente postas a claro, haveria o inevitável comprometimento de segurança de muitos dos indivíduos envolvidos nos processos relatados, por estarem eles frequentemente em regiões de conflito ou em discordância com instituições de poder. Tratava-se, muitas vezes, de interlocuções clandestinas com informantes que, se expostos, significaria perseguição e riscos para os mesmos. Sua proteção era uma exigência importante e se enquadra num dos preceitos mais básicos da prática jornalística: “a máxima exposição de assuntos de relevância pública, mas sem o comprometimento das identidades ou da segurança das fontes que as revelaram – caso seja essa sua vontade ou necessidade.”¹¹⁴ Essa exigência, ademais, está de acordo com os princípios de origem do Wikileaks, que se apresentou como uma organização capaz de garantir – no processo de produção noticiosa – aquilo que até o presente o jornalismo, enquanto instituição, sempre garantira: a proteção do anonimato de suas fontes, ao longo da produção de informações destinadas a serem publicadas amplamente.

Em termos práticos, eis como foi estruturada a parceria com os jornais *Le Monde*, *El País*, *The Guardian*, *Der Spiegel*, *The New York Times*:¹¹⁵ antes de qualquer publicação, a íntegra dos documentos vazados foi disponibilizada para os jornais, que colocaram seu pessoal para

¹¹⁴ CHRISTENSEN, C. Wikileaks: Losing Suburbia. Disponível em: <<http://mondediplo.com/blogs/wikileaks-losing-suburbia>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/blog/2010/dec/03/julian-assange-wikileaks>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

processá-los e escolher dentre eles os que julgavam relevantes para publicação. À medida que os jornalistas iam sintetizando e publicando as histórias nos jornais, o Wikileaks publicava em seu site os documentos nas quais elas tinham se baseado. Evidentemente, *de forma editada pelos jornalistas*, suprimindo nomes e informações sensíveis para a segurança das fontes. Nas palavras do próprio Assange:

Os relatórios que nós publicamos correspondem às histórias publicadas pelos nossos parceiros nas mídias tradicionais (*main stream media partners*). Neles, houve supressão de informações (*redacted*), feitas pelos jornalistas que trabalhavam sobre essas histórias. As supressões foram em seguida revisadas ao menos por um outro jornalista ou editor, e nós [Wikileaks] revisamos amostras fornecidas por todas as organizações [de mídia] parceiras, para averiguar se o processo estava funcionando a contento.¹¹⁶

O que concluir de uma colaboração dessas e como classifica-la, em termos das práticas jornalísticas? Fica evidente o desconcerto de vários dos participantes, sendo que no *The New York Times* surgem interpretações bastante divergentes. A editora internacional do jornal, Susan Chira diz: “Assange não é nosso parceiro de mídia (*media partner*), ele não é nosso colaborador. Ele é uma fonte como qualquer outra fonte, dando-nos acesso a documentos”.¹¹⁷

Já um diálogo dentre os repórteres do *media desk*, David Carr e Brian Stelter, revela incerteza:

David Carr: nós os temos tratado [ao Wikileaks] como uma organização ativista (*advocacy organization*), mas nós entramos em parceria com eles?

Brian Stelter: somos realmente parceiros? Eu os vejo como fontes.

David Carr: mas eles também publicam!

Brian Stelter:..é...você tem razão.¹¹⁸

Numa entrevista, de Brian Stelter com Julian Assange, surge o seguinte diálogo:

Brian Stelter: há uma definição de que o jornalismo deve estar dentro da legalidade, não quebrando a lei para obter conteúdo. Você concorda com isso, ou para você o jornalismo teria uma definição mais ampla?

Assange: o jornalismo é uma ferramenta. Nós a usamos para atingir o objetivo que, falando em termos amplos, é a justiça. Eu sou um ativista.

Brian Stelter: você se definiria como um “jornalista”?

¹¹⁶ idem

¹¹⁷ Documentário Page One – Inside the New York Times, <http://www.imdb.com/title/tt1787777/> >. Acesso em: 20 fev. 2012.

¹¹⁸ Idem.

Assange: sim, eu me defino como jornalista, mas é justo dizer que eu também sou um ativista. Se eu tivesse que escolher entre os dois, eu escolheria os valores do ativismo.¹¹⁹

Observa-se, portanto, por parte dos jornalistas, uma incerteza, ou ao menos curiosidade, acerca da posição e identidade do Wikileaks para suas práticas e rotinas. Já por parte do Wikileaks, há movimentos circunstanciais de se identificar – mas não se igualar – com o jornalismo, de acordo com suas conveniências estratégicas. Tudo isso, ocorrendo dentro de um quadro que poderia ser chamado de ‘pouco isonômico’, pois como afirma ainda David Carr:

A pessoa fica pensativa sobre essa negociação [de parceria] quando eles chegam e dizem “você podem ter isto aqui [os documentos vazados], mas nós vamos dá-lo também para os outros jornais, e agora vocês todos terão que se dar as mãos.” E aí nós dizemos “mas nós somos o *The New York Times!*” E eles: “mas nós temos tudo isto aqui e *nós estamos ditando os termos*” (grifos adicionados) 57:29¹²⁰

Os resultados práticos da colaboração entre o Wikileaks e o *The New York Times*, no entanto, logo se fizeram mostrar. Por nove dias consecutivos,¹²¹ as histórias extraídas pelo *The New York Times* dos documentos do Wikileaks foram matéria de capa do jornal,¹²² causando considerável repercussão midiática e institucional, além de ocupar, nas semanas e meses seguintes, importante lugar no agendamento noticioso internacional.¹²³ As respostas de várias instâncias governamentais estadunidenses não tardaram. Mike Mullen, porta-voz das forças armadas do país disse: “nós estamos abismados com esses vazamentos, nós os condenamos, eles trazem riscos para vidas americanas”.¹²⁴ O senador independente Joe Lieberman, ao ser perguntado se o *The New York Times* deveria ser processado, disse “não sei dizer, por ora, se eles quebraram alguma lei, mas sei que eles são responsáveis por má cidadania (*bad citizenship*).”

Ora, interpretando-se a situação a posteriori, percebe-se as fortíssimas razões estratégicas, por parte do Wikileaks, de se aliar com os órgãos de notícias tradicionais. Além de se

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem

¹²² Idem.

¹²³ Ver, por exemplo:

<http://usepublicdiplomacy.org/index.php/newsroom/specialreports_detail/wikileaks_cablegate_media_monitor_report_1/>. Acesso em: 07 mar. 2012.

¹²⁴ Documentário Page One – Inside the New York Times, <http://www.imdb.com/title/tt1787777/> >. Acesso em: 20 fev. 2012.

beneficiarem das rotinas profissionais e técnicas destes, o Wikileaks também consegue atrair para si parte da credibilidade institucional dessas organizações – afinal, o Wikileaks passa a figurar como parceiro nas matérias de capa de jornais respeitados. Como diz David Carr:

foi um momento importante, quando o Wikileaks escolheu publicar através de instituições como o *The Guardian*, *Der Spiegel* e o *The New York Times*. Em certo sentido, isso foi uma tentativa deles desintoxicarem as informações que possuíam e dar a elas um pouco mais de veracidade¹²⁵

Além disso, pode se acrescentar que o Wikileaks passa a emprestar ao menos alguma proteção jurídica ao longo do processo, já que estão publicando dentro de rotinas usualmente garantidas pelas leis de liberdade de imprensa. Pois lembre-se que desde o primeiro instante das publicações, governos como o dos Estados Unidos afirmavam a sua ilegalidade. Segundo a secretária de estado dos EUA, Hillary Clinton, “o Wikileaks age de forma ilegal, desgastando o nosso tecido de governança (*tear at the fabric of government*). Nós vamos perseguir agressivamente os responsáveis pelos vazamentos.” Ora, à medida que o Wikileaks insere suas práticas dentro das práticas jornalísticas, fica mais difícil para instituições e governos enquadrarem-nas como ilegais.

Por tudo isso, vê-se que a afirmação ‘o Wikileaks não precisa dos jornais’ está inteiramente errada. O Wikileaks tem grande necessidade dos órgãos de imprensa, restando a dúvida se essa relação é benéfica para as duas partes ou, por falta de termo melhor, ‘parasitária’ em prol do Wikileaks. De qualquer maneira, pode-se concluir que sua função dentro desses processos de parceria é bem maior – e diferente – da função clássica de ‘fonte de informações’. Na verdade – e eis uma constatação do presente trabalho – seus movimentos são de disputa quanto à correlação de poder dentro dos processos noticiosos, podendo-se observar uma inequívoca tentativa, por parte do Wikileaks, de *interferência e controle da agenda midiática*. E tal ambição não vem tanto, ou apenas, do teor e relevância de seus documentos vazados, mas pela clara tentativa de interferência e deslocamentos *nos processos e rotinas* usuais que, até o presente, regiram a criação cotidiana de notícias. Em última instância, é essa sua agenda, e é em relação a ela que os órgãos de notícia tradicionais necessitam oferecer respostas e reações. E são esses, portanto, alguns dos elementos e movimentos propriamente *comunicacionais* da relação entre o Wikileaks com a mídia tradicional e as práticas do jornalismo.

¹²⁵ Idem.

A seguir, antes de se abordar os últimos movimentos e desenlaces da trama Wikileaks e sua relação com os meios de comunicação tradicionais, serão observados alguns outros movimentos de reação e respostas sociais ao Wikileaks. Estes, num raio mais amplo do que o do campo estritamente midiático e jornalístico. Espera-se que isso permitirá uma melhor visão de como a organização – ou fenômenos parecidos – têm tido repercussão social mais abrangente, constituindo-se como elementos novos aos processos de acesso ao espaço público de agendamento e à esfera pública como um todo.

3.2.5 Wikileaks e a política institucional

Desde seu surgimento, o Wikileaks tem sido objeto de grandes polêmicas. Por um lado, ele tem sido saudado como uma revolução nos processos de produção noticiosa. Em fevereiro de 2011, por exemplo, o parlamentar norueguês Snorre Valen fez uma moção formal para indica-lo ao Prêmio Nobel da Paz, sob o argumento de que o Wikileaks é “uma das contribuições mais importantes para a liberdade de expressão e transparência no século XXI”, por “divulgar informações sobre corrupção, violações dos direitos humanos e crimes de guerra.”¹²⁶ Em abril do mesmo ano, o Wikileaks recebeu o “Prêmio Internacional Liberdade de Imprensa do Ano”, concedido pela Cátedra Unesco para Comunicação da Universidade de Málaga.¹²⁷ Em novembro de 2011, o Wikileaks ganhou o maior prêmio australiano de imprensa, o “*Walkley Award for Outstanding Contribution to Journalism*” com a seguinte justificativa:

O Wikileaks penetrou o funcionamento interno de governos, revelando uma avalanche de verdades inconvenientes. (...) Suas revelações, dentre as quais se encontram a condução da “Guerra ao Terror”, infâmias diplomáticas, falcaturas de alto nível e a ingerência em assuntos internos das nações, tiveram um inegável impacto. Estas informações *poderiam ter sido desenvolvidas e abrigadas por algumas das maiores publicações do mundo – mas não o foram*” (grifos adicionados)¹²⁸

Quanto aos parceiros do Wikileaks, a edição digital do jornal inglês *The Guardian* ganhou dois prêmios do “*The Newspaper Awards*”. Considerado o “Oscar” do jornalismo, o prêmio de “mídia digital do ano” foi concedido para o site *Guardian.co.uk*, com a observação de que a forma que o jornal cobriu e processou as publicações do Wikileaks deixam seus leitores

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.snorrevalen.no/2011/02/02/why-i-have-nominated-wikileaks-for-the-nobel-peace-prize/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

¹²⁷ Disponível em: <<http://www.20minutos.es/noticia/1014252/0/>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

¹²⁸ Disponível em: <<http://wsws.org/articles/2011/nov2011/assa-n30.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

“boquiabertos”. Já o *The Guardian Datablog*, que publica as informações brutas e visualizações gráficas das informações providas do Wikileaks, ganhou na categoria de “melhor uso de novas mídias” por “suas informações interativas e compreensivas em profundidade”.¹²⁹

Ao mesmo tempo, várias representantes governamentais, especialmente dos Estados Unidos, vêm acusando o Wikileaks de práticas ilegais, danosas para seus interesses estratégicos e o estado democrático de direito. “Essas publicações são danosas para os Estados Unidos e seus interesses”, disse o porta-voz do Departamento de Estado P.J Crowley, “pois vão criar tensões na relação entre nossos diplomatas e nossos amigos no mundo.”¹³⁰ O Serviço de Pesquisas do Congresso dos Estados Unidos (Congressional Research Service) reportou em outubro de 2010 que “há amplo amparo estatutário para se processar indivíduos que extraviam ou disseminam esse tipo de documentos, uma vez havendo a demonstração de intencionalidade e potencial risco para a segurança nacional.”¹³¹ Na mesma linha, o advogado Harold Koh, um especialista em direito internacional e representante do governo norte-americano no caso, mandou uma carta de aviso a Julian Assange, informando a este que “a publicação dos telegramas diplomáticos é ilegal”¹³² e que “o governos dos Estados Unidos tentarão impedir que o Wikileaks faça uma devassa no conjunto de seus telegramas diplomáticos, o que poderá colocar em risco nossas fontes, métodos de inteligência e de diplomacia.”¹³³ A senadora republicana Sarah Palin declarou, simplesmente: “Porque Assange não é perseguido com a mesma urgência que se combate a *Al-Qaida* e os líderes do *Taliban*?”¹³⁴

Em conjunto a tais reações, em novembro de 2010, no Reino Unido, o ministro da defesa expediu uma “*D-notice*”, que é uma notificação raramente usada, endereçada a órgãos de imprensa, que lhes convoca a “consultar com um oficial militar de alta patente, antes de publicar matérias que podem ameaçar a ordem pública por seu conteúdo comprometedor da segurança nacional.”¹³⁵ Já na França, o ministro da indústria, Eric Besson, afirmou ser inaceitável que o país

¹²⁹Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/media/datablog/2011/may/25/guardian-newspaper-awards-two-prizes>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.stinkyjournalism.org/edtoridetail.php?id=1018>>. Acesso em: 25 set. 2011.

¹³¹ Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703989004575653280626335258.html>>. Acesso em: 25 set. 2011.

¹³² Disponível em: <<http://www.stinkyjournalism.org/edtoridetail.php?id=1024>>. Acesso em: 25 set. 2011.

¹³³ Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/media/2010/nov/26/wikileaks-documents-downing-street-editors>>. Acesso em: 25 set. 2011.

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/politics/wikileaks-hit-by-new-online-onslaught-2151570.html>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

¹³⁵ Idem.

hospedasse um site que “viola os segredos das relações diplomáticas, colocando em risco as vidas de pessoas protegidas por sigilo diplomático”.¹³⁶

Além dessas declarações e gestos oficiais, logo após a publicação dos ‘Relatórios Diplomáticos Estadunidenses’, seguiu-se uma série de ações diretas de intimidação e cerceamento. Em dezembro de 2010, devido à pressão legal e política do governo dos EUA, as companhias de cartão de crédito Visa e Mastercard, além dos sites Pay-Pal e Amazon, boicotaram o Wikileaks, interrompendo seus serviços para a organização, dificultando as doações que a financiavam e impedindo suas demais transações financeiras.¹³⁷ Os motivos expressos desses cortes de serviços eram em geral parecidos com o comunicado do Pay-Pal, de 5 de dezembro de 2010:

O Paypal encerrou permanentemente a conta usada pelo Wikileaks, devido a violações dos Termos de Usos Aceitáveis, segundo às quais nossos serviços de pagamento não podem ser usados por qualquer ativista que reforça, promove, facilita ou instrui terceiros a se engajarem em atividades ilegais. Nós já informamos ao usuário da conta acerca desta medida.¹³⁸

Especula-se ainda – mesmo não havendo provas concretas – que vários dos ataques cibernéticos que o site do Wikileaks sofreu, logo após as publicações dos ‘Relatórios Diplomáticos’, se originaram da ‘divisão cyber’ (*US Cyber Command*)¹³⁹ das forças armadas dos Estados Unidos. Ou seja, o Wikileaks teria sofrido ações deletérias sobre sua infraestrutura virtual, comandadas ou coordenadas pela maior potência militar do mundo.¹⁴⁰

Difícilmente uma publicação convencional, tendo em vista suas características corporativas, sua ancoragem no mundo econômico, jurídico e social institucionalizado, teria resistido a um ataque frontal dessa proporção, por parte dos governos de países tão poderosos como os EUA e o Reino Unido. Antes de tudo, uma situação dessas seria de todo improvável, pois além de regulamentações legais e normas que regem o comportamento das empresas midiáticas nos países democráticos, há acordos, arranjos políticos e de cultura corporativa e institucional que elas

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2010/dec/3/wikileaks-fights-stay-online-amid-attacks/?page=all>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/media/2010/dec/14/wikileaks-julian-assange-protect-from-attack>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹³⁸ Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/politics/wikileaks-hit-by-new-online-onslaught-2151570.html>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

¹³⁹ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/United_States_Cyber_Command>. Acesso em: 01 mar. 2012.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://articles.cnn.com/2010-12-03/politics/wikileaks.takedown_1_julian-assange-wikileaks-cyber-command?_s=PM:POLITICS>. Acesso em: 01 mar. 2012.

observam e que normalizam suas relações com seus entornos sociais. Isso não é algo necessariamente negativo, sendo antes expressão da interdependência entre o campo midiático e o resto da sociedade. Uma empresa de notícias convencional, por independente que seja sua linha editorial, está sujeita a pressões e influências do mundo social, político e econômico que a cerca, agindo dentro de certa ‘normalidade’. Seria portanto improvável que qualquer empresa tradicional de mídia – dentro das sociedades democráticas – sofresse um revide das proporções que foi tentada contra o Wikileaks, por parte de governos e instituições entre si aliadas. Seria também improvável que as demais instituições políticas assistissem passivamente a tal situação. Já no caso do Wikileaks, esses movimentos hostis foram perpetrados intensivamente e com relativa condescendência institucional, sendo comentados ou criticados apenas por algumas poucas lideranças políticas internacionais.¹⁴¹ Mas por parte da sociedade civil, elas não ficaram sem resposta.

3.2.6 Reação e resistência no ciberespaço

Entre os movimentos políticos do ciberespaço, há aqueles que se colocam dentro de uma tradição de resistência civil contra ações institucionais hegemônicas. O ativista hacker Steven Wray, do coletivo de mobilização “Electronic Disturbance Theatre”¹⁴² afirma que

A medida que os hackers se tornarem mais politizados e os ativistas mais computadorizados, nós veremos um aumento no número de ciberativistas, que tomarão parte no que será chamado de Desobediência Civil Eletrônica (Electronic Civil Disobedience). Os mesmos princípios da desobediência civil tradicional, como a transgressão e o bloqueio, serão aplicados, mas cada vez mais esses atos terão formas eletrônicas ou digitais. O lugar primordial da Desobediência Civil Eletrônica será no ciberespaço.¹⁴³

Ou seja, não está se falando aqui apenas da internet como uma plataforma de coordenação de ações cujos palcos principais estão fora dela – tais como os movimentos democratizantes no mundo árabe, iniciados em 2010 – 2011¹⁴⁴ – mas de expressões de protesto e mobilização onde o principal ambiente de mobilização e ação é o próprio ciberespaço. Há vários

¹⁴¹Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-11966193>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

¹⁴²Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Electronic_Disturbance_Theater>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁴³ Disponível em: <http://www.slais.ubc.ca/courses/libr500/05-06-wt1/www/A_McCauley/Cy_or_hack.htm>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe>. Acesso em: 03 mar. 2012.

casos recentes desse tipo de ação e, mesmo se fazendo uma breve digressão, há que se mostrar como podem ser amplas e intensas suas manifestações.

Por exemplo, no dia 18 de janeiro de 2012, houve uma onda mundial de protestos contra dois projetos de lei que tramitavam no congresso norte-americano, denominados pelas siglas “SOPA”¹⁴⁵ e “PIPA”¹⁴⁶. Sob o pretexto de combater a pirataria online, os projetos de leis – segundo inúmeras instituições e especialistas¹⁴⁷ – na verdade ameaçavam a liberdade e a livre expressão na internet. Em termos resumidos, o duelo em torno do projeto se deu entre as grandes empresas tradicionais de entretenimento, tais como os estúdios de Hollywood, as gravadoras e indústrias de música¹⁴⁸ de um lado e, do outro, milhões de usuários e movimentos do ciberespaço, aos quais se aliaram inúmeras empresas e organizações ligadas às novas tecnologias de comunicação e informação.¹⁴⁹

Quanto às formas de protesto virtual que surgiram em torno dessa questão: no dia 18 de janeiro de 2012, houve uma paralização de 24 horas de milhares de sites, dentro e fora dos EUA. Além de o movimento ter tido o apoio público de sites como o Google, Yahoo, Reddit, Mozilla, WordPress, Tumblr, Flickr, Twitter, 4chan e Wired, muitos outros sites fizeram uma ‘greve virtual’, interrompendo seus acessos naquele dia. Segundo o www.sopastrike.com, 75 mil sites paralisaram suas operações entre o dia 18 e 19 de janeiro de 2012, sendo que o maior deles foi a Wikipédia. Quanto ao alcance do protesto, segundo o fundador da Wikipedia, Jimmy Wales,¹⁵⁰ a versão em inglês da enciclopédia virtual teve 162 milhões de acessos no dia 18 de janeiro, mas em vez das informações usuais, aparecia apenas uma página de protesto e esclarecimento sobre os projetos de leis e os motivos pelos quais a Wikipedia se lhes opunha. Além disso, o Congresso norte-americano recebeu 8 milhões de ligações naqueles dias, o que paralisou seu sistema telefônico. Em termos de resultados concretos: na semana anterior aos protestos, apenas cinco senadores eram contrários ao projeto “PIPA”, já após o protesto, no dia 18/01/2012, um total de 35 já o eram, sendo que com 41

¹⁴⁵ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Stop_online_piracy_act>. Acesso em: 19 jan. 2012.

¹⁴⁶ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/PROTECT_IP_Act>. Acesso em: 19 jan. 2012.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://eotmblog.com/2012/01/protests-against-sopa-pipa-go-viral/>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.gamepolitics.com/2011/12/22/who-supports-sopa-special-interests>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://www.cdt.org/report/list-organizations-and-individuals-opposing-sopa>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

¹⁵⁰ Conforme postagens em seu twitter, @jimmy_wales, em 19/01/2012.

votos contrários o projeto seria derrotado, o que motivou seu engavetamento.¹⁵¹ Da mesma maneira, em 20/01/2012, o congresso estadunidense adiou indefinidamente a votação do “SOPA”.¹⁵²

Vê-se, portanto, que o ciberespaço configura inúmeros espaços e formas de ação institucional ou mobilização de poder, bem como formas de resistências elas. Essas últimas, mesmo sendo tributárias da história dos movimentos de resistência civil, assumem novas dinâmicas e formatos. Voltando ao Wikileaks, irá se abordar algumas das formas pelas quais isso se deu quando a organização sofreu ações cerceadoras por parte de governos e instituições.

3.2.7 Os ataques DoS e DDoS

Em resposta às ações de pressão contra o Wikileaks, as comunidades hackers que o apoiam promoveram uma onda de ataques virtuais contra as instituições que se sujeitaram aos preceitos de cerceamento governamentais. A forma pela qual isso se deu foi típica das novas formas de ação e coordenação política no ciberespaço: o DDoS – (Distributed Denial of Service), ou “Ataque Distribuído de Negação de Serviço”¹⁵³.

O DDoS é uma variante do DoS (Denial of Service), ou “Ataque de Negação de Serviço”, que são estratégias e ações virtuais que visam sobrecarregar diferentes sistemas e “tornar [seus] recursos indisponíveis para seus utilizadores.”¹⁵⁴ Os alvos mais comuns são redes de computadores ou servidores que oferecem alguma forma de serviços. É importante ressaltar que esse tipo de ataque não é uma invasão de sistemas, ou a danificação de suas estruturas, mas apenas sua obstrução temporária, mediante um excessivo número de pedidos de serviços que fazem parte de seus protocolos usuais. Nesse sentido, o DoS pode ser visto como uma forma legítima de protesto e resistência civil, na internet.¹⁵⁵

Quanto à variante DDoS, trata-se de uma forma bem mais agressiva e transgressora de reação: é o ataque *distribuído* de negação de serviços. Ela ocorre quando um computador hacker – chamado de “Mestre” – arregimenta uma legião de computadores de usuários comuns – ou

¹⁵¹ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/PROTECT_IP_Act>. Acesso em: 03 mar. 2012.

¹⁵² Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Stop_Online_Piracy_Act>. Acesso em: 03 mar. 2012.

¹⁵³ Wikipedia. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_de_nega%C3%A7%C3%A3o_de_servi%C3%A7o>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Ddos#Distributed_attack>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁵⁵ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Electronic_civil_disobedience>. Acesso em: 04 out. 2011.

“zumbis” – que, sob a forma de um exército de máquinas escravizadas ataca de maneira involuntária e inconsciente o alvo final.¹⁵⁶

Segundo a Wikipédia, os ataques são usualmente realizados de duas formas:

Forçando o sistema vítima a reinicializar ou consumir todos os seus recursos (como memória ou processamento) de forma que ele não pode mais fornecer seu serviço. Obstruindo a mídia de comunicação entre os utilizadores e o sistema vítima de forma a não comunicarem-se adequadamente.¹⁵⁷

Em dezembro de 2010, os hackers apoiadores do Wikileaks moveram um enorme ataque DDoS contra os sites de pagamento que boicotaram a organização. Como foi relatado, em termos dramáticos, pelo site de notícias *Boingboing*, em 8 de dezembro de 2010:

Resultados do terceiro assalto do dia aos sites de pagamento, como parte da “Operação Revide”, movida pela organização *Anonymous*: o PayPal.com está efetivamente off-line, momentos após o comando de ataque ter sido twittado. Na hora deste post, a página de serviço do PayPal ainda podia ser acessada, mas o site como um todo está morto. Mais cedo, hoje, Visa.com e Mastercard.com foram deixados off-line pelo ataque DDOS do *Anonymous*, declarados como inimigos do Wikileaks e da livre expressão on-line...incluindo-se aí até o Twitter, por uns momentos.¹⁵⁸

Ou seja, a ferocidade da campanha foi tamanha que até o Twitter, usado como ferramenta de coordenação dos ataques, foi posto momentaneamente fora do ar.

¹⁵⁶ Wikipedia. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_de_nega%C3%A7%C3%A3o_de_servi%C3%A7o>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://boingboing.net/2010/12/08/in-pro-wikileaks-act.html>>. Acesso em: 04 out. 2011.



Figura 10 - Ordens de ataque virtual, postadas no Twitter, comandadas por organizações hackers contra sites que boicotaram o Wikileaks. .¹⁵⁹

Mesmo tendo os sites afetados reestabelecido seus serviços nos dias seguintes, voltando à operação normal, não se pode desconsiderar a importância dos movimentos de ataque dos ciberativistas. Por sua amplitude – mobilizando milhares de pessoas, interferindo em centenas de milhares ou milhões de processos informacionais – e por suas características – que denotam o estabelecimento evidente de novas formas de mobilização e resistência política na internet – esses eventos devem prefigurar como um claro indício das contradições e novas tramas sócio-políticas que se estabelecem em resposta e em torno da ação de organizações tais como o Wikileaks.

Fica evidente, portanto, que à medida que o Wikileaks ia se estabelecendo numa posição central do agendamento noticioso, recebendo uma importante parte da atenção pública, ele ia também provocando reações, tanto políticas quanto de outras espécies, tanto por parte de instituições quanto de movimentos civis articulados. O que se evidencia é a configuração de novos âmbitos de ação política, não apenas na relação de instituições de poder estatal com organizações de ativismo virtual dissidente, tais como o Wikileaks – cujas ações de denúncia os poderes instituídos precisam levar em conta e contra as quais elas precisam reagir – mas aparecem também novos delineamentos de organização civil de resistência, onde multidões de usuários críticos se articulam e

¹⁵⁹ Ibidem (Como é usual no twitter, as postagens deve ser lidas debaixo para cima: a primeira postagem estabelece o momento do ataque, a segunda dá a localização do alvo, e a terceira o desfere).

organizam em movimentos de ação política concreta, mesmo sendo esta praticada nos espaços virtuais da internet. Como afirma Sérgio Amadeu da Silveira,

a mobilização política e cibernética contra o Wikileaks gerou uma grande articulação em sentido contrário....num cenário de enfrentamento de redes de fidelidade distintas... [onde] redes de ciberativistas enfrentam redes políticas que articulam Estados e grandes corporações.¹⁶⁰

3.2.8 A questão jurídica e sua problemática na Suécia

Ora, surge daí uma constatação a se problematizada: percebe-se que um dos eixos pelos quais se articulam essas disputas em torno do Wikileaks é a questão da sua legalidade ou ilegalidade, sendo oportuno analisar alguns aspectos em torno da problemática jurídica da organização. Para tal, escolheu-se observar os eventos ocorridos na Suécia, país que a organização escolheu para abrigar seus servidores.

Logo que foi noticiado estabelecimento do Wikileaks na Suécia, eclodiram vários debates nos meios de comunicação, jurídicos e acadêmicos do país. A Suécia possui uma das legislações mais estritas quanto à proteção da liberdade de expressão. A lei chamada *Tryckfrihetsförordning (1949:105)*¹⁶¹, ou “Regulamentação de Liberdade de Imprensa”, estabelece que apenas onde há claras afrontas contra os direitos humanos ou graves riscos à segurança nacional, um ato de publicação pode ser impedido ou obrigado a revelar suas fontes.¹⁶² Essa regulamentação está formulada em termos constitucionais e significa que “indivíduos ou instituições não podem investigar fontes jornalísticas, além de ser crime revelar a identidade de uma fonte, se esta prefere ficar no anonimato.”¹⁶³

3.2.9 O Partido Pirata

Além disso, em agosto de 2010, o “Partido Pirata Sueco” (*Svenska Piratpartiet*), que é um pequeno partido, cuja posição é “contra as leis de copyright, patentes, contra a violação do

¹⁶⁰ AMADEU DA SILVEIRA, S. O Fenômeno Wikileaks e as Redes de Poder, p. 159-160. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5122>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

¹⁶¹ Disponível em: <<https://lagen.nu/1949:105#K1P1S3>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁶² Disponível em: <<http://sv.wikipedia.org/wiki/Meddelarfrihet>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁶³ Disponível em: <<http://www.dn.se/nyheter/sverige/svenskt-skydd-galler-inte-wikileaks>>. Acesso em: 04 out. 2011.

direito de privacidade e a favor das práticas do compartilhamento”¹⁶⁴, se ofereceu a abrigar os servidores do Wikileaks na Suécia. Em comunicado de seu então presidente, Rick Falkvinge, foi dito que “o Partido Pirata se ofereceu a abrigar os servidores do Wikileaks, se os Estados Unidos continuarem sua pressão contra eles. A base de dados do Wikileaks está agora sob a proteção do Partido Pirata.”¹⁶⁵

Ou seja, além da proteção legal da lei de liberdade de expressão sueca, o Wikileaks agora se colocara sob a proteção de um partido político, legalmente registrado dentro do sistema democráticos daquele país. Sua violação seria duplamente dificultada. Mas eis que ocorreu o caso, bastante repercutido pela mídia, do suposto estupro que Julian Assange teria cometido contra duas mulheres, por ocasião de sua visita a Suécia.¹⁶⁶ Especula-se que o custo político de continuar apoiando o Wikileaks tenha feito o Partido Pirata recuar da sua proposta de abrigar os servidores da organização,¹⁶⁷ sendo que os servidores do Wikileaks, ou parte deles, acabaram sendo abrigados por um provedor da empresa PRQ em Solna, região metropolitana de Estocolmo.¹⁶⁸ Independentemente desses eventos, a questão do estabelecimento do Wikileaks em servidores na Suécia deve ser observada em relação às lei de liberdade de expressão sueca, suas implicações jurídicas e suas consequências para o caso.

3.2.10 Regulamentação e liberdade de expressão na Suécia

Quando o Wikileaks escolheu a Suécia (além da Bélgica) para abrigar seus servidores, foi em função das alegadas proteções à liberdade de expressão no país. Declarou-se em seu site:

O transporte de dados será encaminhado via a Suécia e a Bélgica, que possuem leis de proteção de última geração para a proteção de fontes jornalísticas. Na Suécia, a lei não apenas protege as fontes jornalísticas de investigações institucionais, ela também possibilita que fontes que forem inadvertidamente reveladas podem processar jornalistas inconfiáveis que quebraram seu voto de confiança.¹⁶⁹

¹⁶⁴ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Pirata>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁶⁵ Disponível em: <<http://falkvinge.net/2010/08/17/piratpartiet-skoter-wikileaks-ny-serverar/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.dn.se/nyheter/sverige/assange-overklagar-haktning-1.1212210>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://nejtillpirater.wordpress.com/2010/11/21/wikileaks-har-lamnat-sverige-pirate-bay-nasta/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://www.dn.se/nyheter/sverige/wikileaks-delvis-kvar-i-sverige>>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁶⁹ Cf. reportagem do Jornal Sydsvenskan de 7 de agosto de 2010 <http://migre.me/5QcjA> consultado em 05/10/2011

Mesmo assim, há importantes senões que precisam ser aclarados. A Suécia está, de fato, na linha de frente quanto à regulamentação das novas mídias. Um de seus aspectos é regulamentação quanto ao poder deletério da internet em relação à dignidade da pessoa humana e à preservação da intimidade. Nesse sentido, há vários serviços disponíveis para quem sofre danos morais ou insultos na internet.¹⁷⁰ Da mesma forma, têm sido tomadas várias medidas judiciais e de regulamentação que estendem a proteção da liberdade de expressão da imprensa convencional também às novas mídias. No entanto, fazem-se necessárias uma série de condições para que isso ocorra. Para se valer das cláusulas constitucionais de proteção da liberdade de expressão, um site na Suécia precisa obter uma concessão, ou certificação, da Agência Sueca de Rádio e TV (*Myndigheten för Radio och TV*)¹⁷¹, que exerce funções de inspeção, supervisão¹⁷² autorização e registro¹⁷³ de todas as mídias do país, inclusive as da internet.

Essa certificação para a proteção segundo as garantias constitucionais se chama *utgivningsbevis* (certificado de publicação) e implica que:¹⁷⁴

- Há regras especiais quanto à responsabilidade por “crime de liberdade de expressão”.
- É apenas o editor, ou *publisher*, que é responsável pelo que é publicado.
- As fontes têm o direito de permanecerem anônimas. As instituições não têm permissão de investigar seus nomes e os profissionais envolvidos na publicação não têm permissão de revelar suas identidades.
- As instituições são proibidas de inspecionar previamente ou dificultar a publicação. (proibição de censura)
- A “lei de informações pessoais”¹⁷⁵ [que garante a proteção de dados pessoais] não se aplica, se sua aplicação diverge da lei de liberdade de expressão.

A certificação pode ser concedida aos sites que:¹⁷⁶

¹⁷⁰ Ver, por exemplo, sites como: www.krankt.se consultado em 04/10/2011.

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.radioochtv.se/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁷² Disponível em: <<http://www.radioochtv.se/Tillsyn/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁷³ Disponível em: <<http://www.radioochtv.se/Tillstand-och-registrering/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁷⁴ Disponível em: <<http://www.radioochtv.se/Tillstand-och-registrering/Internet/Utgivningsbevis/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://sv.wikipedia.org/wiki/Personuppgiftslagen>>. Acesso em: 04 out. /2011.

- Apresentam um pedido formal de certificação.
- São claramente delimitados e têm sua apresentação como um produto unificado (*sammanhållen produkt*) através, por exemplo, de seu design e funcionalidades. (*enhetlig formgivning*)
- Não podem ser modificados a não ser por seus redatores.

Além disso, os sites necessitam ter:¹⁷⁷

- Ligação formal com a Suécia; por exemplo, tendo sua redação no país.
- Um *publisher* definido.
- Um nome e um domínio de internet que não pode ser confundido com outro, com o registro já feito.

A agência informa que “o conteúdo do que é publicado, seus propósitos, ou quem está atrás da publicação, não tem importância para a avaliação de concessão do certificado.”¹⁷⁸

Outras observações importantes são que:¹⁷⁹

- Sites que abriguem painéis de discussão, fóruns de debates, livros de visita e semelhantes funcionalidades interativas *sem a função de moderação* não podem requerer o certificado, pois são passíveis de contribuições de usuários sem responsabilidade editorial.
- Se todas as contribuições nas funcionalidades descritas acima tiverem moderação *prévia*, a certificação se torna possível.
- Caso se queira ter as funcionalidades descritas acima, sem moderação, é necessário que esta seja estruturada numa base de dados *em separado* e que seja indicado claramente que todos os comentários são de responsabilidade de quem os faz.

¹⁷⁶ Disponível em: <<http://www.radioochtv.se/Tillstand-och-registrering/Internet/Utgivningsbevis/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.

As obrigações de quem tem o certificado de publicação são as seguintes:¹⁸⁰

- O Site tem que ter todo seu conteúdo documentado, no mínimo, nos seis últimos meses.
- O editor, ou *publisher*, do site tem que sempre estar disponível. Ele ou ela tem a inteira responsabilidade e *accountability* penal pelo o que é publicado. Ele ou ela têm que estar inscrito junto à Agência de Rádio e TV.
- Os nomes do site e do *publisher*, junto com quem nomeou a este último deve estar publicado no site.
- A responsabilidade perante a lei não afetam a proteção constitucional, mas têm, na maior parte das vezes, penalidades previstas por lei.

Lendo esses tópicos, fica claro que o Wikileaks não preenchia os quesitos para ter uma certificação legal de publicidade na Suécia. O motivo talvez pareça secundário, porém é inviabilizador: para ter sua proteção constitucional garantida na Suécia, a publicação teria que estar localizada no país. Os servidores do Wikileaks estavam na Suécia, mas não suas ações e sede organizacional. Por mais avançada que fosse a legislação sueca, o Wikileaks não podia se beneficiar dela, pois ela só se aplicava a casos genuinamente *nacionais*. Como a redação do Wikileaks, obviamente, não se encontrava na Suécia, a organização não podia invocar as cláusulas de certificação especial de proteção. O Wikileaks opera de forma nativa no espaço virtual e não está, nesse sentido, preso às legislações – ou culturas arraigadas – nacionais. Isso, para as suas próprias vantagens e, como foi o caso das leis suecas, também para suas desvantagens.¹⁸¹

Além da questão do âmbito nacional das legislações jurídicas, há que se perguntar, também, se o Wikileaks possui as configurações de um órgão de notícia convencional, próprio para se enquadrado nos termos jurídicos de proteção à leis de imprensa. O Wikileaks não possui uma ‘redação’, no sentido estrito e editorial do termo, operando antes como uma plataforma virtual de publicação. As legislações, tais como a sueca, parecem dar peso à questão de “accountability”

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Conforme entrevista de David Leigh ao Globo News, de 17/05/2011. Disponível em: <<http://migre.me/5Q0oH>>. Acesso em: 04 out. 2011.

redacional, seguindo normas que talvez não se apliquem tanto a um site cuja principal função é a ocultação da origem de massas de dados sigilosos, geralmente digitalizadas. Como declarou Håkan Rustand, o então chefe de gabinete do equivalente ao Ministério Público da Suécia (*Justitiekanslern*)¹⁸²: para que sejam possíveis enquadramentos jurídicos, antes seria necessário “aclarar a questão de saber exatamente o que é o Wikileaks.”¹⁸³

Pode-se concluir, portanto que se o Wikileaks estiver na ilegalidade ou, ao menos, em situação jurídica irregular, mesmo num país que reconhecidamente tem uma legislação avançada em relação à liberdade de imprensa e as novas mídias, há uma zona nebulosa acerca de como deve ser interpretada suas mais diversas interações com o mundo social em seu entorno. Por exemplo, a parceria que ele estabeleceu com várias das principais publicações jornalísticas do mundo. Afinal, as publicações dos telegramas diplomáticos, por parte do Wikileaks, foram ilegais? Ou foram ao menos irregulares? Se se chegasse ao extremo de qualificar o Wikileaks como uma organização que mantém práticas ilegais – ou mesmo que se tratasse de uma “organização terrorista”¹⁸⁴, como afirma vários políticos estadunidenses – o que isso faria das publicações, tais como o New York Times, o The Guardian, o Der Spiegel e o El País, que realizaram ações em comum com o Wikileaks?

Evidentemente, o presente trabalho não pretende dar uma resposta a essas questões, visto que elas não estão resolvidas ainda, seja nos âmbitos jurídicos de cada país, seja a nível internacional. Isso se dará, presumivelmente, através da criação de jurisprudência específica e acordos internacionais a respeito. O que se pretende ter mostrado é que também nos âmbitos políticos e jurídicos se evidenciam nítidos movimentos sociais de disputa de sentidos para um fenômeno novo que, causando diversos impasses de interpretação, ainda provoca ativas e inéditas elaborações de resposta em diversos campos e atores sociais.

3.2.11 Últimos acontecimentos

Ao encaminhar as conclusões do caso abordado, há que se lembrar que o Wikileaks é ainda uma ‘história em andamento’. No entanto, mesmo com as contradições e peripécias de seus

¹⁸² Disponível em: <[http://sv.wikipedia.org/wiki/Justitiekanslern_\(Sverige\)](http://sv.wikipedia.org/wiki/Justitiekanslern_(Sverige))>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁸³ Cf. reportagem do Jornal Sydsvenskan, de 7 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://migre.me/5QcjA>>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁸⁴ Disponível em: <<http://www.foxnews.com/opinion/2010/11/30/yes-wikileaks-terrorist-organization-time-act/>>. Acesso em: 05 out. 2011.

últimos lances (de 2011 ao começo de 2012), corroboram-se as indicativas de que se está diante de mudanças relevantes, onde novos elementos dos espaços virtuais de interação flexionam mecanismos antes bastante definidos. O que antes era normalmente ocultado do olhar público ou, quando publicado, administrado pelas rotinas estabelecidas dos órgãos de imprensa tradicionais, está hoje diante de novas problemáticas. O futuro próximo dessas questões – bem como o futuro do Wikileaks – são ainda bastante incertos.

Há que se interpretar essa situação contraditória, retomando-se depois as considerações mais amplas, sobre as possíveis influências de um fenômeno tal como Wikileaks para as práticas contemporâneas de mídia e suas consequências para o espaço público midiático. Um ponto, no entanto, que não pode deixar de ser mencionado é a questão de que muitos dos problemas do Wikileaks são atribuídos à personalidade intempestiva e controversa de Julian Assange, seu fundador.¹⁸⁵ Sobretudo, seu estilo personalista e a mescla que haveria entre sua vida pessoal e os destinos da organização por ele fundada. Isso causou, entre outras coisas, várias defecções do Wikileaks e o surgimento de organizações semelhantes ou parecidas. Para muitos, Assange é visto mais como um empecilho do que um recurso para o Wikileaks enquanto projeto.¹⁸⁶

De qualquer maneira, o ano de 2011 assistiu uma série de acontecimentos que lançaram dúvidas sobre a continuação do próprio Wikileaks enquanto organização relevante no cenário político e midiático internacional. Para a jornalista Natália Viana, colaboradora e representante no Brasil do Wikileaks¹⁸⁷, esses eventos podem ser descritos como “uma cadeia de erros de diversos atores; uma espécie de falha colaborativa”.¹⁸⁸

Resumidamente, eis o que ocorreu: o arquivo de dados brutos, com a totalidade de telegramas vazados em novembro de 2010, tinham sido primeiramente disponibilizados às publicações parcerias do Wikileaks. Os arquivos eram criptografados, de difícil localização na web e só abriam mediante uma senha, dada aos representantes das publicações pelo Wikileaks. Em

¹⁸⁵ Conforme entrevista de David Leigh ao Globo News, de 17/05/2011. Disponível em: <<http://migre.me/5Q0oH>>. Acesso em: 04 out. 2011.

¹⁸⁶ Disponível em: <<http://www.dn.se/dnbok/bokrecensioner/julian-assange-memoarer-ar-prostitution-en-omtivistad-sjalvbiografi>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

¹⁸⁷ Disponível em: <<http://cartacapitalwikileaks.wordpress.com/>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

¹⁸⁸ Disponível em: <<http://apublica.org/2011/09/wikileaks-a-contagem-final-do-cablegate/>>. Acesso em: 14 set. 2011.

agosto de 2011, porém, o jornal alemão Freitag atestou que as informações sobre a localização do arquivo já estava circulando na internet, junto à sua senha.¹⁸⁹

O resultado final foi que o próprio Wikileaks resolveu, no começo de setembro de 2011, publicar a íntegra de todos os dados dos vazamentos dos telegramas diplomáticos: “15.652 documentos secretos, 101.748 confidenciais e 133.887 não classificados – provenientes de 247 embaixadas americanas em todo o mundo.”

Essa ação foi severamente criticada pelos órgãos de imprensa com os quais ele tinha colaborado anteriormente. Num comunicado conjunto, quatro das publicações – *The Guardian*, *The New York Times*, *Der Spiegel* e o *El País* – declararam:

Nós lamentamos a decisão do WikiLeaks de publicar telegramas do Departamento de Estado sem edição, o que pode colocar os informantes em perigo. (...) Em nosso acordo inicial com o WikiLeaks estava claro que publicaríamos apenas telegramas checados e editados. Não podemos defender a publicação inútil de todos os dados – na verdade, unimo-nos para condenar isso.¹⁹⁰

A exposição dessas informações pode ter sido um resultado de diversos fatores: às desavenças entre Assange e as publicações contatadas, em especial aos jornalistas David Leigh e Luke Harding, do jornal britânico *The Guardian* – que publicaram um livro fortemente crítico ao estilo pessoal de Assange, onde constava a senha para os arquivos. Ou foi graças às informações do ex-colaborador de Assange e agora um de seus mais agudos críticos, Daniel Domscheit-Berg, que “teria ajudado o Freitag a encontrar o arquivo para provar que o site do Wikileaks não era tão confiável e seguro quanto Assange dizia.”¹⁹¹

Por fim, há os grupos ativistas de hackers, entre os quais muitos são pela radical abertura de todos os dados disponíveis na internet e que criticavam o “conservadorismo” do Wikileaks e seus parceiros por querer filtrar as informações. Como afirma a comunidade hacker Anapnea, em postagem pelo twitter de 31 de agosto de 2011: “Em breve vamos disponibilizar todos

¹⁸⁹ Disponível em: <<http://www.nextlevelofnews.com/2011/08/der-freitag-wikileaks-leaks-a-severe-security-flaw.html>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

¹⁹⁰ Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,15362016,00.html>>. Acesso em: 02 out. 2011.

¹⁹¹ Disponível em: <<http://apublica.org/2011/09/wikileaks-a-contagem-final-do-cablegate/>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

os telegramas, na íntegra – não podemos defender a liberdade de informação apenas quando achamos conveniente”¹⁹²

Para a revista alemã, *Der Spiegel* o caso “não é nada menos que uma catástrofe”, pois cria um precedente perigoso para organizações como o Wikileaks: o anonimato das fontes não se mostrou tão inexpugnável como fora prometido e suas vidas podem estar em risco. A partir de agora, ninguém “se sentirá confortável para expor informações nessas plataformas (...) elas parecem estar fora de controle”.¹⁹³ Segundo, novamente, a correspondente brasileira do Wikileaks, Natalia Viana, antes de proceder com a controversa publicação, o Wikileaks fez um plebiscito, pelo Twitter, se se deveria ou não publicar o conteúdo completo dos vazamentos, incluindo-se as identidades das fontes. Pelo que relata o Wikileaks, ganhou a proposta a favor da publicação numa proporção “de 100 para 1”. Viana se pergunta, então, se isso seria indício de

uma postura mais radical pode ser adotada daqui pra frente pela organização – uma espécie de retorno à sua origem. Ou apenas o reconhecimento de que o desfecho melancólico de uma das mais inovadoras iniciativas de aliar tecnologia ao jornalismo se deve, simplesmente, a falhas e paixões humanas.¹⁹⁴

De qualquer maneira, e para além do destino particular do Wikileaks, há que se observar o surgimento paralelo, ou decorrente, de várias outras organizações com objetivos similares.¹⁹⁵ O Wikileaks deve ser visto, portanto, como um componente de uma tendência mais ampla e, portanto, como um indicador de mudança do panorama comunicacional contemporâneo. Os indícios disso não faltam.

Em vários países, surgem organizações que, apesar de terem o nome Wikileaks, não possuem vínculo organizacional com o Wikileaks original. No Brasil, por exemplo, há o Wikileaks Brasil, que afirma, em seu site não ter “vínculo formal de nenhuma natureza com a WikiLeaks.org e não somos seus representantes no Brasil.”¹⁹⁶ No plano internacional, no entanto, a mais conhecida organização com propósitos inspirados no Wikileaks, criada pelo parceiro fundador do Wikileaks e

¹⁹² Disponível em: <<http://twitter.com/#!/anapnea/status/109041131769171969>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

¹⁹³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/discuido-com-senha-facilitou-vazamento-de-dados-do-wikileaks.html>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

¹⁹⁴ Disponível em: <<http://apublica.org/2011/09/wikileaks-a-contagem-final-do-cablegate/>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

¹⁹⁵ Ver, por exemplo: www.cryptome.org, <http://www.fas.org/blog/secretcy/>. Acesso em: 05 mar. 2012.

¹⁹⁶ Disponível em: <http://wikileaksbrasil.org/?page_id=6>. Acesso em: 05 out. 2011.

posterior desavença de Assange, Daniel Domscheit-Berg, é o Openleaks.¹⁹⁷ Ao contrário do Wikileaks, o Openleaks não se propõe a publicar, por conta própria, qualquer tipo de material. Assim, a organização se esquivaria das fortes pressões jurídicas e políticas que advieram sobre o Wikileaks. A sua função seria apenas a de ser uma plataforma que, além de receber informações e manter suas fontes no anonimato, as encaminhariam para órgãos de publicação estabelecidos.¹⁹⁸ Ou seja, ainda mais do que no caso do Wikileaks, pode-se constatar a importância do campo jornalístico, ou formas de publicação convencionais, para os objetivos e funcionalidades de ferramentas que tiveram no Wikileaks seu primeiro e importante ensaio.

3.2.12 Conclusões: o Wikileaks como dispositivo de acesso

Retomando, agora, a questão da acessibilidade da esfera pública, face os fenômenos abordados no presente caso, pode-se concluir que está inteiramente equivocada a aposta de que a internet, quanto as dinâmicas de acesso da agenda midiática, seria um espaço de interações livre e desimpedido – “sem intermediações” – e que ela assim reencarnasse a ideia de uma esfera pública ‘pura’. Nesse sentido, são descabidas afirmações, como as que já foram citadas na introdução do presente trabalho, do jornalista e editor espanhol Juan Luís Cebrián, fundador do jornal “El País”:

A internet representa o fim da intermediação. Desaparece o conceito de hierarquia, por exemplo, pois não há uma pessoa que manda e outras que obedecem, não está lá o Estado ou o padre para dizer o que é importante ou não. Há uma organização da sociedade em rede muito participativa, sem lideranças claras. No caso dos jornalistas, isso nos afeta. Os jornalistas são intermediários entre a realidade e os cidadãos. A partir da internet, as próprias pessoas contam o que está acontecendo com elas, sem intermediários.¹⁹⁹

Está claro que a internet oferece inéditos recursos para que o conjunto de seus usuários, cada qual organizado em diversos agrupamentos ou individualmente, possam criar e estabelecer, eles mesmos, as mais diferentes formas de publicidade. Através das novas tecnologias, eles são capazes de, ao mesmo tempo, tanto publicar por conta própria, quanto acessar a publicação de outros, e exercer assim funções comunicativas que estavam até recentemente a cargo de relações profissionalizadas. Mas é um exagero e descabimento afirmar-se que as novas tecnologias de informação e comunicação vão *abolir* a intermediação nos processos comunicacionais, no sentido

¹⁹⁷ Disponível em: <www.openleaks.org>. Acesso em: 05 mar. 2012.

¹⁹⁸ Disponível em: <<http://www.dn.se/nyheter/varlden/ett-forsok-att-gifta-ihop-gamla-och-nya-medier>>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁹⁹ Entrevista disponível em: <<http://migre.me/5N0Lt>>. Acesso em: 26 set. 2011.

delas eliminarem configurações baseadas em hierarquia, economia ou outras estruturas de poder e mediação.

O que mostra a análise do caso Wikileaks, ao invés disso, é que essas estruturas tradicionais não apenas continuam existindo – o que é óbvio – como reagem fortemente sobre as novas tendências e formas de ação. Mostra ainda que as novas formas estão longe de operarem livre e autonomamente em relação às estruturas estabelecidas. Se é verdade que em muitos momentos a relação é de inimizade aberta entre formas estabelecidas e novas manifestações, há também momentos de busca estratégica de alianças, acordos e apoio, sempre que isso for possível e vantajoso às partes envolvidas.

Portanto, a colocação de Sérgio Amadeu da Silveira, anteriormente citada, de que o Wikileaks é um exemplo de que as “redes de ciberativistas enfrentam redes políticas que articulam Estados e grandes corporações”, tem pertinência ao se observar a lógica de enfrentamento entre as redes de poder institucional e os movimentos de ciberativismo hacker. Mas ao menos na área das práticas midiáticas de publicação e em campos como o jornalismo, percebe-se também alianças e acordos circunstanciais, que alteram as práticas tanto do Wikileaks quanto dos grupos jornalísticos. Mais do que puro enfrentamento, portanto, há também acordos, mesmo que esses sejam mais ou menos voluntários. E como foi mostrado no caso da busca de proteção legal na Suécia, o Wikileaks não opera inteiramente no que seria o pretenso vácuo institucional e jurídico do ciberespaço, procurando antes abrigo jurídico e ancoragem local onde estes possam ser encontrados.

Em suma: seja no caso da função de preparação, edição e veiculação de informações e opiniões acerca do mundo social, como no caso do jornalismo; seja na articulação de estratégias de ação política por parte de instituições ou movimento, ou ainda nas novas configurações de legalidade e ordenamento jurídico desse novo panorama, está-se diante, não do exercício ‘direto e livre’ de funções antes especializadas e profissionalizadas, nem de espaços ‘livres’ de intermediação institucional, mas de um complexo jogo de interferências, choques, hibridismos e contradições entre diferentes atores e vetores.

Como aponta David Leigh, jornalista do *The Guardian*, que foi um dos primeiros a iniciar a parceria com o Wikileaks, mas que depois adotou uma postura crítica em relação à organização e a Julian Assange:

É exagero dizer que o Wikileaks é uma revolução e que a mídia tradicional está obsoleta. Mas quando se tem a compilação desses enormes bancos de dados digitalizados, inevitavelmente, eles serão vazados. Nesse sentido, o mundo mudou. ... A verdadeira força do Wikileaks é que ele é incensurável, organizações assim não podem ser impedidas. A circulação do material enviado ao Wikileaks não pode ser impedida. Como estão envolvidas em várias jurisdições, os governos nacionais ainda não sabem como impedir que o conteúdo seja divulgado.²⁰⁰

Leigh é da opinião que não houve grandes mudanças na realidade social com os vazamentos do Wikileaks, fazendo uma analogia com o grande vazamento de documentos do Pentágono, em 1971, sobre a Guerra do Vietnã.²⁰¹ Segundo Leigh, o vazamento de 1971 não alterou significativamente a guerra, mudou apenas, posteriormente, a percepção histórica do que ela foi.

Aceitando-se esse argumento e concordando que não se podendo apontar mudanças drásticas na realidade social, hoje, como resultado imediato dos vazamentos do Wikileaks, não se pode negar que há uma mudança em curso *de como* essa realidade – enquanto construção social mediada – se estabelece e é posta em circulação. O aparecimento de novos elementos nas dinâmicas de acesso à publicidade, bem como os debates que se cria, tanto em relação aos temas mesmos quanto às formas que eles aparecem são indicativas que o acesso à esfera pública midiática está passando por transformações.

Como afirma Slavoj Zizek sobre o Wikileaks: “você não estão apenas violando as regras, você estão transformando as próprias regras sobre que regras nós temos a permissão de violar”.²⁰² As modalidades de acesso à publicidade, portanto, está diante do desafio de novas dinâmicas, em relação aos quais os seus atores e rotinas já estabelecidos não podem deixar de reagir, responder e se rearranjar.

3.2.13 Iconografia do caso

Como um resumo esquemático do caso abordado, são apresentadas as seguintes iconografias:

²⁰⁰ Conforme entrevista de David Leigh ao Globo News, de 17/05/2011. Disponível em: <<http://migre.me/5Q0oH>>. Acesso em: 04 out. 2011.

²⁰¹ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Pentagon_Papers>. Acesso em: 05 out. 2011.

²⁰² Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/blog/2011/07/08/harry-stopes/breaking-the-rules/>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

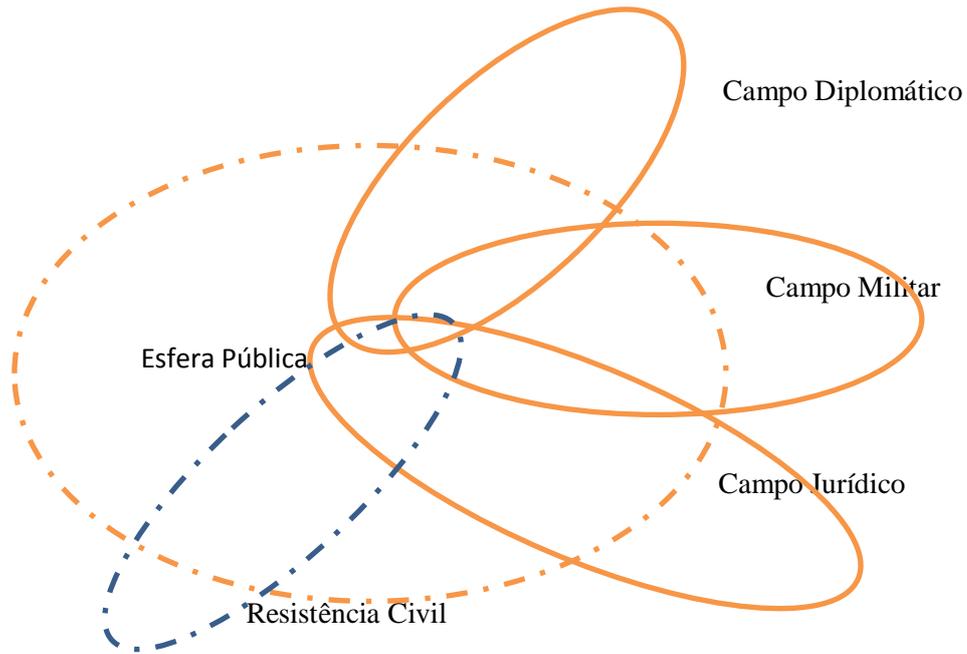


Figura 11: Campos sociais pertencentes, em parte, à esfera pública, e formas de mobilização (resistência civil).

Em primeiro lugar, há a localização, dentro da esfera pública, de diversos campos e pelas práticas políticas, dentre as quais se encontram a resistência civil. Dentro dela, também, há a posição central das mídias e/ou jornalismo. Estes perpassam a esfera pública, mesmo tendo importantes elementos fora dela.

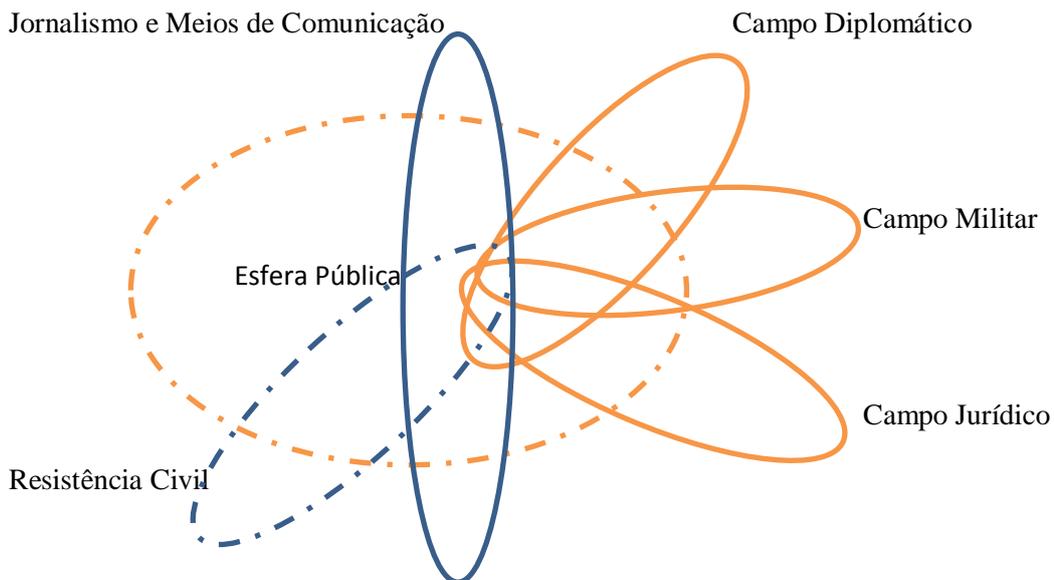


Figura 12 - Lugar ocupado pelo Jornalismo e/ou meios de comunicação.

Dentro desse conjunto, surgem fenômenos como o do Wikileaks, que não são iguais ao jornalismo, mas que interferem em suas dinâmicas, bem como as dos demais campos constituídos, além de interferirem nas relações entre esses campos e o jornalismo.

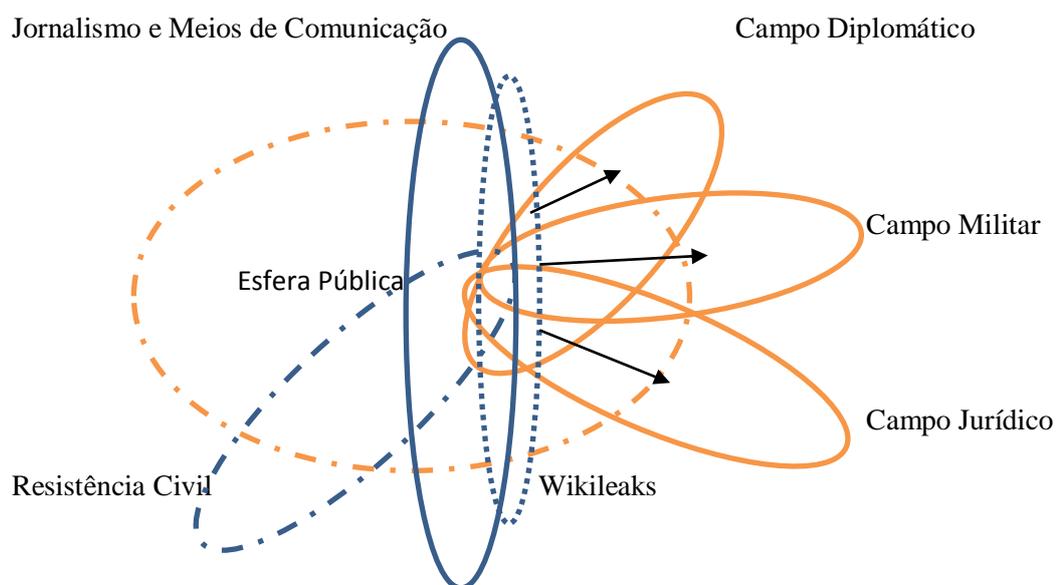


Figura 13: Lugar ocupado pelo Wikileaks.

4 DISCURSIVIDADE

4.1 DUAS ACEPTÕES DE DISCURSO

Falar de ‘discursividade’ em relação à esfera pública remete, primeiramente, ao próprio conceito de discurso e de que acepção está se dando e ele. E percebe-se que é possível se fazer um recorte entre duas vertentes, ou enfoques, distintos. A primeira delas será chamada aqui, por motivos de exposição, de ‘estrutural’, e remete à tradição estruturalista e pós-estruturalista francesa. Discurso, nessa acepção, seriam as matrizes conceituais de cada época histórica, inexoráveis para quem dela participa e da qual dificilmente, ou impossivelmente, o indivíduo ou os grupos podem se extrair. Na formulação de Paul Veyne, “Os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados”.²⁰³ Ou, nas palavras de Foucault, o discurso “é o que poderíamos chamar de *a priori* histórico”²⁰⁴

Nesse sentido, discurso e realidade histórica – no que esta última é condição necessária para qualquer referenciamento de posição, compreensão, ação e crítica – são praticamente coincidentes. Discurso, aqui, é uma categoria de tal maneira decisiva para a conformação do tecido social que ela na maior parte das vezes fica invisível para seus usuários.

Não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo.²⁰⁵

Observa-se, evidentemente, que em Foucault há também ‘discursos’, no plural, e que sua formulação supõe movimentos históricos. Os discursos tanto excluem quanto incluem, organizando a sociedade segundo suas normas e movimentos. Há os discursos da ciências, da medicina, da regulamentação da sexualidade, etc. No comentário de Paul Veyne:

É claro que esse *a priori*, longe de ser uma instância imóvel que tiranizaria o pensamento humano, é passível de mudança, e nós mesmos terminamos por mudá-lo. **Mas ele é inconsciente:** os contemporâneos sempre ignoram onde estavam seus

²⁰³ VEYNE, P. Foucault, seu Pensamento, sua Pessoa, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 50.

²⁰⁴ FOUCAULT, M. *apud* VEYNE, *idem.*, p. 49.

²⁰⁵ FOUCAULT, M. Arqueologia do Saber, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 114.

próprios limites e nós mesmos não podemos avistar os nossos.²⁰⁶ (grifos adicionados)

Cada discurso, uma vez instaurado, como que apaga possibilidades discursivas alternativas. Por exemplo, o discurso da medicina moderno é incompatível com o que seria seus precursores pré-modernos. Falar em saúde, medicina, doença, tratamento, tem que remeter a *um* discurso, o discurso moderno de medicina, para o qual discursos pré-modernos simplesmente não são medicina: são superstição, charlatanismo, credices, práticas primitivas, etc. Ora, esse conceito de discurso, por relevante que seja, *não* é o que se irá usar no presente trabalho. Portanto, quando se falar em ‘discursividade’, como parte da esfera pública, não se estará, tampouco, remetendo a ele.

Pois há outro viés para o conceito de discurso, que será chamado aqui de ‘pragmático’. De filiação anglo-saxônica, ele concebe o discurso, ou discursos, como fenômenos mais palpáveis e de contornos reconhecíveis, dentro das configurações sociais determinadas. Em vez de ser a expressão ‘do Poder’, discurso, aqui, delinea as diferentes fronteiras e formas de agrupamento dos atores sociais, organizados em correntes e posições argumentativas, segundo diferentes parâmetros de *normatividade* racional.

Há diferenças marcantes entre essa acepção e a primeira: antes de tudo, discurso, aqui, não pode ser visto como um ‘inconsciente discursivo’, pois se estruturando de forma normativa e racional, ele supõe movimentos reflexivos e de inteligibilidade em sua relação. Esse discurso pragmaticamente entendido se presta melhor para analisar as funções dialógicas no palco social, enquanto a visão ‘estrutural’ de discurso se adequa mais para críticas das ações discursivas enquanto pertencentes a estruturas de poder. Usando-se de uma imagem: se a concepção estrutural de discurso poderia ter sua referência a partir do ‘*langue*’ saussuriano – a linguagem como estrutura – a visão ‘pragmática’ enfoca a parte ‘*parole*’ do discurso.²⁰⁷ Ou seja, entendendo-se ‘*parole*’ como a descrição das falas particulares e contingencialmente produzidas.

É essa segunda acepção que será adotada no presente trabalho para se trabalhar com as noções de discurso e discursividade. Através dela, pode-se avistar um panorama mais dinâmico quanto ao lugar do discurso na ação social. Não coincidentemente, tal acepção de discurso se adequa bem para focar as práticas comunicativas, no sentido da identificação de alteridades nos processos de interação. Nas palavras de Thompson:

²⁰⁶ VEYNE, P. *op. cit.* p. 50.

²⁰⁷ Cf. SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**, São Paulo: Cultrix, 2006.

Se Foucault tivesse considerado o papel dos meios de comunicação mais cuidadosamente, ele poderia ter visto que eles estabeleceram uma relação entre poder e visibilidade que é bem diferente da que está implícita no modelo do Panóptico. (...) Enquanto este modelo torna muitas pessoas visíveis a poucos e reforça o exercício do poder sobre elas, submetendo-as a um estado de permanente visibilidade, o desenvolvimento da comunicação mediada forneceu os meios pelos quais muitas pessoas podem reunir informações sobre poucos e, ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer diante de muitos; graças à mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido.

Na mesma linha de pensamento, Bernd Stahl diz que as formulações de Foucault “permitem boas perspectivas para a análise e crítica de estruturas sociais presentes...mas elas não se adequam quando se quer endereçar às essas estruturas sociais de *forma normativa*”. (grifos adicionados)

A noção pragmática de discurso se adequa bem para analisar os processos e jogos sociais de discussão argumentativa, a medida que estes geram movimentos passíveis de observações, classificações e abstrações normativas. Esses processos de interação geram as identidades de seus atores particulares, cujas posições vão se aclarando um em relação aos outros, criando uma ‘processualidade discursiva’, importante para a constituição da sociabilidade em geral. É o que está implícito quando Dewey diz que a “a ontologia do social é baseada no “devir” (*becoming*).²⁰⁸ Ou seja, é dentro de uma lógica de ‘tornar-se’ que surgem os fundamentos não só da individuação e a comunicação intrapessoal, mas também da normatividade e racionalidade sociais. É assim, segundo Michael J. Faris, que Dewey aborda a noção de democracia. Ela seria um ideal, um devir constante, resultado de *ações*. Nas palavras do próprio Dewey, é por isso que é característica da democracia sofrer “divergências e interferências e, nesse sentido, a democracia não é uma coisa (*fact*) e nunca será ‘de fato’ (*never will be*). Ela deve ser compreendida pelo viés do “tratamento empírico e histórico, das mudanças nas formas e arranjos políticos.”²⁰⁹

Habermas se filia a essa tradição. Uma das formas pelas quais a perspectiva da ética, tão presente em toda sua obra, pode ser adentrada é na relação contraditória entre norma e processo: idealidade e realidade.

²⁰⁸ *Apud* FARIS, J. **Comentários sobre Dewey: The Public and its Problems**. Disponível em: <<http://michaeljfaris.com/blog/2010/12/dewey-19271954-the-public-and-its-problems/>>. Acesso em: 08 out. 2011.

²⁰⁹ *Idem*.

Dado ao caráter formal da teoria de Discurso em Habermas, a aplicação de sua teoria necessita se concentrar nos processos de pretensão e obtenção de validade mais do que no conteúdo de proposições particulares. Uma típica questão [para esse tipo de formulação] seria como os discursos podem ser instituídos para que cheguem a consensos, em relação a proposições de validade contestadas, o que normalmente presume angulações éticas.²¹⁰

Para Habermas, discurso é uma parte integrada da relação entre atores, cujas finalidades podem ser comunicativas, pragmáticas ou estratégico-instrumentais. E é dentro desse universo que surgem fatores ‘sistêmicos’, de poder econômico e político, cujas ações de ‘colonização’ subvertem as lógicas discursivas e comunicativas. Mas a própria colonização dos espaços sociais é também um processo: fatores sistêmicos surgem dentro dos processos comunicacionais, para daí subverterem espaços interacionais, originalmente configurados para comportar ações verdadeiramente comunicativas. É por essa noção pragmática de discurso, entende-se porque Habermas pode definir discurso, por exemplo, segundo suas “condições de validade” (*Geltungsansprüche*), nas quais são incluídas a inteligibilidade (*Verständlichkeit*), verdade (*Wahrheit*), correção (*Richtigkeit*) e veracidade (*Wahrhaftigkeit*),²¹¹ fazendo dele é um herdeiro e defensor do legado iluminista.

Essas categorias, em Foucault, seriam totalmente inconcebíveis para o discurso, pois este já define, de antemão, quais seriam os possíveis horizontes de um consenso, numa época histórica qualquer. Pode-se dizer que, em Foucault, discurso *é aquilo que não se discute*. A perspectiva de se *chegar* a um consenso, através de ações discursivas, não implicaria em movimento real nenhum, pois já estariam previstas pelas molduras da época. Da mesma forma, as dualidades habermasianas entre razão comunicativa e razão instrumental, ou a expressão da dualidade entre sistema e mundo-da-vida, não fariam sentido para a noção foucaultiana de discurso. Para Foucault, o discurso são as totalidades referenciais de uma época, podendo suas engrenagens e estratégias apenas ser expostas por movimentos investigativos de ‘arqueologia’ e crítica. Nesse sentido, Foucault é um herdeiro da desconstrução nietzschiana.²¹² O filósofo é aquele que desvenda

²¹⁰ STAHL, B.C. Whose Discourse? A Comparison of the Foucauldian and Habermasian Concepts of Discourse in Critical IS Research in Proceedings of the Tenth Americas Conference on Information Systems, New York, August, 2004, p. 4332, “Given the formal character of Habermas’s theory of discourse, the application of this theory needs to concentrate on the processes of achieving validity of claims rather than on the content of particular claims. A typical question would be how discourses can be instituted that achieve consensus regarding contested validity claims which usually contain an ethical angle.”

²¹¹ Cf. CUKIER, BAUER; MIDDLETON: Applying Habermas’ Validity Claims as a Standar for Critical Discourse Analysis, in IFIP International Federation for Information Processing, 2004, v. 143/2004, p. 233-258

²¹² Cf. VEYNE, P. *op. cit.* p. 104 *et passim*.

as estruturas de poder inconscientes; ele é, antes de tudo, um *crítico*, apontando para aquilo que *não se discute*.

Já do lado pragmático, pode se conceber diferentes formas de agir discursivo como um dos fundantes da própria ação democrática, mediante uma visão *agônica* – ou dialógica – de discurso. Segundo Douglas Kellner, essa perspectiva pragmática é desenvolvida por Habermas numa fase mais madura do que na “Transformação Estrutural da Esfera Pública.” À medida que explorava o universo da razão comunicativa e as diferenças entre sistema e mundo-da-vida, na “Teoria da Ação Comunicativa”, Habermas teria “ênfático os processos de formação da vontade política através dos processos da democracia deliberativa, concebidos como *processos*.” (ênfase adicionada). Segundo Kellner, Habermas faz uma separação entre discussão política, decisão e ação. Enquanto as teorias da “democracia direta” colocavam todo o peso nas *ações* individuais, Habermas concebia a “soberania do povo como um fluxo de comunicação”²¹³ (*Habermas shifts the sovereignty of the people...into a flow of communication*).

Nas palavras do próprio Habermas:

(...) é o poder do discurso público que revela tópicos de relevância à toda a sociedade, interpreta valores, contribui para a resolução de problemas, cria boas razões e rechaça as más. É claro, essas opiniões precisam se plasmar no formato de decisões democraticamente constituídas por organismos tomadores de decisão. A prerrogativa das decisões geradoras de consequências práticas deve ser de uma instituição. Os discursos não governam. Eles geram um poder comunicativo que não pode tomar o lugar da Administração, podendo apenas influenciá-la. Essa influência é limitada à delegação ou retirada de legitimidade.²¹⁴

No entanto, após tê-los abordado na “Transformação Estrutural da Esfera Pública”, sabe-se que Habermas deu pouca atenção aos processos comunicacionais efetivos e singulares, tais como estudados pelas ciências da comunicação. E mesmo naquela obra, tratou-se mais de uma interpretação dos processos históricos de formação das mídias modernas do que uma análise dos processos e problemáticas efetivas da comunicação na contemporaneidade. Após isso, Habermas

²¹³ KELLNER, D: Habermas, the Public Sphere, and Democracy: A Critical Intervention, p. 17. Disponível em: <<http://migre.me/5SLet>>. Acesso em: 10 out. 2011.

²¹⁴ HABERMAS, J.: Further Reflections on the Public Sphere, in CALHOUN, C. (org): Habermas and the Public Sphere, Cambridge, 1992, MIT Press, p. 452. “...[it is] the power of public discourses that uncovers topics of relevance to all of society, interpret values, contribute to the resolution of problems, generate good reasons, and debunk bad ones. Of course, these opinions must be given shape in the form of decisions by democratically constituted decision-making bodies. The responsibility for practically consequential decisions must be based in an institution. Discourses do not govern. They generate a communicative power that cannot take the place of administration but can only influence it. This influence is limited to the procurement and withdrawal of legitimation.”

parte para o aprofundamento filosófico e as bases da teoria jurídica, preocupado nos processos fundantes das possibilidades comunicativas da razão enquanto tal. Preocupado com esses fundamentos enquanto constituidores de esferas de comunicabilidade, Habermas tem pouco a falar sobre os momentos específicos e desdobramentos sociais dos meios de comunicação modernos.

Portanto, uma das vias para abordar – e dar continuidade – às essas formulações de Habermas é olhar para o que está além de seu escopo formal e teórico. Habermas fala *da função* do discurso público – de debater, interpretar, gerar opiniões, etc. Mas e quanto às modalidades e dinâmicas concretas de como isso se dá? Eis aí a vertente de investigação que é seguida pelos estudos comunicacionais. Por relevantes que sejam os aspectos formais e filosóficos dos processos comunicacionais, elas são por demais abstratas para que possam ser considerados estudos específicos sobre processos comunicacionais concretos.

Se for verdade, então, que os “discursos não governam, apenas exercem pressão”, pode se fazer a aposta que as novas dinâmicas midiáticas, transversais e em rede, mudam as configurações de como isso se dá. Elas transformam as maneiras pelas quais essa pressão se forma, se organiza e funciona. E em tempos de rápidas transformações tecnológicas e de usos sociais da comunicação, essas formas de funcionamento esbarram e conflitam com as práticas anteriores, já sedimentadas, tanto de como a esfera pública era organizada, quanto pelas maneiras que ela era colonizada e, finalmente, quanto às maneiras pelas quais ela resistia à dominação. Portanto, há que se fazer investigações que, partindo de formulações mais abrangentes, tais como as de Habermas, investigam as formas que estão se desenvolvendo os discursos públicos em suas formações concretas. Há que se problematizar essas questões.

Nas palavras do próprio Habermas:

Portanto, em vez de conceber uma esfera pública ou democrática, é mais produtivo teorizar uma multiplicidade de esferas públicas, às vezes sobrepondo-se (*overlapping*), mas também conflitantes. Isso inclui esferas públicas de grupos excluídos, além de configurações mais centralizadas (*mainstream*). Além disso, como eu argumento abaixo, a própria esfera pública se altera (*shifts*) com o surgimento de novos movimentos sociais, novas tecnologias e novos espaços públicos de interação.²¹⁵

²¹⁵ Idem, p. 430. No original: “Hence, rather than conceiving of one liberal or democratic public sphere, it is more productive to theorize a multiplicity of public spheres, sometimes overlapping but also conflicting. These include public spheres of excluded groups, as well as more mainstream configurations. Moreover, as I argue below, the public sphere itself shifts with the rise of new social movements, new technologies, and new spaces of public interaction.”

Mas já que Habermas não segue na investigação dos processos comunicacionais concretos, quais seriam as ferramentas conceituais apropriadas para fazer recortes e orientar o olhar investigativo sobre eles? Haveria que se escolher diferentes enfoques e casos específicos, que permitissem uma adequação apropriada entre as noções de horizonte – tais como a normatividade do discurso público – e a observação de processos comunicacionais da sociedade.

Nessas correlações, particularmente importantes no campo acadêmico da comunicação, são os estudos de caráter empírico-experimental, conceitos e teorias que abordam as relações das “mídias” com a comunicação, diferenciada, agora, em produção, consumo, circulação, como lugares específicos de produção de novos processos sociais, ao mesmo tempo em que interseccionados por esse.²¹⁶

Com essa problemática exposta, pode-se agora abordar um dos muitos formatos de manifestações interacionais na internet – o blog – enquanto lugar para articulações discursivas e geração de debates.

4.2 ESTUDO DE CASO: O BLOG DO LUIS NASSIF

Após ter sido nomeado pela primeira vez em 1997,²¹⁷ o blog já é em 2012 considerado por muitos como uma antiguidade. Alguns afirmam até que ele já está ultrapassado, tendo em vista a grande adesão das comunidades virtuais aos chamados *micro-blogs*,²¹⁸ tais como o twitter, e outras ferramentas de postagens mais breves.²¹⁹ Mesmo assim, o blog continua uma das plataformas mais interessante quanto às características de individuação do espaço cibernético. Usado principalmente como uma ferramenta de interação através de postagens de conteúdos, o blog sempre teve uma feição *individual*, sendo geralmente mantido por uma pessoa ou uma instituição em particular.

O Blog do Nassif, ou Luis Nassif Online, como é chamado em sua página inicial, foi criado e é mantido pelo jornalista brasileiro Luis Nassif.²²⁰ A data de criação do blog é incerta: a postagem mais antiga data de 17/09/2005, mas ao que tudo indica, Luis Nassif postava irregularmente em seu blog até meados de 2006. Em 30/05/2006, no entanto, ele anunciou:

²¹⁶ FERREIRA, J.: Mídiação: dispositivos, processos sociais e de comunicação, in Revista E-Compós, v. 10 (2007), p. 6. Disponível em: <<http://migre.me/5STqu>>. Acesso em: 10 out. 2011.

²¹⁷ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>>. Acesso em: 18 out. 2011.

²¹⁸ Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Microblogs>>. Acesso em: 10 out. 2011.

²¹⁹ Cf. Twitter, Flickr, Facebook Make Blogs Look So 2004, in Revista Wired, 20/10/2008. Disponível em: <<http://migre.me/5Ts3k>>. Acesso em: 10 out. 2011.

²²⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luis_nassif>. Acesso em: 10 out. 2011.

Depois de algum tempo de resistência, resolvi aderir aos blogs. Em parte, por acreditar que o futuro do jornalismo está na Internet. Em parte, devido à enorme e revitalizante interação com o público leitor. (...) Quando a "Folha", por razões editoriais internas, decidiu suspender a publicação, passei a prospectar a Internet, através de sistemas de mailing, de ferramentas de extração de endereços. E aí a emoção redobrou. Você assistia os e-mails sendo disparados, ia recebendo os retornos, acompanhando os lidos, os não lidos, e o mailing foi sendo enriquecido com pedidos de inclusão (...).

Orgulho-me muito do nível de meus leitores. Sempre que levanto um tema polêmico, costumo receber e-mails consistentes, de pessoas com diferentes opiniões. Pretendo abrir espaço para esse tipo de comentário, mais do que para os comentários curtos e impressionistas dos blogs convencionais. Por isso mesmo, quem tiver comentários maiores a fazer, poderá escrever para luisnassifonline@uol.com.br Os melhores serão publicados, dentro dos limites de espaço do blog. (...)

Para temas mais complexos, pretendo exercitar um tipo de cobertura já ensaiada em discussões como a da TV Digital e a da transposição das águas do São Francisco. Haverá uma interação com o site do Projeto Brasil (www.projetobr.com.br) e uma explicação didática dos diversos ângulos envolvidos na discussão, assim como a participação de cada ator trazendo seus argumentos, rebatendo os argumentos da parte contrária, tudo no tempo real que a Internet permite praticar.²²¹

Nota-se de saída uma clara intenção de criar um espaço interativo e de discussões sobre assuntos de relevância pública. Ao mesmo tempo, o blog daria também importância a assuntos de cultura e sociedade, além de discutir criticamente a mídia convencional, entendendo-se aí as publicações e difusões dos grupos estabelecidos de mídia.

Desde seu estabelecimento, foi considerável a repercussão do blog na blogoesfera política e jornalística brasileira, particularmente a que se coloca como uma alternativa para a imprensa convencional. Em janeiro de 2011, o blog contava com 20.000 usuários inscritos,²²² sendo que seu trânsito total de leitores deve ser bem maior.

Um exemplo de sua repercussão: ao se consultar, no Google, a palavra “Veja”, referindo-se à publicação do mesmo nome, uma menção a uma série de postagens, sobre a revista

²²¹ Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-blog>>. Acesso em: 14 out. 2011.

²²² Disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/portal-luis-nassif-ja-somos-mais-de-20000>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Veja, feita pelo blog do Nassif aparecerá em 5º lugar das mais acessadas. Mesmo sabendo-se que há modos artificiais de se garantir uma alta colocação nessa lista, fica a constatação de que Luis Nassif e seu blog contam ao menos com alguma relevância entre a blogosfera política e de notícias brasileira.

4.2.1 Descrição de funcionalidades

O Blog do Luís Nassif produz, veicula e debate conteúdos sobre variados assuntos políticos, econômicos e culturais. O formato dos conteúdos postados em formatos multimodais: textos, imagens, sons e vídeos. Mesmo havendo uma grande participação de sua comunidade ledora e colaborativa na produção e recepção desses conteúdos, a função moderadora é exercida pessoalmente por Luís Nassif.

Seguem, abaixo, os elementos formais observáveis do blog, da forma em que eram apresentados em sua página inicial em 10.10.2010:²²³

Na sua parte superior, há as opções de “cadastre-se” e “login”, que faz uma clivagem entre os usuários cadastrados e não cadastrados do blog. Todos os visitantes do site podem ler seu conteúdo sem restrições. Mas o usuário cadastrado pode, dentro do portal, construir seu próprio blog e desenvolver suas temáticas e abordagens próprias. Ou seja, o principal e mais conhecido blog – o do Luis Nassif – tem a função de um portal, ou eixo principal, de onde se ramificam uma rede de blogs paralelos.

É claro que nem todos os usuários leitores desse blog principal possuem seu próprio blog, e muitos só postam conteúdos esporadicamente. Mas a proposta do dispositivo, expressa em seu formato, é a constituição de uma comunidade em forma de rede ativa, interativa e diversificada.

Seguindo na observação, há uma barra na parte superior da página, que elencados os links Home Blogs Membros Temáticas Grupos Seminários Séries TVs Luis Nassif Online Portal Luis Nassif.

Esses links constituem o ponto de partida e principal elemento de uma comunidade interativa, organizada no “Portal Luis Nassif”, que por sua vez está baseado num dispositivo

²²³ Todas as funcionalidades descritas do blog, estão em formato de hiperlink, ou seja, podem ser acessados diretamente, caso se esteja lendo a versão digital do presente trabalho.

multimodal ainda mais amplo, o brasilianas.org, que inclui um website e um programa de TV, este último exibido pelo canal público federal [TV Brasil](#). Juntos, eles constituem uma plataforma de publicação e debate de conteúdos de interesse público, pertinentes à sociedade contemporânea, em geral, e a brasileira, em particular.

Abaixo da logomarca do Blog, há dois links de acesso: [Posts recentes](#), pelos quais podem ser acessadas todas as postagens anteriores do blog, elencadas por dia, semana, mês e ano; o outro é [Vídeos do Blog](#), também ordenados por dia, semana, mês, etc. Os vídeos são armazenados no [Youtube](#).

Do lado direito da [página principal](#) há uma breve apresentação de Luis Nassif e um link e número 0800 de contato; um campo de busca por palavra-chave; uma lista das 10 postagens mais lidas da semana; uma caixa com propaganda (em 10.10.2010 os anunciantes eram duas empresas estatais federais, a Petrobrás e a Caixa Econômica Federal).

Abaixo, estão elencadas as “Categorias”, ou assuntos do blog, que em 10.10.2010 eram:

[Brasil](#)

[Brasilianas.org](#)

[Cultura](#) que se subdivide em [Arquitetura](#) [Artes Gráficas](#) [Cinema](#) [Costumes](#) [Crônica](#) [Fotografia](#) [Poesia](#) [Regional](#) [Televisão](#) [Vídeos do dia](#)

[Diplomacia](#)

[Economia](#), que se subdivide em [Agricultura](#) [Bioenergia](#) [Cabeção](#) [Coluna](#) [Econômica](#) [Consumidor](#) [Crime](#) [Crise](#) [Energia](#) [Logística](#) [Negócios](#) [Novo Modelo](#);

[Em Observação](#), que é um tópico para postagens cujas informações ainda devem ser checadas

[Esportes](#), que se subdivide em [Futebol](#) [Xadrez](#) [F1](#)

[Justiça](#)

[Tutorial](#)

[Fora de Pauta](#), que é um tópico para postagens livres

[Gestão](#), que se subdivide em [Cidades](#), [Corrupção](#)

[Gestão Pública](#), que se subdivide em [Licitação](#)

[História](#), que se subdivide em [Brasileira](#)

[Justiça](#)

[Meio Ambiente](#);

[Mídia](#), que se subdivide em [Blogs](#), [Publicidade](#)

[Música](#), que se subdivide em [Bossa Nova](#) [Choro](#) [Erudita Brasileira](#) [Erudita](#)

[Internacional](#) [Jazz](#) [MPB](#) [Pop](#) [Rádios virtuais](#) [Violão](#)

[Nassif](#)

[Política](#), que se subdivide em [Eleições](#) [Internacional](#) [Movimentos Sociais](#) [Novo](#)

[Mundo](#)

[Políticas Sociais](#), que se subdivide em [Educação](#) [Fome](#) [Habitação](#) [Previdência](#)

[Saneamento](#) [Saúde](#) [Segurança](#) [Terceiro Setor](#) [Trabalho](#)

[Raio X dos Estados](#)

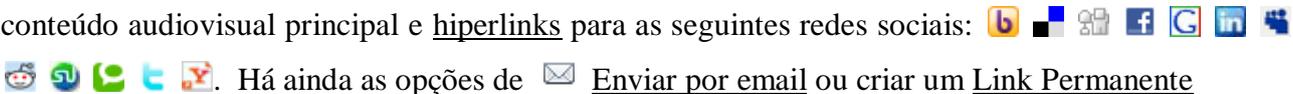
[Religião](#)

Sem categoria

Tecnologia, que se subdivide em C&T Ciência Defesa Internet Software

Universidade

Após isso, vem um espaço de “tags”, ou marcadores em hipertexto, que indicam, pelo tamanho, quais assuntos são os mais acessados do momento.

Na parte central, à esquerda, vem o corpo principal de postagens do blog. Cada postagem tem um título em destaque, com hiperlink para sua própria página, onde se pode fazer e ler comentários; informação de quem é seu autor/remetente; a data e a hora da postagem; texto ou conteúdo audiovisual principal e hiperlinks para as seguintes redes sociais: . Há ainda as opções de  Enviar por email ou criar um Link Permanente

4.2.2 Dois eixos de observação

Foram escolhidos dois eixos de observação do Blog do Luis Nassif. A primeira aclara certos aspectos dos roteiros ‘internos’ do Blog, onde pode ser problematizada a relação entre sua estrutura formal e suas lógicas de uso. A segunda situação apontará para aspectos ‘externos’, no sentido de explorar as relações entre o blog e outros atores sociais ao seu redor.

4.2.3 Eixo 1: arquitetura e fluxos nos espaços internos do blog

Segundo seu criador, o jornalista Luis Nassif, o blog – ou o portal que o abrange – seria um espaço para a “construção do conhecimento” e de “discussões e debates” em torno de assunto de relevância pública.²²⁴ Para além de sua intencionalidade expressa, que em maior ou menor grau é repercutida pela comunidade participante do blog, parece que há indícios suficientes da coerência formal entre essa proposta de inclinação democrática e a própria arquitetura de utilização do blog: como foi observado acima, os espaços do blog são configurados para que cada participante cadastrado possa ter seu próprio espaço de criação e veiculação de conteúdos. Ou seja, O Blog do Luis Nassif seria, além de uma comunidade de usuário de *um* blog, um portal que abrigaria uma “rede de blogs”.²²⁵ Para se compreender as lógicas interacionais dessa comunidade, é preciso

²²⁴ Cf. <http://blogln.ning.com/>. Acesso em: 03 jan. 2011.

²²⁵ Ver, por exemplo, postagem de 17/09/2011 intitulada: Os Fóruns do Portal Luís Nassif. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-foruns-do-portal-luis-nassif-33>>. Acesso em: 15 out. 2011.

analisar a forma e as dinâmicas que sua comunidade usuária/produtora dispõe de sua estruturação. Quais são as maneiras pelas quais ela se apodera das propostas originais – as de construir conhecimento e ser um espaço igualitário – em suas dinâmicas de utilização e função dessa estrutura, tais como pretendidas pelo criador do blog, o jornalista Luis Nassif. Ou seja: como funciona a dialética, no blog entre criador/propositor e sua comunidade de usuários?

Escolheu-se abordar tais questões mediante a análise de um dos principais aspectos constitutivos de um blog: as formas de organização de seus links, dentro dos processos colaborativos de sua comunidade.²²⁶ A composição do *timeline* de um blog se dá pela contribuição de seus participantes, ou pelo detentor do blog. Os temas, conteúdos e formatos apresentados são portanto indícios das características e identidade do blog como um todo. Nesse sentido, escolheu-se fazer uma análise sobre as origens das postagens de um dia de atividade do Blog de Luis Nassif.

4.2.3.1 Amostra quanto à origem das postagens

A escolha do dia 12 de setembro de 2011 foi aleatória. Não foi um dia de ocorrências extraordinárias. O motivo circunstancial da escolha foi por ser este dia o primeiro da semana analisada, a seguir, que se estendeu entre os dias 12 a 19 de setembro de 2011.

Os agrupamentos por categorias estão em ordem crescente de ocorrência.

Do Painel de debate “brasilianas.org”, ligado ao Portal Luis Nassif: **1**

Outras Instituições: IHU - Instituto Humanitas Unisinos: **1**

De agência de notícias: **2**

Reuters: 1; Agência Brasil: 1;

Textos escritos por Luis Nassif: **3**

Coluna Econômica; Ameaça à autonomia do BC; Levantamento da Arte do Pará

De sites ou portais de notícia: **5**

²²⁶ MYERS, G: Discourse of Blogs and Wikis, London, Continuum Publishing, 2010. Edição eletrônica: sem paginação (E-book). Capítulo 3, parágrafo 3.

Portal Teia Livre: 1; Terra Magazine: 1; Globo. Com: 2; Ig.com.br: 1

De outros blogs: 12

Blog do Adriano S. Ribeiro: 1; Blog Lado B: 1; Blog MAV PT-SP: 1; Blog Vermelhos Não!: 1; Blog doladodelá: 2; Blgo Diário do Centro do Mundo: 1; Blog do Ronaldo Bicalho: 1; Blog do Stanislaw Calandrelli: 3; Blog do Gilberto Cruvinel: 1

Comentários de leitores que viram post ou de postagens do portal: 15

Sites de Jornais ou revistas: 17

Estado de SP: 5; Valor Econômico: 2; Folha de São Paulo: 4; Webmotors: 1; O Dia: 1; Carta Capital: 1; O Globo: 3

4.2.3.2 Detalhamento e análise da amostra

Todas as postagens, que não as três expressamente escritas por Luis Nassif, vieram da contribuição de colaboradores do blog, o que vinha exposto em seu subtítulos. No entanto, todas tem também um primeiro subtítulo “postado por Luis Nassif”. Ou seja, há uma clara função editorial e de responsabilidade por parte de Nassif em relação às contribuições dos usuários e leitores do blog.

Percebeu-se três agrupamentos principais quanto às principais das postagens:

- 12 postagens são repercussão de outros blogs. Que por sua vez podem ser textos próprios daqueles blogs ou, muitas vezes, retransmissão de notícias de origem dos meios de comunicação convencionais.
- 15 postagens são textos e comentários dos usuários do blog às quais foram dados destaque. Há, portanto, uma importante participação dos usuários enquanto *produtores próprios* de conteúdos.
- 17 postagens são republicações de órgãos de notícias estabelecidas, tais como os jornais “Folha de São Paulo” e revistas, tais como “Carta Capital”. Se se somar a essas 17 postagens, as 5 de agências de notícias tradicionais, tais como a “Reuters”, vê-se que a principal fonte noticiosa do blog é a mídia convencional.

Portanto, mesmo tendo o blog uma clara posição crítica a essa mídia convencional, ele depende dela como fornecedora de material para ser criticado. O blog se torna, nesse sentido, uma ‘lente editorial’ e, portanto, uma ferramenta ativa de crítica em relação à mídia convencional, sendo que essa relação pode portanto ser caracterizada como uma simbiose, embora a posição expressa no blog muitas vezes é de enfrentamento em relação à mídia convencional.

Fica também evidente que, mesmo sendo a função de Luis Nassif claramente editorial, responsabilizando-se pelas escolhas de postagens, há uma inequívoca colaboração da comunidade do blog, o que se manifesta por dois aspectos. O primeiro é que são publicados também os textos escritos pelos usuários do blog, dando a ele uma clara função de ‘tribuna’ para o seu coletivo de usuários. Em segundo lugar, essa coletividade contribui com as suas sugestões de postagem de outras fontes, externas ao blog. A função editorial de Luis Nassif se configura, portanto, em poder ‘escolher entre as escolhas prévias’ dos usuários. Há, portanto, um movimento por assim dizer ‘contra-editorial’: Nassif escolhe entre as escolhas dos usuários, mas não pode determinar de forma absoluta quais os temas que serão apresentados no blog. Nesse sentido, há um deslocamento da função editorial segundo as lógicas corporativas tradicionais, da empresa ou de outras instituições hierárquicas. Há também outras formas de colaboração, onde a participação da comunidade é mais ativa e sofisticada. Dar-se-á um exemplo disso a seguir.

4.2.3.3 Colaboração na produção de conteúdos do Blog

Em postagem de 21/02/08,²²⁷ Luis Nassif narra a colaboração da comunidade de leitores, para desmascarar – segundo ele – afirmações de um dos principais colunistas da Revista Veja, Diogo Mainardi. Como não se entrará no mérito da contenda entre Mainardi e Nassif, serão reproduzidos apenas trechos da postagem, para indicar como se deu, segundo Nassif, a colaboração dos usuários do blog:

Chamo a atenção de vocês para um resultado genuíno do trabalho em rede. O trecho abaixo fecha o capítulo ‘Lula é meu Álibi’, no dossiê Veja. Foi um trabalho minucioso de pesquisa feito por vocês.

Quanto pedi a ajuda de vocês, houve quem risse do pedido. Esse povo não sabe o que é um trabalho cooperativo em rede.

²²⁷ Esse post não foi reencontrado mais nos arquivos do blog, mas está disponível como exemplo em formato de E-livro: MAGALHÃES, F. Blog: Jornalismo Independente, p. 38-39. Disponível em: <<http://issuu.com/nandamaga/docs/jornalismoIndependente>>. Acesso em: 13 out. 2011.

O bad boy e os g00db0ys

No domingo, quando publiquei o Capítulo sobre esse suspeito dossiê italiano, cujo link estava na coluna de Mainardi, o leitor João Alcântara, juiz aposentado, analisou o documento e ajudou a reforçar as suspeitas a fraude:

O documento não tem começo nem final. O documento tem duas numerações (...)

(...)

Mais tarde, um trabalho investigativo feito pelos próprios leitores do Blog permitiu reforçar as suspeitas sobre as fontes de Mainardi. (...)

Acompanhe nossos sherlocks:

O leitor Aton Fon abriu as propriedades do PDF (...) e descobriu a data em que o documento foi preparado (...)

O leitor Salles pegou a dica e foi até o blog de Janaína Leite (...). Lá, ele levantou um post que falava sobre os problemas da Telecom Itália (...) O nome do post era estranho g00db0ys, assim mesmo, com zero em lugar de O. (...) A expressão era a mesma do relatório sigiols sobre a Telecom Itália. (...)

A rede ajudou a desmascarar a pantomima em torno do relatório que Mainardi garantia ter recebido da Itália.

Nota-se, pelo trecho acima, que a colaboração da comunidade do blog não se limita apenas a questões editoriais, de postagem de conteúdos, mas pode também assumir funções investigativas e de concatenação de informações.

4.2.4 Eixo 2: relações externas “blog – blogosfera”

Ora, como se dão os debates dos inúmeros conteúdos, ideias, críticas e propostas sociais, políticas e culturais no blog em suas relações com seu entorno virtual e social? Como o blog funciona enquanto uma voz dentro de um ambiente mais amplo de discussões? Para analisa-la, foi escolhido um evento particular, dentro do conjunto de processos e dinâmicas de interação entre o Blog do Luis Nassif e outros blogs, pertencentes à blogosfera brasileira.

4.2.5 O episódio “Feminazi”: um conto entre dois blogs

Em dezembro de 2010 surgiu, dentro do “Blog do Luis Nassif”, um episódio que cremos ser fértil para a análise das relações entre o blog, sua dinâmica própria e a discussão pública

na blogosfera. Em particular, irá se debruçar sobre uma repercussão polêmica entro o “Blog do Luis Nassif” e outro blog de características parecidas, o “Biscoito Fino e a Massa”²²⁸, de Idelber Avelar. O tema da polêmica foi inicialmente uma postagem, no Blog do Nassif, feita por um de seus participantes, considerada preconceituosa, por muitos, em relação às mulheres e a causa feminista. Salientando-se que o objetivo do presente estudo não está no conteúdo do post, nem se entrará no mérito da questão polêmica, o evento foi escolhido por outros aspectos relevantes.

Primeiramente, o caso não se limitou aos espaços internos de um blog específico, mas estendeu-se para seus setores vizinhos na blogosfera. Constituiu-se, portanto, num caso ocorrido propriamente na *blogosfera, entre blogs*, e não como uma situação interna de um blog particular. Pode-se percebê-lo como ocorrido num espaço público aberto que, ao menos em tese, deveria servir para o livre trânsito de ideias divergentes. Em segundo lugar, e igualmente importante, sua polêmica não ocorreu entre posições políticas antagônicas, como ocorreria, por exemplo, entre blogs de ‘esquerda’ e de ‘direita’. Se fosse este o caso, poder-se-ia descartar, de saída, a perspectiva de um debate construtivo, visto que entre posições claramente antagônicas dificilmente há a pretensão de se chegar a consensos e pontos em comum.

Aqui, no entanto, tratou-se de uma questão discutida entre posições políticas próximas. Para ilustrar isso, é oportuno lembrar que todos os envolvidos foram aliados e militaram juntos nas eleições presidenciais que antecederam, em alguns meses, a polêmica. Praticamente todos os debatedores reconhecem a justeza da causa feminista e a luta pela emancipação da mulher. Quase todos, inclusive o próprio Luis Nassif, reconheceram o erro que foi o ataque ao feminismo da primeira postagem, a que deu origem à polêmica e onde prevaleceu o preconceito no tom e nos modos de expressão. Quase todos os participantes do debate, finalmente, comungam de uma visão ‘progressista’ ou de ‘esquerda’ quanto a valores morais e políticos.

O debate ocorreu, portanto, dentro de um ambiente discursivo que deveria suportar posições divergentes e críticas sem maiores rupturas ou desestruturação. Era de se esperar que ele transcorresse dentro da normalidade polêmica, fosse capaz de absorver suas tensões internas e, possivelmente, chegasse a denominadores comuns. Ou, ao menos, que em seu final houvesse o reconhecimento sereno acerca das posições divergentes. O debate poderia assim ser

²²⁸Disponível em: <<http://idelberavelar.com/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

problematizado segundo os aspectos discursivos da esfera pública, em suas possíveis manifestações nos ambientes das novas tecnologias de informação e comunicação.

Quanto ao *corpus* de materiais analisados: “O Caso Feminazi” envolveu vários blogs²²⁹, mas se fará um recorte que enfocará dois deles. O Blog do Luis Nassif, onde a polêmica surgiu, e o Blog Biscoito Fino e a Massa, que mais o repercutiu e cujo criador, Idelber Avelar, foi quem mais se envolveu na polêmica. Tal recorte se deve, antes de tudo, a questões de praticidade, visto que um apanhado extensivo da blogosfera em torno do caso se tornaria muito grande para ser analisado no presente trabalho. E mesmo correndo o risco de se ter um viés de polarização ao se pegar apenas dois blogs, acreditamos que se fará um apanhado representativo. Mas fica a ressalva de que o “Caso Feminazi” não se deu unicamente entre dois blogs, ocorrendo antes numa ‘região’ de blogs brasileiros, dedicados a temas públicos, políticos, de mobilização e de alternativas às ‘mídias tradicionais’.

Mas eis como surgiu a polêmica: no dia 07 de dezembro de 2010, um dos participantes do Blog do Luis Nassif postou um texto onde se atacava um pretense “radicalismo feminista”²³⁰, supostamente encontrado em muitos movimentos da causa feminista. A contundência e a linguagem deste post – onde foi usado, por exemplo, o termo pejorativo “feminazi” – gerou uma forte reação polêmica, sobretudo entre as feministas, que o viram como tendencioso e preconceituoso. Seja pelo teor, pela formulação ou pelos seus preconceitos, o post, talvez, deveria ser considerado impróprio para constar do Blog do Nassif. Mas, no que mais tarde foi reconhecido como um erro por desatenção, Luis Nassif não só permitiu a postagem inicial, localizada na seção de comentários, quanto a colocou como tópico próprio (ou manchete), intitulado “**O Poder das Mulheres**”,²³¹ dando a ela uma implícita chancela do blog como um todo.

Nos dias que se seguiram, a polêmica em torno da postagem se alastrou para outros blogs e para o twitter, onde as posições de Luis Nassif e seu Blog, inclusive sua posterior retratação e reconhecimento de erro, foram atacadas, defendidas e debatidas. Em especial, houve uma repercussão da polêmica no “Blog Biscoito Fino e a Massa”, onde seu criador, Idelber Avelar, deu

²²⁹ Por exemplo: “Blog Vi o Mundo”. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/nassif-as-feministas-e-a-blogosfera.html>>. “Blog da Cidadania”. Disponível em: <<http://www.blogcidadania.com.br/2010/12/a-quem-interessa-desagregar-a-blogosfera/>>. “Blog do Rovai”. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/tag/feminazi/>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

²³⁰ Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-poder-das-mulheres>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

²³¹ *Ibidem*.

destaque à questão. Pode-se falar, portanto, de um subseqüente paralelismo e interpelações entre os dois debates, ocorridos simultaneamente no “Blog do Luis Nassif” e o “Blog Biscoito Fino de a Massa”.

4.2.5.1 A repercussão no Blog “O Biscoito Fino e a Massa”

Em 19 de dezembro de 2010, Idelber Avelar – criador do Blog “O Biscoito Fino e a Massa” – publicou o texto “**A busca incansável por um feminismo dócil, ou, não é de você que devemos falar**”²³², onde ele criticou as posições, segundo sua visão, preconceituosas, em relação ao feminismo e às mulheres, de “blogueiros autoidentificados como progressistas”²³³. Mesmo não citando diretamente o Blog de Luís Nassif e o supracitado post “**O Poder das Mulheres**”, a motivação do texto de Avelar veio claramente como uma crítica e ao debate ocorrido no Blog do Nassif, bem como em outros blogs que o repercutiram o post polêmico supracitado. Quanto ao seu conteúdo, o texto de Avelar transcorreu dentro do esperado para uma polêmica. Ou seja, um autor levantando objeções e críticas em relação a posições de outros autores ou questões de relevo e debate. É na subseqüente sessão de comentários ao texto de Avelar, no entanto, que ocorreu um debate interessante de se analisar, pois há ali interessantes indícios sobre as características de interação em torno do “Caso Feminazi”.

4.2.5.2 Extensão temporal

Entre 9:38 hs. de 19 de dezembro, 2010, até 23:11 do dia 25, ou seja por 6 dias, foram postados 257 comentários, ou “posts”, no blog “Biscoito Fino e a Massa”, para o texto de seu criador, Idelber Avelar. Para se ter uma ideia palpável da extensão do debate: copiados para um documento “Word”, com tamanho de fonte 12 mm, ele cobre 116 páginas.

4.2.5.3 Filtragem ou edição dos comentários

Segundo afirmação do próprio Idelber Avelar, ele não faz nenhuma filtragem, ou como ele mesmo diz “censura” aos comentadores. Portanto, os posts de comentário em seu blog aparecem sem nenhum tipo de formatação editorial e expressam uma imagem fidedigna das tendências e

²³²Disponível em:

<http://www.idelberavelar.com/archives/2010/12/a_busca_incansavel_por_um_feminismo_docil_ou_ nao_e_de_voce_q ue_devemos_falar.php#c119267>. Acesso em: 12 jan. 2011.

²³³ Idem.

posições dos participantes do blog. E mesmo que houvesse uma filtragem, esse conjunto de comentários constituiria um corpo interessante a ser analisado: ele é público, acessível e representativo do Blog no qual aparece. É também delimitado no tempo e claramente delineado quanto a propósitos de participação, modalidades e materialidade discursivas. Por fim, seus registros permanecem publicados na internet, constituindo uma documentação de fácil acesso para novas pesquisas, apropriações e interpretações.

4.2.5.4 Tipologia preliminar dos comentários

Fez-se, portanto, uma primeira leitura desse *corpus* atrás de possíveis indícios sobre à natureza e características do debate do qual ele foi registro material. Observou-se, de saída, que os comentários se dividiam entre os que apoiavam as posições do criador do Blog, Idelber Avelar, e os que se lhe opunham.

4.2.5.5. Apoiadores

Dos 257 comentários, 124 foram classificados como claramente favoráveis às posições de Avelar. Eis sua tipologia:

Alguns são puramente ‘elogiosos’:

Absolutamente emocionada com esse texto. Extasiada. Como é lindo, como é justo saber se expressar de forma tão límpida, em favor de valores tão simples, como o respeito e a humildade, acima de qualquer causa, qualquer opinião. Sinto-me representada na forma mais digna possível. Realmente, muito obrigada. (Rosi, em dezembro 19, 2010 9:07 PM)

Outros expressam seu apoio ao texto de Avelar através de críticas ‘agressivas com o outro lado’, ou seja, o blog de Luis Nassif, em relação ao qual surgiu a discordância:

Que história é essa, porra? Agora, porque um grupo corporativista (e machista e sexista e prepotente, sim) decide proclamar a inutilidade (ou sua importância relativa, o que dá no mesmo) da produção intelectual de uma parte da blogosfera, qualquer praxis que privilegie o rigor do *modus operandi* é puro esnobismo acadêmico? Ah, faizfavoire, se a crítica vai por aí, não dá nem pra começar a discutir. (Cláudia M. em dezembro 20, 2010 3:05 PM)

Nesse sentido, alguns dos apoiadores de Avelar se veem assumindo uma função de combate e suposto confronto com o ‘outro lado’, no caso, as posições do Blog de Luis Nassif e quem compartilhava seus argumentos:

Vou agir como "patrulheiro" mesmo e pedir para você, Idelber, me dar alguma atenção e se posicionar a respeito disso. O Rovai, que saiu em "defesa" do Nassif, me tratou com desdém parecido com o que vale-se de expressões como "barraqueiras", "mulher braba". (...) Age como a velha mídia com sua "liberdade de imprensa", que veste de autoritarismo qualquer reação às contradições, aos equívocos, bem como aos abusos e má-fé. (Euclides F. Santeiro Filho em dezembro 19, 2010 12:44 PM)

4.2.5.6 Contrários

Foram contatas 42 afirmações que podem ser consideradas contrárias à posição de Idelber Avelar. Nessa categoria, identificou-se algumas variações:

Alguns comentários, uma minoria, são ‘agressivos’. São representantes das posições dos blogs contrários ao de Avelar e nesse sentido, estão em ‘terreno inimigo’, para reafirmar lá as posições contrárias a ele. Alguns deles chegam até a apoiar os termos do 1º post do Caso – o “Poder das Mulheres”, que tinha aparecido do Blog do Nassif e que ofendia as feministas com o termo “feminazi”:

quanto ao termo feminazi, foi apenas uma boa junção execrada no mundo chato do politicamente correto. apenas para argumentar, se feministas exaltadas e radicais pregassem a castração de todos os homens (forma curiosa de compensação pelos séculos de machismo) e incentivassem a inseminação artificial, o nome não cairia bem? (boto - ssa em dezembro 19, 2010 5:24 PM)

Outros hostilizam o próprio Blog de Idelber Avelar, o “Biscoito Fino e a Massa”, mas sem entrar no mérito do debate:

Infelizmente, diante dessa postura oportunista (sua) [de Avelar] de buscar a fama, acabo de remover o blog biscoito fino e a massa da minha lista. (Jorge Passos em dezembro 19, 2010 6:20 PM)

Outros, mesmo sem explicar exatamente por quais argumentos, se manifestam contrários, em termos ‘genéricos’, ao texto de Idelber Avelar:

Freud talvez tomasse esse texto para estudos. Ele é genérico na pretensão e direto na intenção. (João Maurício em dezembro 19, 2010 3:45 PM)

Pq o senhor é um desagregador. E desagregadores não palestram em partidos de esquerda que precisem agregar-se com forças da sociedade, inclusive com blogueiros progressistas, que pasmem, o sr, chama de sexistas. Que texto mais calhorda meu senhor! (Sandro Jornada Machado em dezembro 20, 2010 5:32 PM)

Como era de se esperar, a relação numérica entre ‘apoiadores’ e ‘contrários’ é claramente favorável às posições do detentor do blog, superando em quatro vezes seus opositores. Da mesma forma, no debate que estava eclodindo, ao mesmo tempo, no Blog contrário – o de Luis Nassif – os apoiadores do Nassif eram maioria. Poderia se concluir, portanto, que o fórum de comentários de blogs como estes têm a função de apenas referendar, ou de simplesmente se contrapor, às posições de seus criadores e de que, afinal, as discussões que lá surgem são eminentemente paroquiais. Mas constatou-se a significativa presença de uma 3ª variante de comentários, que serão denominados ‘meta-críticos’.

4.2.5.7 Meta-Críticos

Os comentários ‘meta-críticos’, no Blog de Avelar, podiam ser tanto de ‘apoiadores’ de Avelar e ‘contrários’ a Nassif, quanto vice-versa.

Apoiadores de Avelar:

Críticas são saudáveis, mas educação é fundamental. (...) Isso pouparia muito atrito e confusão. Não vou parar de ler o Nassif por não concordar com tudo que ele defende ou dá voz. (Flávia em dezembro 19, 2010 7:58 PM)

Idelber, o problema não são as críticas, são os ataques pessoais e as acusações maliciosas. Não é por causa de alguns erros que o trabalho amador desses colegas deve ser desmerecido muito menos o caráter deles. (André Lux em dezembro 20, 2010 2:22 AM)

‘Apoiadores’ de Nassif:

Lembro de um bom debate no Nassif, que foi muito interessante e dura até hoje. (...) Sinceramente, vocês acreditam mesmo que Nassif é contra as mulheres?

Pergunto por que é difícil acreditar que vocês pensem assim. Ao invés de entrar no bom debate e inserir o feminismo entre as lutas sociais, permaneceram em um círculo fechado, louvando-se por dominar o tema como ninguém. (Fabio Passos em dezembro 20, 2010 7:28 PM)

No entanto, quase todas exprimiam posições moderadas:

Então, ok, o Nassif tem um machismo inconsciente em sua formação e em suas atitudes (ele, outros blogueiros "progressistas" e eu também), mas ele poderia ter sido criticado por isso de forma mais terna. (Mauro Abdon Gabriel em dezembro 19, 2010 7:34 PM)

Ou posições tentativamente conciliadoras:

Idelber, não é do seu feitio, mas por favor não escreva "com o fígado" hoje e jogue mais gasolina nessa fogueira. O Edu é um cara excelente, assim como você, e ainda vai se arrepender do que escreveu hoje, tenho certeza. TODOS estão do mesmo lado e TODOS tem as suas idiossincrasias. (...) Um telefonema ou quem sabe um chop tem um poder mil vezes maior de resolução de diferenças (que na minha opinião são apenas pontuais) do que posts ou comentários na rede. Mas insisto com todos: vamos tentar manter isso no mundo das diferenças de idéias e não dos ataques pessoais, pois o resultado pode ser extremamente lamentável. Abraço, CDM (CDM em dezembro 20, 2010 12:49 AM)

Enfim, é essa pluralidade de estilos, pensamentos e opiniões, que encontra um solo fértil na internet, que temos que buscar sempre (democracia não tem a ver com isso?). E, se possível, com conhecimento e humildade. Abraço. (Carlos Eduardo Lessa em dezembro 20, 2010 12:52 PM)

Havia posições de críticas às duas partes:

E talvez por isso a gente se depare com situações que algumas vezes parecem muito mais vários monólogos do que com qualquer coisa que se assemelhe a um diálogo. (Paulo Candido em dezembro 19, 2010 7:15 PM)

A impressão que essa celeuma me passa é daquelas brigas de bares que começam por bobagem e depois se transformam numa pancadaria generalizada. O Nassif publica um post infeliz, demora mais do que deveria a se retratar, mas o faz... e como resultado temos quase uma semana de trocas de ofensas entre personalidades importantes da blogosfera. (Alexandre Vasilenskaskas em dezembro 20, 2010 2:26 AM)

O aspecto mais importante desses comentários ‘meta-críticos’ era que a expressão de suas posições no debate sempre era acompanhada de considerações reflexivas *sobre o próprio debate*:

eu posso estar errado mas diria que não é que as feministas estão sendo ignoradas, é que a maior parte da discussão é sobre o que o as pessoas acham que o Idelber disse sobre os outros blogueiros. (...)A maioria que está criticando o Idelber não está discutindo sobre ou com as feministas. Eles acham que (...)não é sobre as mulheres que eles querem falar, mas sobre o que o Idelber disse. (Mauro_R em dezembro 21, 2010 11:19 PM)

E considerações sobre a polêmica entre os blogs:

É sintomático que, em grande parte, seus leitores estejam elogiando sua posição aqui enquanto os leitores do Nassif estejam elogiando a posição dele lá. Abraço, (Rafael Rafael em dezembro 19, 2010 10:49 PM)

Tou com a impressão de que nesse momento muitos nem sabem mais o quê estão discutindo e o porquê de estarem fazendo. Acho que essa discussão (seja ela qual for) se perdeu completamente. Já tou na expectativa que essa celeuma toda seja página virada. (JG_ em dezembro 20, 2010 5:44 PM)

Os comentários ‘meta-críticos’, ou ‘reflexivos’ abordavam, também, aspectos *formais* quanto a gestão dos espaços de comentários, tanto no Blog de Avelar quanto no de Nassif.

Idelber, tem um equívoco seu aí. No blog do Nassif o sistema de comentários funciona assim: se você está cadastrado no portal Brasilianas (o que se faz sem grandes requisitos), seu comentário entra automaticamente; senão, passa pela moderação. (...) porque o blog do LN é bem maior que o seu: você pode se dar ao luxo de fazer moderação pos facto, na mão. Lá é mais complicado sem um sistema automatizado. (Rodrigo Saraceno em dezembro 20, 2010 2:42 AM)

Ou seja, analisavam o que poderíamos chamar de ‘questões de ordem’, exprimiam a preocupação de como zelar para o bom funcionamento do debate, de quais deveriam ser os verdadeiros propósitos do debate, qual seriam os elementos de sua *ética*. Ou seja, expressões que poderiam ser chamadas de ‘*caráter normativo*’:

me permiti um exercício hipotético: excluí qualquer juízo de valor dos conceitos de machismo e feminismo para me concentrar na (in)tolerância com que as pessoas lidavam com opiniões contrárias (que para falar a verdade nem eram tão divergentes assim). (Thiago em dezembro 20, 2010 3:24 AM)

Surpreendentemente, a quantidade desses comentários ‘meta-críticos’ não foi pequena, mas ocupou um espaço considerável do debate. Consideramos que 53 comentários se enquadram nessa categoria. Ou seja, o *debate sobre o próprio debate* ocorreu não de forma residual, nas margens do que pretensamente deveria ser o debate principal – a polêmica sobre a questão “machismo x feminismo” na blogosfera, ou mesmo a questão “Avelar x Nassif” – mas ocupou um lugar de bastante relevo dentro dos comentários.

Sobre a contabilização restante: quanto aos 38 comentários que faltam para completar o número total de 257 comentários do debate, estes se constituíram de a) assuntos diferentes ao tema, b) respostas pontuais a outros comentários e sem posição clara, c) duplos envios por engano e d) comentários cuja posição não pode ser determinada.

Retornando aos comentários ‘meta-críticos’: a sua considerável quantidade, maior do que o dos puramente ‘contrários’, levou a que Idelber Avelar, a certa altura, fizesse três intervenções onde ele aponta que, segundo sua opinião, o assunto do debate era a questão feminista, e não o *processo de discussão acerca do próprio debate*.

não sei se muitos homens notaram, mas sei que algumas mulheres notaram, que a proporção entre comentários delas e os deles vai diminuindo na proporção em que a discussão vai se encaminhando para algo que não era o tema do post. (...) (grifos adicionados)

Mas durante bom tempo discutimos algo que não era o tema do post, e isso coincidiu com a instalação de uma proporção que era quase de 100% de homens falando. (Idelber em dezembro 21, 2010 5:35 PM) (grifos adicionados)

eu vou me permitir a partir de agora responder comentários somente **sobre o tema do post**. (Idelber em dezembro 20, 2010 9:12 PM)

Ora, quando se debruça sobre o Blog do Luis Nassif, percebe-se que lá havia processos correspondentes.

4.2.5.8 O post: “A Nova Blogosfera e o Episódio com as Feministas”

No mesmo dia em que Idelber Avelar postou o texto analisado acima, Luis Nassif publica o post “**A Nova Blogosfera e o Episódio com as Feministas**”²³⁴, onde ele faz um balanço do Caso Feminazi, se desculpa por eventuais erros que teria cometido e levanta críticas a Idelber

²³⁴ Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-nova-blogosfera-e-o-episodio-com-as-feministas?page=5>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

Avelar e a parte dos comentadores que o criticaram. Esse post foi seguido de 7 outros, com os títulos, numerados, de **“Lições do Episódio”**, onde continua na análise da polêmica.

A dinâmica do debate se assemelha àquele que se seguiu ao post de Idelber Avelar, no Blog Biscoito Fino e a Massa. Entre os dias 19 e 26 de dezembro, 2010, foram postados 317 comentários. Pela análise dos 150 primeiros temos a seguinte contagem:

51 comentários ‘apoiadores’ de Nassif:

Seu Nassif, vamos em frente. Deixa Narciso pra lá que ele perde o interesse. Enquanto os cães ladram, a caravana passa.
E nós, os leigos da maioria silenciosa, continuamos observando. Na hora H, votamos.

Entre os quais, havia os que exprimiam hostilidade em relação a Idelber Avelar

Eu detesto gente chata. Por isso acabei de excluir o Idelber do meu Rss. Ficou chato demais o rapaz...

Luis, minha solidariedade incondicional. Acredito que não deveria se posicionar quase se penitenciando. Esse pessoal que tenta detoná-lo, deveria ir pro inferno de Dante na última casa. É muita petulância agredí-lo gratuitamente, por coisa que não escreveu. Meu repúdio a esses ou essas fanáticas, ou melhor, fundamentalistas de acaso, que querem determinar o rumo de visão de mundo segundo sua visão oblíqua.

Outros, uma minoria de 17, são contrários a Nassif e não aceitam a sua ‘mão estendida’:

Uma mao estendida? Renovando ataques? Estranho modo de estender a mao...

(...)

Olhe, André, já respondi parcialmente ao que você diz aqui no tópico Lições do Episódio 7 (porque acho que o Nassif se desculpou, mas ao mesmo tempo repetiu as acusações; mordeu e soprou, digamos assim, no popular).

(...)

É impressionante a empáfia masculina de pretender falar pelas mulheres até no que diz respeito a quais seriam as reivindicações delas... Querem estar no comando até do movimento feminista.

E, novamente, há o significativo número de 36 postagens ‘meta-críticas’, que fazem intervenções sobre o próprio debate:

Olá, Raquel. :)

Eu concordo com tuas palavras no sentido de que o assunto tomou proporções indevidas. Quanto ao fato d'ele ter escrito da forma que o fez, por não achar que fosse tomar tais proporções, discordo do teu ponto de vista. Num site/blog com tantas visualizações e com tantas opiniões, ter cuidado ao utilizar as palavras deve ser o mínimo a se fazer. Passado e esclarecido todo o assunto, espero que a esquerda se una, mesmo que ainda com opiniões divergentes.

Caro Marco:

Em blogs de opinião cada um pode, e deve, se expressar da maneira que quiser sobre qualquer assunto, e caso fale bobagem deverá ser contestado.

Agora, seja o Andre, o Marco ou o Alfredo, o comentarista não tem obrigação formal de se justificar, pois a blogosfera, ambiente de livre exercício, não exige esta formalidade típica de colégio, caserna ou coisa que o valha.

(...)

A blogosfera, uma novidade já não tão nova assim, oferece a todos os que assim desejam a oportunidade única de participar, cada um ao seu modo, de debates sobre os mais variados temas, algo impensável há alguns anos, e sobre este ângulo deveria ser compreendida – basta imaginar como era antes, quando quase todos ficavam restritos à nobre opinião da grande mídia, um desastre completo, basta imaginar o resultado da última eleição presidencial sem o contraponto da blogosfera.

Foram descartados 46 comentários por serem envios duplicados, postagens sobre outros temas, de respostas pontuais a outros comentários ou cuja inclinação no debate não pode ser determinada.

Mas aqui, também, pode-se observar um número relevante de comentários cuja principal temática era a reflexão sobre o próprio debate e/ou que faziam dela um componente importante. E há outras duas observações que podem ser feitas: primeiramente, pode-se notar, pelos títulos e teor das postagens de Nassif, que sua intenção era diferente da de Idelber. Enquanto este queria discutir a questão 'Feminismo x Machismo' na blogosfera, aquele queria fazer uma avaliação crítica sobre a própria polêmica. Ocorre que a dinâmica dos fóruns de discussão não obedecia a nenhum dos criadores dos blogs. No Blog de Idelber, havia aqueles que queriam 'discutir a discussão'. E no Blog do Nassif havia aqueles que queriam apenas se colocar quanto a questão original, 'Feminismo x Machismo na Blogosfera'.

Ou seja, há movimentos 'insubordinados' nos dois blogs que provocavam deslocamentos dos eixos temáticos propostas originalmente pelos seus blogueiros principais.

Percebe-se, sobretudo, disputas sobre qual seria o tema importante a se discutir, o que pode ser concluído não apenas pelos títulos e intenções expressas dos dois blogueiros, mas deve ser compreendida a partir das dinâmicas das postagens nos fóruns de discussão. A partir de sua interpretação, portanto, surge a evidência de que o Caso Feminazi se desenvolveu em torno de *dois eixos* de discussão:

- 1) A questão ‘Feminismo x Machismo da blogosfera’: o debate pretendido-proposto por Idelber Avelar em seu post “**A busca incansável por um feminismo dócil, ou, não é de você que devemos falar**”, no Blog Biscoito Fino e a Massa.
- 2) A questão reflexiva, da discussão dos parâmetros, lógicas e dinâmica do *próprio debate em torno dessa polêmica*: abordada no post “**A Nova Blogosfera e o Episódio com as Feministas**”

O primeiro tema é o mais evidente, o de ‘frente’, o que originou o processo. Já o segundo, surgido dentro do primeiro debate, quando este começa a se questionar sobre si próprio, entremeia o primeiro, se desdobra e se formaliza a revelia de alguns, seguindo a vontade de outros. Esse segundo debate, de ordem reflexiva, surge primeiramente como um deslocamento, uma ‘impureza’ temática, que aparece não apenas após as colocações de Luis Nassif, mas como uma *tendência autônoma desde o início*, dentro dos debates dos dois blogs, expressada em parte significativa das postagens dos fóruns. Portanto, quanto à disputa sobre qual seria o assunto do debate, se, afinal, estava se discutindo o tema do ‘Feminismo-Machismo’ ou se era a ‘discussão da discussão’ a sua principal articulação, a resposta que pode ser extraída desta análise é que foram os dois eixos combinados, além dos diversos movimentos e disputas ocorridos entre eles, que constituíram os elementos de um verdadeiro debate, dentro da blogosfera brasileira.

4.2.6 Conclusões: o blog como dispositivo discursivo

Fazendo-se um resumo iconográfico o caso, tem-se primeiramente a relação entre esfera pública, enquanto espaço conceitual, os meios de comunicação tradicionais e a internet.

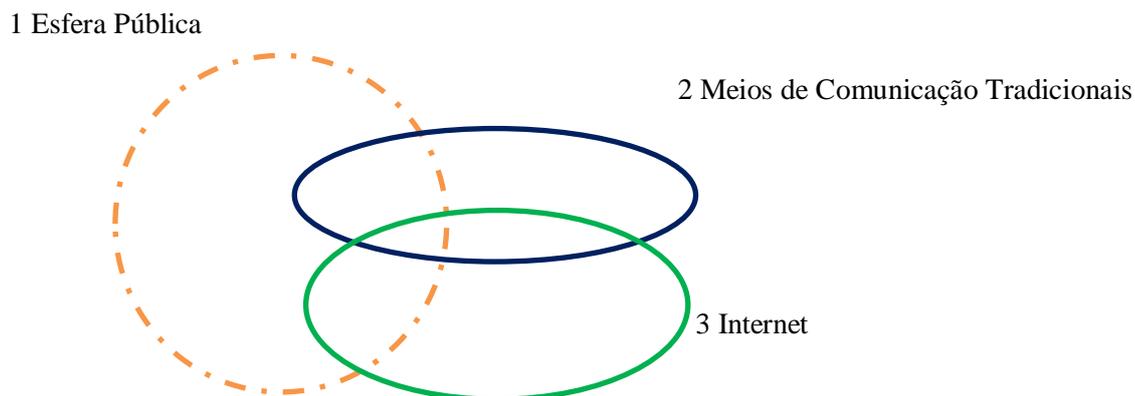


Figura 14: Disposição entre esfera pública, meios de comunicação e internet.

Na zona de intersecção dessas esferas, mais precisamente entre os meios de comunicação e a internet, emerge fenômenos tais como os do Blog de Luis Nassif.

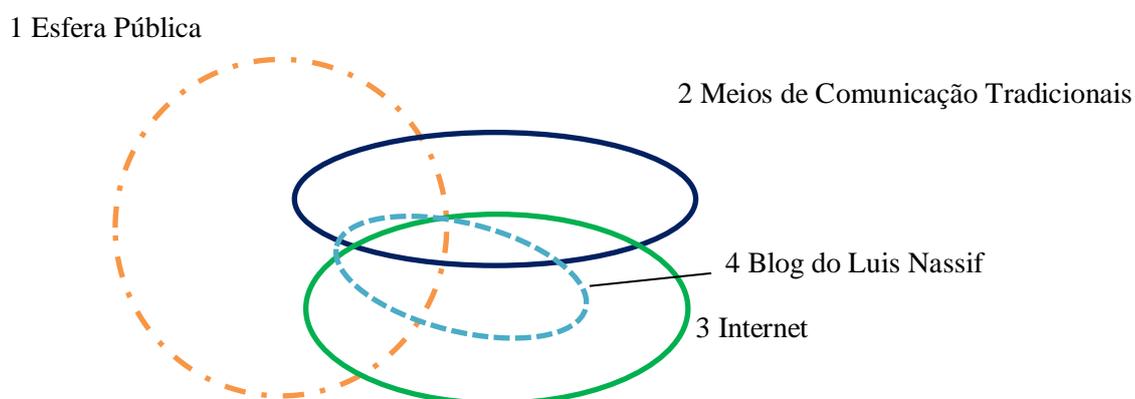


Figura 15: Localização do Blog do Luis Nassif.

Percebe-se, antes de tudo, que a existência do blog não é autônoma, mas dependente de dois ambientes fundamentais: a internet e os meios de comunicação tradicionais. Na intersecção desses dois universos, particularmente nas muitas maneiras pelas quais os processos da internet se apropriam ou se contrapõem dos conteúdos e manifestações dos meios de comunicação, que se tem o ‘habitat’ do blog. E percebe-se, pelas áreas de intersecção, que:

- Áreas 4-3, Blog – Internet: o blog está predominantemente na internet. É lá que são acionados seus diferentes mecanismos de apropriação de conteúdos, funcionamento e demais ações.
- 4-3-2, Blog – Internet – Meios de Comunicação: sua mais importante atuação é no contraponto às formas de circulação dos meios convencionais de comunicação.
- 4-2, o Blog *nos* Meios de Comunicação de Massa: o blog ocupa uma posição marginal dentro dos meios de comunicação, em termos de repercussão neles de suas ações e processos.
- 4-1, o Blog como esfera de interações *fora* da internet: há algumas poucas e pequenas reuniões presenciais da comunidade do blog, os chamados “Saraus”, organizados de tempos em tempos por Luís Nassif.²³⁵ Há também repercussão nos outros âmbitos da esfera pública (na vida parlamentar, nas correntes de opinião, debates sociais, etc.).
- 4-1-2, o Blog como esfera pública *sobre* os Meios de Comunicação de Massa, discutindo esta última em seus conteúdos, vieses, agenda política, etc.
- 1-3-4, o Blog, na internet, *como* esfera pública: como foi mostrado pelo “Caso Feminazi” está aqui a função do Blog o Luis Nassif, em isolado ou diante de outros blogs, como um espaço bastante funcional para debates que, além de tematizar diferentes problemas, também desenvolve ‘meta-reflexões’ sobre as condições e normatividades de como devem proceder tais debates.

Numa representação gráfica, o caso Feminazi poderia ser descrito da seguinte maneira:

(o percurso cronológico do caso pode ser visualizado seguindo-se os números 1, 2, 3 e 4)

²³⁵Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/sarau-dos-20000>>. Acesso em: 02 maio. 2012.

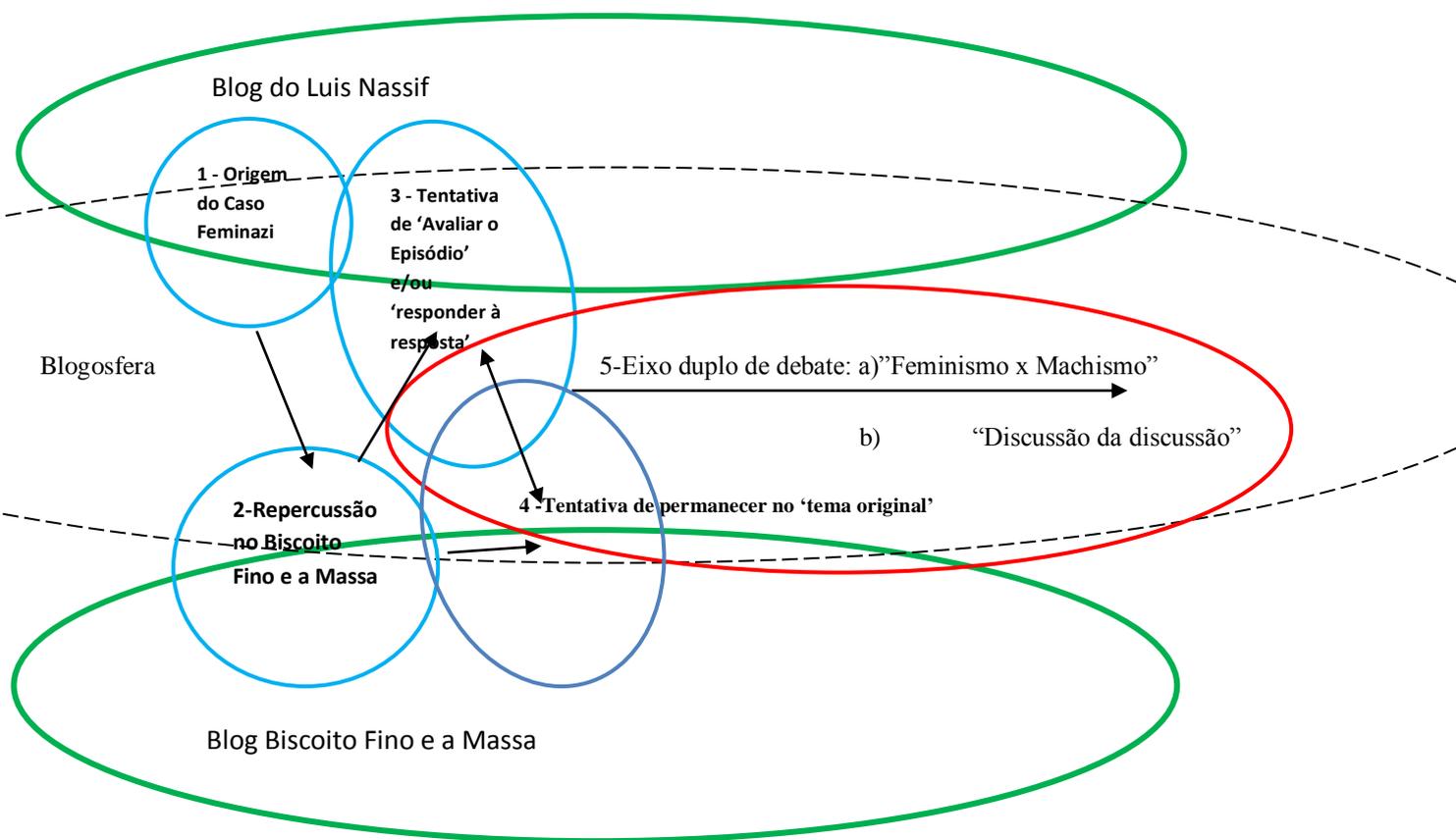


Figura 16: Desenvolvimento do 'Caso Feminazi'.

Retomando, então, à problemática dos espaços virtuais do ciberespaço como esferas públicas sustentáveis e respondendo sobre a questão do perigo, apontado por Habermas em 2005, de que esses espaços interacionais se fragmentarem em um quase infinito número de pequenos grupos paroquiais,²³⁶ pode-se concluir, baseado na observação e análise de um blog em específico, que há perspectivas tanto nessa direção, quanto em outras.

O blog constitui uma ilha de organização em meio aos fluxos do ciberespaço, e nele competem tendências de organização e dispersão. Mesmo que os blogs se apresentem como defensores de uma internet 'livre' e 'aberta', e podendo tematizar e funcionar livremente de estruturas hierárquicas tradicionais, especialmente as dos meios de comunicação, observou-se que há desvios e inflexões quanto aos propósitos igualitários do blog. Percebeu-se que dentro do Blog de Luis Nassif há certas áreas onde ocorre grande concentração no fluxo de conteúdos, enquanto

²³⁶ HABERMAS, J. Comunicação Política na Sociedade Mediática, in *Líbero: Revista do P. de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero*, ano XI, n. 21, Junho 2008. p. 13.

outras permanecem quase vazias, decorrentes do peso ‘editorial’ do criador do blog, e que isso gera concentrações nos trânsitos internos do blog, causando desequilíbrios num espaço cujo plano e desenhos originais tinham a intenção de serem equitativos. Da mesma maneira, há claros sinais de concentração em torno de questões de vinculação político-programática, onde fica evidente – tal como ocorreu no ‘Caso Feminazi’ - a considerável homogeneidade ideológica da comunidade participante, além de elementos inequívocos de entrincheiramento em suas relações com grupos que lhe são exteriores.

Nesse sentido, o blog funciona enquanto um ‘endereço’, dentro da internet, onde se encontram ações discursivas alinhadas ou veiculadas *por alguém*, seja indivíduo ou grupo, com suas concepções e valores, que exerce sobre e dentro desse espaços diferentes formas de controle e demarcação identitárias. O blog cria um espaço de fisionomia e individualidade próprias, e vai assim se organizando mediante a participação colaborativa de uma comunidade. Comunidade debatedora e às vezes divergente do possuidor originário do blog, mas de fundamental importância para sua existência: um blog que não consegue formar uma comunidade, geralmente desaparece ou fica estagnado.

Ora, foram também percebidas tendências contrárias ao entrincheiramento, à segmentação e à ‘paroquialização’. Pois mesmo que estas existem e devem ser levada em conta dentro de um blog – seja pelo peso editorial de seu mantenedor, seja pelo alinhamento ideológico de seus participantes – o blog também cria em seu interior, bem como no seu entorno, relações que poderiam ser chamadas de ‘discursivamente abertas’. Relações onde sua comunidade se vê inserida em relações de argumentação, onde podem ocorrer deslocamentos de significado e evoluções de debates. Nesses momentos, o Blog intercepta ou se põe em relação a fluxos comunicacionais dos ambientes que a circunda, mostrando assim a faculdade de poder *se inserir dentro de “circuitos”*,²³⁷ estando assim efetivamente inserido em processos comunicativos. E observe-se, de passagem, que um blog, ao concatenar diversas posições argumentativas, muitas vezes discordantes, em torno de eixos temáticos e temporais, não precisa – ou não deveria – dar uma ‘resolução’ a essas divergências, impondo a elas uma posição dominante, antes se estabelecendo como um espaço onde elas possam ser expressas. Dentro dessa perspectiva, os processos discursivos dos blogs revelam aspectos de sua real potencialidade como espaços de debates dinâmicos e normativamente organizados.

²³⁷ BRAGA, J.L. A Política dos Internautas é Produzir Circuitos, cópia do autor.

5 OS DISPOSITIVOS LADO A LADO

Analisados, então, os dispositivos do presente trabalho, quais seriam as derivações mais abstratas que poderiam ser feitas mediante a justaposição dos dois casos? Antes de responder a essa questão, é importante se fazer, mais uma vez, a ressalva de que o presente trabalho não teve como objetivo principal submeter dois casos díspares a um ‘molde único’ de análise, sendo que todo gesto de unificação deve ser visto dentro de seus devidos limites. O propósito da investigação foi antes investigar os diferentes movimentos comunicacionais dos dois casos enquanto fenômenos singulares que, para serem compreendidos de forma mais nuançada, precisaram acionar diferentes modelos de análise empírica e diferentes repertórios teóricos. Uma vez feita esta ressalva, pode-se mesmo assim tentar alguns movimentos de abstração, cuja pertinência vem da possibilidade de lançarem luz sobre a lógica dos processos comunicacionais como um todo. E vê-se que emerge, então, algumas percepções do que seria, talvez, um ‘modelo de funcionamento’ desses processos, vistos enquanto configurações comunicacionais.

Tanto num caso quanto no outro, percebeu-se que os fenômenos do ciberespaço que foram analisados existem fundamentalmente como manifestações de interferência, de interposição, deslocamento, disputa ou parceria *sobre, ou a partir de* formatos comunicacionais ou processos de circulação já existentes. Percebeu-se mecanismos de “*inscrição*”²³⁸ dentro desses roteiros comunicacionais já estabelecidos, e o que poderia ser caracterizado como a ‘participação tensa’ dentro, ou em torno, daquelas dinâmicas; o que por sua vez deu origem a roteiros e malhas de significação próprios e autônomas. Tanto no caso do Wikileaks quanto no Blog de Luis Nassif, percebe-se, por exemplo, como sua ação estabelece interfaces com as práticas e a produção jornalística. O Wikileaks tenta ativamente interferir na autonomia e, sobretudo, nas prerrogativas de certas funções – tais como o agendamento – dos meios de comunicação tradicionais, afetando e perturbando os processos internos de importantes jornais de circulação internacional. Isso, no intuito de implementar sua agenda política e suas ações programáticas. No caso do Blog de Luis Nassif, observou-se que muitas de suas funções, e a própria criação da comunidade participante do blog, se movimentam no sentido da edição e resposta crítica à produção dos meios de comunicação tradicionais, ou em relação a organização de conteúdos espalhados na internet. Ora, em ambos os casos, essas atividades, fundamentais para o Wikileaks e o Blog, são possíveis apenas mediante a existência prévia das estruturas estabelecidas de criação noticiosa ou geração de conteúdos, dentro

²³⁸ Idem.

de seus formatos convencionais, tal como era organizados *antes* da internet e do surgimento do próprio Wikileaks e dos blogs.

Nos casos abordados, portanto, pôde-se comprovar o estabelecimento de “tencionamentos” e configuração de “circuitos”²³⁹, ou seja, de relações comunicacionais, na forma do que poderia ser chamado de ‘jogos de acionamento’, por parte de diferentes atores, do potencial comunicativo um dos outros. Nos casos do Wikileaks e do Blog do Luis Nassif, tem-se de um lado as instituições tradicionais da comunicação e da política, do outro os movimentos e configurações do ciberespaço. Percebeu-se como estes lançam e desenvolvem suas ações a partir do quadro de relações comunicacionais estabelecidas – por exemplo, a centralidade que os órgãos de notícia tradicionais ocupam dentro da esfera pública contemporânea – passando daí tentativamente a desenvolver suas próprias estratégias. Estas estratégias, no entanto, e ao menos no estágio em que se encontravam na época da investigação, não podem ser pensadas sem o ‘contraponto’ com o quadro de relações convencional. Trocando em miúdos: não há como pensar a história do Wikileaks sem os jornais e instituições jornalísticas com os quais se firmaram parcerias e disputas, nem o Blog do Luis Nassif sem os conteúdos que sua comunidade processa, edita e comenta e que em sua maior parte é originária, ou ao menos passa em algum momento, pelos meios de comunicação tradicionais.

Se, então, os fenômenos do ciberespaço, abordados no presente trabalho, forem entendidos enquanto dispositivos engendram e estabelecem relações comunicacionais a partir de configurações já existentes, pode-se de constatar, dentro dos processos observados, o acionamento e a transformação de certas funcionalidades daquelas instituições tradicionais, sendo que tais processos evoluem muitas vezes de forma imprevista e contrária aos seus desígnios e propósitos originários. No caso do Wikileaks, nota-se que a política institucional, os meios diplomáticos e militares acabam sendo obrigados a formular respostas sobre temas e aspectos que originariamente não deveriam ser divulgados ou veiculados em processos abertos ou submetidos aos olhares do grande público. Da mesma forma, o Blog de Luís Nassif, funciona como uma instância organizada de crítica e contraponto às mídias convencionais fora dos esquemas tradicionais de retorno e recepção crítica, tais como eram organizados nos meios de comunicação convencionais. Ou seja, os dois casos abordados podem ser percebidos como novos ‘mecanismos de engendramento de respostas’, gerando ações comunicacionais em lugares, instituições e funções sociais cujas

²³⁹ BRAGA, J.L: A Política dos Internautas é Produzir Circuitos, cópia do autor.

primeiras características não eram ‘de comunicação’, ou parte de suas estratégias de comunicação originárias. Afinal, um documento diplomático sigiloso não tem a finalidade de ser exposto a olhar público, sendo que a ação do Wikileaks é exatamente nesse sentido. Da mesma maneira, os conteúdos produzidos pelos órgãos de imprensa tradicionais, bem como os que são encontrados em diferentes fontes da internet, são editados, debatidos e recontextualizados dentro de um blog como o do Luis Nassif, em formatos e segundo dinâmicas de apropriação imprevistas e, muitas vezes, contrárias aos desígnios de suas configurações originais.

O que se pode abstrair desses conflitos de agendas, dentro de uma problemática comunicacional, é que os diferentes processos, entendido como dispositivos interacionais, são ‘mecanismos de acionamento’ das funcionalidades comunicacionais de atores, instituições e sistemas com os quais ele entra em contato, inserindo-os em novos circuitos comunicacionais, transformando-os, ao menos em parte, segundo suas próprias lógicas.

Baseado nessa constatação pode-se fazer ainda algumas outras extrações teóricas sobre os elementos conceituais de um dispositivo interacional. Mesmo respeitando o caráter fortemente singular de cada dispositivo, o que não torna produtivo, nem possível, se estender generalizações a seu respeito indefinidamente, serão identificados ao menos alguns de seus aspectos gerais. A primeira e talvez mais importante questão à qual se possa tentar responder é se seria correto falar de um ‘núcleo’, ‘base’ ou ‘origem’ para um dispositivo interacional. E formulado em termos específicos, nos casos abordados: poderia se dizer que a ‘origem’ ou ‘causa’ do Blog de Luis Nassif sejam os elementos dos meios de comunicação, ou conteúdos encontrados na internet, sobre os quais a sua comunidade se desenvolve? E no caso do Wikileaks, o seu ‘núcleo’ seriam os documentos e conteúdos sigilosos publicados pela organização?

A solução aqui proposta, baseada nas observações dos casos, é que, mesmo que se deva evitar formular a questão em termos de casualidade ou predefinição, ao menos pode-se falar em certos “elementos originários”, “situações de origem” ou “eventos desencadeantes” dos processos comunicacionais estudados. A partir deles, é que surgirão as configurações específicas dos diferentes processos de interação, que, junto com seus desdobramentos, constituirão a singularidade dos casos, organizados como dispositivos e circuitos comunicacionais. E parece ser fundamental, na constituição desses processos, a presença de um ou vários elementos de heterogeneidade, ou alteridade, em relação aos quais os processos comunicacionais dos dispositivos se organizarão.

O dispositivo constitui-se, portanto, como emergência de uma configuração de circuitos composto de fenômenos diversos, que ações determinadas transformam em lógicas de comunicação. Colocado de outra maneira, e tirando-se o caráter subjetivista da expressão ‘dispositivo’, como se tratasse de um sujeito: quando se fala em dispositivo não está se falando de uma ‘coisa’, mas da configuração comunicacional de diferentes coisas e processos. O dispositivo seria *o aspecto comunicacional* de coisas e processos díspares, colocados numa mesma relação de significação. E esse aspecto comunicacional é uma dimensão de diferentes lógicas de circulação simbólica. Ou seja, ela é feita por deslocamentos, contradições e transformações no plano dos significados. O vetor dessas ações não é necessariamente dual, no sentido de que fosse uma relação linear entre um emissor e um receptor. Mas é um “fluxo sempre adiante”²⁴⁰, que joga um significado transformado dentro de uma nova circulação. Ressalta-se, ainda, que o fator desencadeante, ‘extra-comunicacional’, do dispositivo não poderia jamais ser confundido com sua pretensa ‘essência’ ou ‘verdade’ do que seria esse dispositivo. A sua análise não pode, tampouco, ser uma busca de um ‘conteúdo’ para o mesmo. Um dispositivo interacional não pode ser *reduzido* à sua origem, visto que sua significação efetiva só virá *a partir* de seus desdobramentos comunicacionais, constantemente cambiantes.

Investigar o ‘como’ e os “porquês” dessa transformação do extra-comunicacional em comunicacional, o modo, a dinâmica, os meios pelos quais um dispositivo transforma algo não aprioristicamente comunicacional em atos e ações comunicacionais é o que lhe dá suas características singulares. É por isso que, ao se falar em dispositivo no sentido ‘geral’, só se está falando de sua parte conceitual e menos importante. A parte importante de cada dispositivo é aquilo que ele faz de específico, de singular. É essa parte que precisa ser investigada empiricamente e que pode ser debatida, discutida e recolocada.

²⁴⁰ Idem.

CONCLUSÃO

O presente trabalho foi concebido, inicialmente, como um percurso exploratório diante da curiosidade sobre instigantes fenômenos do ciberespaço. Percebeu-se, logo de saída, que ante a enorme multiplicidade, diversidade e extrema velocidade de mudança desses fenômenos, seria difícil enquadrá-los segundo um mesmo padrão teórico ou uma mesma maneira de análise empírica. Em face disso, a estratégia escolhida foi de propositalmente abdicar desse caminho, apostando-se que, além dessa tarefa ser ingrata do ponto de vista metodológico, correr-se-ia o risco de empobrecer, de saída, as muitas possibilidades de investigação que tais fenômenos apresentam.

Foi por isso que, ao se lançar os arcabouços teóricos do projeto, escolheu-se não fazer uma teorização ampla sobre a internet enquanto tal, pois que se levada a sério, poderia ocupar praticamente o projeto inteiro. E os resultados seriam mesmo assim incertos, pois embora ocupe hoje um lugar central em praticamente todos os aspectos da vida moderna, as teorizações sobre a Internet ainda estão dispersas por uma infinidade de expressões intelectuais, espalhadas tanto por ambientes formais – tais como a academia – quanto em diferentes graus de informalidade. Os aspectos teóricos de saída sobre a internet foram portanto os mais breves possíveis, apontando-se antes a existência de diferentes inclinações e expectativas em relação ao seu potencial de emancipação, ou de tolhimento, para a cidadania. O otimismo exagerado ou um declarado pessimismo em relação aos fenômenos da internet, enquanto portadores de valores e condições sustentáveis para práticas democráticas, são hoje duas vertentes muito fortes nos debates acerca delas.

Dentro dessa percepção inicial, foram escolhidas como o principal eixo conceitual do projeto, as noções ligadas à tradição de debates sobre a esfera pública, a partir do qual se divisaria as problemáticas específicas dos casos escolhidos para análise. Mas aqui, tampouco, o eixo em torno da esfera pública não foi desenvolvido de forma apriorística, teórica ou de forma muito extensa, num típica discussão que usualmente acompanha a temática da esfera pública, que são as considerações acerca de suas fundamentações conceituais. Reconhece-se que por seu tamanho, complexidade e dificuldade de precisão, a esfera pública é inegavelmente um assunto que pende ao teórico, devendo ser discutido em abstrato, a partir das intuições sobre a evolução de quadros sociais mais amplos. No entanto, algumas de suas feições particulares, podem servir como ponto de partida para problematizações de diferentes fenômenos observados nos palcos sociais. Foi assim

que certos aspectos da *acessibilidade* da esfera pública, bem como de sua *discursividade*, foram escolhidos com bases teóricas para a abordagem dos casos singulares a serem investigados. E não se lançou mão desses recursos teóricos dentro de uma pretensa conferência entre ‘regra e caso’, mas de tensionamentos mútuos entre elementos de uma tradição crítica e a aposta de que a realidade social, ligada aos novos fenômenos do ciberespaço, está fazendo surgir um rol de novas perguntas, passíveis de serem discutidas tanto em função de conceituações estabelecidas pela tradição quanto de novas dinâmicas. Assim sendo, entre os muitos fenômenos observados inicialmente, acabou-se por escolher dois casos, que aqui foram examinados em maior detalhe.

O site/movimento/organização noticiosa Wikileaks foi escolhido para ser problematizado em relação aos aspectos de acessibilidade da esfera pública, enquanto o blog político do jornalista Luis Nassif foi analisado dentro de uma problemática ligada à discursividade dos espaços públicos de debate. Evidentemente, tais vieses de análise para os dois objetos não devem ser tomados como parâmetros exclusivos ou absolutos. O caso que foi problematizado segundo a acessibilidade, possui também dimensões discursivas, da mesma maneira que o caso escolhido para problematizar a discursividade poderia ser analisado também enquanto suas expressões de acessibilidade. Não se pretende ter estabelecido, portanto, categorias absolutas e esgotantes de análise. Mesmo assim, pareceu pertinente avaliá-los cada qual uma dimensão conceitual diferente da esfera pública pelas feições, características e dinâmicas particulares que eles apresentaram desde o contato inicial de seus aspectos observáveis. E de acordo com tais aspectos, escolheu-se também dois caminhos distintos para a aproximação dos detalhes de suas problemáticas, visto que o desenvolvimento das perguntas formuladas em relação a cada caso exigia a mobilização de repertórios de ferramentas teóricas próprias.

Foi assim que diante do horizonte de acessibilidade, o caso Wikileaks, foi aproximado, sobretudo, segundo suas relações dentro de uma dialética de ‘abertura *versus* controle’ dos espaços de opinião e comunicação modernos. Entre um polo, ideal, de uma total abertura da esfera pública para os fluxos de informação, opiniões e debates nos palcos sociais, e o polo antagônico do que seria sua total restrição, devido a constrangimentos de poder, econômicos ou de outras ordens, a modernidade viu emergir um constante pêndulo, momentaneamente definido por fatores histórico, culturais e sociais no sentido mais amplo. Dentro dessa história, o campo jornalístico, ao menos nas sociedades ocidentais democráticas, representa uma configuração bastante palpável de percepção de

tal dialética. Com suas práticas e instituições, o jornalismo é tanto um ambiente formado por determinantes corporativos e práticas restritas, escondidas do olhar público, quanto é também uma plataforma que permite a abertura e circulação de opiniões e debates relativamente livres dentro e a partir de espaços sociais diversos.

Dentro dessa conjuntura, o Wikileaks entra como um fator novo, de intromissão, num quadro já estabelecido de atores e dinâmicas. Por isso, escolheu-se discuti-lo em relação às diferentes formulações das teorias sobre o *agendamento*, particularmente seus aspectos midiáticos, problematizando-se sobre as prerrogativas do campo jornalístico sobre os processos de criação e circulação noticiosa. Foram exploradas diferentes dinâmicas onde se constatou haver disputas e estratégias divergentes, por parte do Wikileaks, em relação à organização do campo jornalístico, na figura de importantes órgãos de imprensa internacionais.

Já no caso do Blog do Luis Nassif, houve uma aproximação de características diferentes. Já que a escolha inicial era a da investigação dos elementos discursivos dos blogs, entendeu-se que era necessário fazer antes um esclarecimento conceitual sobre a noção de *discurso*, diferenciando duas vertentes distintas. Uma, de origem foucaultiana, percebe o discurso como uma matriz inescapável, de derivações *estruturais*, no sentido de esconder relações de poder, em relação às quais seus participantes não podem se abstrair. A outra concepção de discurso, que foi a preferida pelo presente projeto, é de concepção pragmática, onde discurso assume feições mais argumentativas, ou agônicas, sendo portanto passível de ser percebido enquanto uma configuração de interações normativamente estabelecidas. Ou seja, discurso é um conjunto de regras que há qualquer momento podem ser debatidas – poder-se-ia dizer ‘democraticamente’ – por seus usuários. Nesse sentido, um blog, ou alguns de seus processos, poderia ser analisado de acordo com os processos argumentativos que surgem e se desenvolvem dentro dele, bem como em relação à possibilidade de uma maior ou menor percepção, dentro dessas trocas argumentativas, de sua normatividade. Ou seja, dentro de um blog é possível, e isso foi constatado, que seus participantes desenvolvam diferentes percepções autocríticas e reflexivas sobre suas próprias práticas.

Ora, se o projeto partiu desses dois eixos distintos da esfera pública e examinou dois fenômenos diferentes, segundo ferramentas e metodologias pertinentes a cada caso, apostou-se que um possível gesto garantidor de unidade para o projeto seria a de se buscar perceber as formas pelas quais os casos abordados se desenvolveriam enquanto movimentos comunicacionais. Para tal, foi

escolhido um eixo investigativo dentro dos estudos contemporâneos de comunicação em torno dos dispositivos interacionais. E da mesma maneira que os conceitos da esfera pública foram usados como pontos de partida, as ferramentas heurísticas provindas dos estudos sobre os dispositivos não funcionam no sentido de assegurar ‘malhas predefinidas’ de aprisionamento de seus objetos de investigação. Diante de cada caso abordado, buscou-se antes percebê-los enquanto situações de movimentos comunicacionais singulares, de apropriação e deslocamento de sentido dentro de contextos específicos, inscrevendo-se dentro de lógicas de circulação compostas por elementos característicos próprios.

Assim, ampliou-se a ótica de enfoque de cada caso, percebendo como eles causavam ressonâncias e respostas sociais que atravessavam as fronteiras de âmbitos ou campos particulares. No caso do Wikileaks, pode se perceber como o caso não era apenas uma questão restrita ao jornalismo, mas como o fenômeno causou inúmeras e fortes reações em campos diversos, tais como o diplomático, o militar e o sistema político institucional. Além disso, o enquadramento jurídico do caso se mostrou incerto, havendo uma série incertezas e contradições nos países e ambientes sociais afetados, ao longo de todo o desenvolvimento do caso. Diferentes tentativas de enquadramento legal e proscrição do Wikileaks, bem como ações institucionais de cerceamento econômico-financeiros, chocavam-se com movimentos espontâneos de resistência civil no ciberespaço, bem como moções formais de apoio e premiação, por parte de outras tantas instituições. Ou seja, ficou evidente o ‘desarranjo simbólico’ causado em diversos locais sociais, ao reagirem diante da emergência do Wikileaks. Essas movimentações e reações podem ser caracterizadas de respostas comunicacionais.

No caso do Blog do Luis Nassif, ficou claro que seus movimentos internos, apreendidos enquanto manifestações discursivas criam relações de comunidade, são demarcadoras de um endereço e delineadores de um território, ou ambiente, dentro da internet para um grupo identitário, cujos valores políticos e culturais compartilhados podem se expressar, tanto dentro dos espaços do blog, quanto em relação ao seu entorno. No conjunto de polêmicas, ali ocorrido, que foi batizado de o ‘Caso Feminazi’, constatou-se que tal demarcação identitária se inscreve em contextos de debates e jogos argumentativos também com comunidades próximas, de opiniões parecidas, mas às vezes divergentes. Nos debates e embates entre esses diferentes grupos, pode-se perceber como os usuários dos espaços do blog desenvolviam percepções próprias, autocríticas ou, como foram

chamados, ‘meta-críticos’, por se indagarem a normatividade dos debates nos quais eles estavam envolvidos. Ou seja, mais do que posições contrárias ou a favor do mantenedor dos blogs, alguns de seus usuários expressavam também preocupações pelas boas normas dos debates, mostrando que os blogs podem funcionar como espaços discursivos autorreflexivos, dentro de dinâmicas efetivamente comunicacionais.

Finalmente, após o detalhamento dos dois casos, foi possível extrair algumas breves noções sobre a lógica dos dispositivos interacionais enquanto tal. Ao menos em relação aos fenômenos estudados, notou-se que, enquanto dispositivos, eles operam segundo uma lógica de apropriação em cima de processos já existentes, transformando parte de seus elementos, funcionalidades e aspectos constitutivos. Os casos abordados amoldam-se, mas também interferem, provocando respostas e contrarreações. Os dispositivos não existem, portanto, de forma isolada, ou enquanto fenômenos ‘integrais’, mas emergem em meio a processos anteriores, agindo sobre ordens e processualidades as mais variadas, engendrando novos circuitos e problemáticas.

Eis, em termos gerais, o percurso trilhado pelo presente projeto. Talvez o maior ensinamento que ele deixou foi a necessária cautela com que se deve encarar o potencial emancipatório das novas ferramentas e ambientes do ciberespaço para a cidadania. Baseando-se nos estudos realizados, é permitido se reconhecer que esse potencial existe. Fenômenos como o Wikileaks e os blogs de discussão política trazem novas feições para os processos de conformação da esfera pública. Pode-se concluir que eles estão se firmando como partes das configurações, ou feições, da esfera pública contemporânea. Pode-se também inferir que, diante deles, há novos elementos nas lógicas da esfera pública, alguns dos quais positivos para a cidadania. Diferentes aspectos do agendamento midiático, e portanto do acesso à esfera pública, se modificam com fenômenos como o Wikileaks. Da mesma forma, os blogs políticos podem ser considerados, ao menos em parte, como espaços efetivos de interação discursiva e debates para cidadãos interessados em questões relevantes para a coletividade.

Mas se os exageradamente otimistas em relação ao potencial libertário da internet, ou ao menos aqueles que advogam uma radical ruptura na lógica de seus processos, se comparados às estruturas tradicionais de comunicação e circulação, se estes esses otimistas afirmam que ‘tudo mudou’, as investigações do presente trabalho chegaram a constatações diferentes e menos exaltadas. Por mais que tenham a pretensão de autonomia e por mais que os novos fenômenos

disputam espaços e atribuições em relação a estruturas convencionais, os casos abordados não poderiam ser pensados sem a sua relação tensa com aquele universo dentro de relações sociais – e comunicacionais – dentro dos quais eles emergem. Inscrevendo-se em órbitas já existentes, alterando suas lógicas, mas funcionando mesmo assim em dinâmicas de relação com elas, elas são antes a confirmação de que os possíveis avanços, dentro dos processos sociais, se dão de forma complexa, contraditória e, muitas vezes, imprevista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

ABNT_____. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

ABNT_____. **NBR 6024**: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003a.

ABNT_____. **NBR 6027**: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

ABNT_____. **NBR 6028**: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003c.

ABNT_____. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AMADEU DA SILVEIRA, S. **O Fenômeno Wikileaks e as Redes de Poder**, in **Contemporânea – Revista de Comunicação e Política**, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BENKLER, Yochai: **The Wealth of Networks**, Yale, Yale University Press, 2006.

BOHMAN, James: **Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy**, in CROSSLEY, Nick & ROBERTS, John M. (orgs.): *After Habermas, New Perspectives on the Public Sphere*, Oxford, Blackwell Publishing, Oxford, 2004.

BOYD, Danah. & ELLISON Nicole. **Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship**, in **Journal of Computed-Mediated Communication**, v.13, n.1. p. 210-230, 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

BRAGA, José L. *A Sociedade Enfrenta Sua Mídia*, São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Circuitos versus Campos**, texto não publicado (12/2011), cópia do autor.

_____. **Dispositivos Interacionais**, apresentando na XX Compós, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/68580483/dispositivos-interacionais-braga>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **Mediatização como processo interacional de referência**, in XV Encontro da Compós, Bauru, 2006. Disponível em:

<<http://www.compos.org.br/pagina.php?&menu=9&mmenu=&show=21>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **A Política dos Internautas é Produzir Circuitos**, texto não publicado, cópia do autor, 12/2011.

_____. **Qual a teoria – qual o problema: a visada comunicacional implicada nos dispositivos interacionais**, Texto apresentado no III Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação, promovido pelas Universidades UNISINOS, UFG e UFJF, outubro de 2011

CHRISTENSEN, Christian. **Wikileaks: Losing Suburbia**. Disponível em: <<http://mondediplo.com/blogs/wikileaks-losing-suburbia>>. Acesso em 20 jan. 2012.

CHRISTOFOLETT, Rogério & OLIVEIRA, Cândida de. **Jornalismo Pós-Wikileaks: Deontologia em Tempos de Vazamentos Globais de Informação**, p. 234. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5072>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CUKIER, Wendy; BAUER, Robert; MIDDLETON, Catherine. **Applying Habermas' Validity Claims as a Standar for Critical Discourse Analysis**, in IFIP International Federation for Information Processing, 2004, v. 143/2004.

CURRAN, James: **Rethinking the media as a public sphere**, in DAHLGREN, Peter & SPARKS, Colin (orgs): **Communication and Citizenship: Journalism and the Public Sphere, London & New York, Routledge**, 2005.

DELEUZ, Giles & GUATARRI, Félix: **Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia**, São Paulo: 34, 2000.

FARIS, Michael J.. **The Public and its Problems**. Disponível em: <<http://michaeljfaris.com/blog/2010/12/dewey-19271954-the-public-and-its-problems/>>. Acesso em: 08 out. 2011.

FERREIRA, Jairo G. **Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação**, in Revista E-Compós, v. 10 (2007).

_____. **Os labirintos sobrepostos: uma hipótese sobre o método na pesquisa empírica**, cópia do autor. E-mail: jferreira@unisinobrasil.br.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *Dits et Ecrits III*, DEFERT & EWALD (orgs.), Paris, Gallimard, 1994.

FREEMAN, L.C. *The Development of Social Network Analysis*. Vancouver, Empirical Press, 2004.

FUCHS, Christian. *Internet and Society: Social Theory in the Information Age*, New York, Routledge, 2006.

GALLOWAY, Alexander. *Protocol: How Control Exists after Decentralization*, Cambridge, The MIT Press, 2004.

GEIGER, R. Stuart: **Does Habermas Understand the Internet? The Algorithmic Construction of the Blog/Public Sphere**, in *Gnovis: Georgetown University's Journal of Communication, Culture & Technology*, v. 10, Issue 10.1, Fall 2009. Disponível em: <<http://gnovisjournal.org/journal/does-habermas-understand-internet-algorithmic-construction-blogpublic-sphere>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

GITLIN, Todd.: **Public sphere or public sphericules?** In LIEBES, T and CURRAN, J. (orgs.): **Media, Ritual, and Identity**. London, 1998, Routledge.

GOMES, Wilson. **Esfera Pública Política e *Media*: com Habermas, contra Habermas, in Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos**, RUBIN, BENTZ & PINTO (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**, São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política**. In Maia, Rousiley & Spínola, Maria C.P.S. (orgs.): **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. **Da Discussão à Visibilidade**, in GOMES & MAIA: **Comunicação e Democracia, Problemas e Perspectivas**, São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. et alii: **Politics 2.0, A Campanha de Barack Obama em 2008**, In. *Revista Sociologia Política*, v. 17, n. 34, p. 29-43, Curitiba: 2009.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Theory of Communicative Action**, Cambridge, Polity Press, 1987.

_____. *Theory of Communicative Action*, v. II, p. 322, Boston, 1987, Beacon Press.

_____. **Comunicação Política na Sociedade Mediática**, in **Líbero: Revista do P. de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero**, ano XI, n. 21, Junho de 2008.

KELLNER, David: **Habermas, the Public Sphere, and Democracy: A Critical Intervention**, p. 17. Disponível em: <<http://migre.me/5SLet>>. Acesso em: 10 out. 2011.

KESSLER, Frank.: **Notes on Dispositif**. Disponível em: <<http://www.let.uu.nl/~Frank.Kessler/personal/notes%20on%20dispositif.PDF>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

LATOUR, Bruno.: **Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actornetwork Theorist**. Disponível em: <<http://migre.me/6i6XP> ou em <http://www.bruno-latour.fr/>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

LESSIG, Lawrence: **Code 2.0**, New York, Basic Books, 2006.

LIEBES, T and CURRAN, J. : **The Intellectual Legacy of Elihu Katz**, in LIEBES, T and CURRAN, J.(orgs.): **Media, Ritual, and Identity**. London, 1998.

MAGALHÃES, Fernanda: **Blog: Jornalismo Independente**. Disponível em: <<http://issuu.com/nandamaga/docs/jornalismoindependente>>. Acesso em: 13 out. 2011.

MAIA, Rousiley: **Mídia e Vida Pública, Modos de Abordagem**, In Maia, Rousiley & Spínola, Maria C.P.S. (orgs.): **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARTINS, Allyson Viana: **Blogs, Blogueiros, Blogosfera. Uma Caracterização dos Blogs e dos seus Interagentes**, comunicado em **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Teresina – 14 a 16 de maio de 2009.

McKEE, Alan.: **The Public Sphere, an Introduction**, New York, Cambridge University Press, 2005.

MOROZOV, Evgeny. **The Net Delusion, the dark side of Internet freedom**, Philadelphia, Ed. Public Affairs, 2011.

MYERS, Greg. **Discourse of Blogs and Wikis**, London, Continuum Publishing, 2010.

RABELO, Leon. & SOUSA, Marcelo I.: **Práticas jornalísticas e a Internet: o fim da Intermediação?** Anais do 9º Encontro da SPBJor, Rio de Janeiro, Novembro de 2011.

ROBERTS, Alasdair: **Wikileaks: the Ilusion of Transparency.** Disponível em: <<http://ras.sagepub.com/content/78/1/116.abstract>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

RUBIM, Antonio A. C.: **Comunicação e Política**, São Paulo: Hacker Editora, 2000.

SAAD CORRÊA, Elisabeth: **Apontamentos Sobre o Jornalismo Extra-Muros do Wikileaks.** Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SAUSSURE, Fernand: **Curso de Linguística Geral**, São Paulo: Cultrix, 2006.

SCOLARI, Carlos: **Hipermediaciones : elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva**, Barcelona, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse: **Redes Sociais na Sociedade de Informação**, In Maia, Rousiley & Spínola, Maria C.P.S. (orgs.): **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SHIRKY, Clay. **Here comes Everybody, The Power of Organizing without Organizations**, New York, Penguin Press, 2008.

SIGNATES, Luiz.: **A Sombra e o Averso da Luz, Habermas e a Comunicação Social**, Goiânia, Editora Kelps, 2009.

_____. **Da Exogenia aos Dispositivos: Roteiro para uma teorização autônoma da comunicação**, Trabalho apresentado no GT Epistemologias da Comunicação do XXI Encontro da Compós.

SIMÕES, Cassiano. F: **Esfera Pública Política: em busca da naturalização de um operador conceitual**, in **Diálogos Possíveis** (Revista da Faculdade Social da Bahia), ano 4, n. 2, Salvador: FSBA, 2004.

STAHL, B.C: **Whose Discourse? A Comparison of the Foucauldian and Habermasian Concepts of Discourse in Critical IS Research in Proceedings of the Tenth Americas Conference on Information Systems**, New York, August 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, v. 1, Florianópolis: Insular, 2005.

THOMPSON, John. B. **A Mídia e a Modernidade, Uma teoria Social da Mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VEYNE, Paul. **Foucault, seu Pensamento, sua Pessoa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WOLF, Mauro: **Teoria das Comunicações de Massa**, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Page One – Inside The New York Times. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt1787777/>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

Wikirebels – The Documentary. Disponível em:

<<http://onlinejournalismblog.com/2010/12/12/wikileaks-the-documentary/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

Entrevista de David Leigh ao Globo News de 17/05/2011. Disponível em:

<<http://migre.me/5Q0oH>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://migre.me/5GXzb>. Acesso em: 12 set. 2011 - “Global Hipermedia Public Sphere”, em palestra no dia 02/09/2011. Pierre Lévy discute a aprendizagem das redes digitais no Ciclo USP 2.0”,

Entrevista com E. Morozov. Disponível em:

<<http://www.journalismfestival.com/news/evgenymorozov-openness-always-good-control-bad-crazy/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

@ShababLibya , twitado em 30/11/2011, às 14:00, (horário de Brasília).

Entrevista com J. L. Cebrián. Disponível em: <<http://migre.me/5N0Lt>>. Acesso em: 26 set. 2011.

www.wikileaks.org>. Acesso em: 28 set. 2011.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikileaks>>. Acesso em: 28 set. 2011.

O vídeo “Collateral Murder”. Disponível em: <<http://collateralmurder.com/>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

<http://wikileaks.ch/gitmo/#>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

<http://wikileaks.org/irq>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

<http://wikileaks.org/cablegate.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

www.openleaks.org consultado>. Acesso em: 10 jan. 2012.

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/869451-fundador-do-wikileaks-rompe-com-o-jornal-britanico-guardian.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

<http://www.nytimes.com/2011/11/06/sunday-review/is-the-wikileaks-movement-fading.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

<http://wikileaks.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

<http://wikileaks.org/the-gifiles.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

<http://noticias.terra.com.br/mundo/fotos/0,,OI141205-EI294,00-Wikileaks+foi+capa+dos+principais+jornais+do+mundo+veja+fotos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Pentagon_Papers>. Acesso em: 10 nov. 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Afghan_War_Logs>. Acesso em: 10 nov. 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Iraq_War_Logs>. Acesso em: 10 nov. 2011.

<http://en.wikipedia.org/wiki/Cablegate>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

<http://www.takepart.com/pageone> e <http://www.imdb.com/title/tt1787777/www.participantmedia.com>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

<http://wikileaks.org/irq/>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Iraq_War_documents_leak>. Acesso em: 09 dez. 2011.

<http://wikileaks.org/afg/>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

<https://github.com/search?q=wikileaks&type=Repositories&x=0&y=0>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

<http://wlcentral.org/cablegate>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4831926-EI12884,00-Quase+sites+pelo+mundo+ja+hospedam+copias+do+WikiLeaks.html>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

http://infosthetics.com/archives/2010/11/wikileaks_us_embassy_cables_the_visualizations.html>. Acesso em: ?

http://infosthetics.com/archives/2010/11/wikileaks_us_embassy_cables_the_visualizations.html>. Acesso em: 02 out. 2011.

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4841857-EI12884,00-Google+Earth+cria+mapa+mundial+de+espelhos+do+WikiLeaks.html>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Bruce_Headlam>. Acesso em: 20 fev. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Pentagon_papers>. Acesso em: 20 fev. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Bill_Keller>. Acesso em: 20 fev. 2012.

<http://www.guardian.co.uk/world/blog/2010/dec/03/julian-assange-wikileaks> consultado em 20/01/2012

<http://www.snorrevalen.no/2011/02/02/why-i-have-nominated-wikileaks-for-the-nobel-peace-prize/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

<http://www.20minutos.es/noticia/1014252/0/>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

<http://wsws.org/articles/2011/nov2011/assa-n30.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

<http://www.guardian.co.uk/media/datablog/2011/may/25/guardian-newspaper-awards-two-prizes>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

<http://www.stinkyjournalism.org/editordetail.php?id=1018>>. Acesso em: 25 set. 2011.

<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703989004575653280626335258.html>>. Acesso em: 25 set. 2011.

<http://www.stinkyjournalism.org/editordetail.php?id=1024>>. Acesso em: 25 set. 2011.

<http://www.guardian.co.uk/media/2010/nov/26/wikileaks-documents-downing-street-editors>>. Acesso em: 25 set. 2011.

<http://www.independent.co.uk/news/world/politics/wikileaks-hit-by-new-online-onslaught-2151570.html> consultado em 01/03/2012

<http://www.washingtontimes.com/news/2010/dec/3/wikileaks-fights-stay-online-amid-attacks/?page=all>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

<http://www.guardian.co.uk/media/2010/dec/14/wikileaks-julian-assange-protect-from-attack>>. Acesso em: 04 out.2011.

<http://www.independent.co.uk/news/world/politics/wikileaks-hit-by-new-online-onslaught-2151570.html>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/United_States_Cyber_Command>. Acesso em: 01 mar. 2012.

http://articles.cnn.com/2010-12-03/politics/wikileaks.takedown_1_julian-assange-wikileaks-cyber-command?_s=PM:POLITICS>. Acesso em: 01 mar. 2012.

<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-11966193>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Electronic_Disturbance_Theater>. Acesso em: 04 out. 2011.

http://www.slais.ubc.ca/courses/libr500/05-06-wt1/www/A_McCauley/Cy_or_hack.htm>. Acesso em: 04 out. 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe>. Acesso em: 03 mar. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Stop_online_piracy_act>. Acesso em: 19 jan. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/PROTECT_IP_Act>. Acesso em: 19 jan. 2012.

<http://eotmblog.com/2012/01/protests-against-sopa-pipa-go-viral/>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

<http://www.gamepolitics.com/2011/12/22/who-supports-sopa-special-interests>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

<https://www.cdt.org/report/list-organizations-and-individuals-opposing-sopa>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/PROTECT_IP_Act>. Acesso em: 03 mar. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Stop_Online_Piracy_Act>. Acesso em: 03 mar. 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Ddos#Distributed_attack>. Acesso em: 04 out. 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Electronic_civil_disobedience>. Acesso em: 04 out. 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_de_nega%C3%A7%C3%A3o_de_servi%C3%A7o>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://boingboing.net/2010/12/08/in-pro-wikileaks-act.html>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<https://lagen.nu/1949:105#K1P1S3>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://sv.wikipedia.org/wiki/Meddelarfrihet> >. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.dn.se/nyheter/sverige/svenskt-skydd-galler-inte-wikileaks>>. Acesso em: 04 out. 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Pirata>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://falkvinge.net/2010/08/17/piratpartiet-skoter-wikileaks-nya-servrar/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.dn.se/nyheter/sverige/assange-overklagar-haktning-1.1212210>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://nejtillpirater.wordpress.com/2010/11/21/wikileaks-har-lamnat-sverige-pirate-bay-nasta/>.. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.dn.se/nyheter/sverige/wikileaks-delvis-kvar-i-sverige>>. Acesso em: 05 out. 2011.

Reportagem do Jornal Sydsvenskan de 7 de agosto de 2010 <http://migre.me/5QcjA>>. Acesso em: 05 out. 2011.

www.krankt.se>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.radioochtiv.se/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.radioochtiv.se/Tillsyn/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.radioochtiv.se/Tillstand-och-registrering/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.radioochtiv.se/Tillstand-och-registrering/Internet/Utgivningsbevis/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://sv.wikipedia.org/wiki/Personuppgiftslagen>>. Acesso em: 04 out. 2011.

<http://www.radioochtiv.se/Tillstand-och-registrering/Internet/Utgivningsbevis/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

[http://sv.wikipedia.org/wiki/Justitiekanslern_\(Sverige\)](http://sv.wikipedia.org/wiki/Justitiekanslern_(Sverige))>. Acesso em: 20 out. 2012.

<http://www.foxnews.com/opinion/2010/11/30/yes-wikileaks-terrorist-organization-time-act/>>. Acesso em: 05 out. 2011.

<http://www.dn.se/dnbok/bokrecensioner/julian-assange-memoarer-ar-prostitution-en-omtvistad-sjalvbiografi>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

<http://cartacapitalwikileaks.wordpress.com/>>. Acesso em: 21 out. 2012.

<http://apublica.org/2011/09/wikileaks-a-contagem-final-do-cablegate/>>. Acesso em: 14 set. 2011.

<http://www.nextlevelofnews.com/2011/08/der-freitag-wikileaks-leaks-a-severe-security-flaw.html>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,15362016,00.html>>. Acesso em: 02 out. 2011.

<http://apublica.org/2011/09/wikileaks-a-contagem-final-do-cablegate/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

<http://twitter.com/#!/anapnea/status/109041131769171969>>. Acesso em: 20 out. 2012.

<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/discuido-com-senha-facilitou-vazamento-de-dados-do-wikileaks.html>>. Acesso em: 12 out. 2012.

<http://apublica.org/2011/09/wikileaks-a-contagem-final-do-cablegate/>>. Acesso em: 12 out. 2012.

<http://www.cryptome.org>>. Acesso em: 12 out. 2012.

<http://www.fas.org/blog/secretcy/>,>. Acesso em: 25 out. 2011.

http://wikileaksbrasil.org/?page_id=6>. Acesso em: 05 out. 2011.

www.openleaks.org>. Acesso em: 25 out. 2012.

<http://www.dn.se/nyheter/varlden/ett-forsok-att-gifta-ihop-gamla-och-nya-medier>>. Acesso em: 05 out. 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Pentagon_Papers>. Acesso em: 05 out. 2011.

<http://www.lrb.co.uk/blog/2011/07/08/harry-stopes/breaking-the-rules/>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>>. Acesso em: 18/ out. 2011.

<http://en.wikipedia.org/wiki/Microblogs>>. Acesso em: 10 out. 2011.

“Twitter, Flickr, Facebook Make Blogs Look So 2004”. Acessível em: <<http://migre.me/5Ts3k>>. Acesso em: 10 out. 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Luis_nassif>. Acesso em: 10 out. 2012.

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-blog>>. Acesso em: 14 out. 2011.

<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/portal-luis-nassif-ja-somos-mais-de-20000>>. Acesso em: 20/ fev. 2012.

<http://blogln.ning.com/>,>. Acesso em: 03 jan. 2011.

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-foruns-do-portal-luis-nassif-33>>. Acesso em: 15 out. 2011.

<http://issuu.com/nandamaga/docs/jornalismoindependente>>. Acesso em: 13/ out. 2011.

<http://idelberavelar.com/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/nassif-as-feministas-e-a-blogosfera.html>,>. Acesso em: 20 out. 2012.

<http://www.blogcidadania.com.br/2010/12/a-quem-interessa-desagregar-a-blogosfera/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

<http://www.revistaforum.com.br/blog/tag/feminazi/>>. Acesso em: 12 set. 2011.

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-poder-das-mulheres>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

http://www.idelberavelar.com/archives/2010/12/a_busca_incansavel_por_um_feminismo_docil_ou_nao_e_de_voce_que_devemos_falar.php#c119267>. Acesso em: 12 jan. 2011.

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-nova-blogosfera-e-o-episodio-com-as-feministas?page=5>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/sarau-dos-20000>>. Acesso em: 02 mai. 2012.